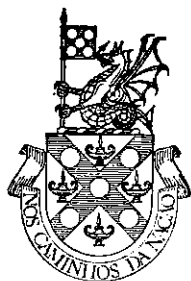

NAÇÃO E DEFESA



ANO XVI — N.º 57 — JANEIRO-MARÇO DE 1991
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General ABEL CABRAL COUTO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

Presidente: Coronel Amadeu da Silva Carvalho. Vogais: Professor Dr. Armando Marques Guedes, Dr. Victor Marques dos Santos, Capitão-de-mar-e-guerra António Abrantes Martins Godinho, Dra. Graça Maria Pomba, Dr. Carlos Eduardo de Medeiros Lino Gaspar. Secretário: Capitão Zeferino Magalhães Marques.

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
NATO'S POSSIBLE EVOLUTION CONSIDERING THE FUTURE EUROPEAN ARCHITECTURE	11
<i>Henning Wegener</i>	
O PODER E A SOBERANIA	35
<i>Adriano Moreira</i>	
A JUVENTUDE — A PROPÓSITO DE DEFESA NACIONAL	49
<i>Cristina Louro</i>	
O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL-MILITARES ...	57
<i>João José Brandão Ferreira</i>	
PORTUGAL E A ADESÃO À EUROPA COMUNITÁRIA — ALGU- MAS CONSEQUÊNCIAS E ALGUNS DESAFIOS	83
<i>Manuel Gonçalves Martins</i>	
UMA PERSPECTIVA INTEGRADA SOBRE A INDÚSTRIA NACIO- NAL DE DEFESA	101
<i>Costa Neves</i>	
A DEFESA NO MUNDO	121

EDITORIAL

EDITORIAL

1. *A recente guerra no Golfo vem sendo objecto de vários estudos e análises, em múltiplos domínios, incluindo naturalmente aqueles mais directamente relacionados com a arte e ciência militares. Alguns pontos são, desde já, merecedores de reflexão, pelo seu potencial interesse para a defesa nacional e, mais especificamente, para a defesa militar do País. Salientaremos, de momento, três:*

- o significado e importância do factor humano;*
- as relações entre o sistema de serviço militar, nos países mais desenvolvidos, e a liberdade de acção política;*
- a importância material e psicológica da fortificação permanente e de campanha.*

2. *Um primeiro aspecto que tem sido pouco salientado e que é aparentemente surpreendente é o seguinte: um País de apenas 17 milhões de habitantes (isto é, pouco mais de vez e meia a população de Portugal), relativamente atrasado e com graves tensões internas de cariz étnico-religioso, conseguiu levantar, instruir e manter um Exército da ordem de um milhão de homens, que evidenciou um elevado grau de disciplina e excepcionais qualidades morais, capaz de desafiar a maior potência mundial e de fazer crer, à generalidade da opinião pública, que, à excepção dos EUA, na situação do momento nenhuma outra potência (ou mesmo combinação de potências) estaria em condições de se opor à consecução dos objectivos apregoados pelo governo do Iraque.*

A sua derrota exigiu o mais vasto, complexo e sofisticado sistema de forças metodicamente implantado desde a Segunda Guerra Mundial, que incluiu não só um sistema de reconhecimento e informação à distância sofisticadíssimo, eficaz, e que

não foi significativamente perturbado, mas sobretudo um sistema de apoio aéreo do mais elevado grau de desenvolvimento tecnológico, sem paralelo no passado, e que pôde, praticamente, actuar com inteira liberdade de acção, sem opposição minimamente eficaz e num terreno e sob condições meteorológicas quase ideais. Esse Exército, instalado em posições fixas e abdicando da manobra, em terreno totalmente aberto, resistiu durante um mês, sem deserções ou quaisquer outras manifestações de quebra do moral, ao maior, mais violento, sistemático, prolongado e preciso bombardeamento aéreo da História, obrigando para a obtenção da decisão, e porque se não verificou o esperado desmoronamento das defesas, a um empenhamento do sistema de forças terrestres do adversário. E se este, ao fim e ao cabo, triunfou de forma fulminante, com simplicidade e praticamente sem baixas, tal ficou a dever-se a uma manobra genial, que ficará nos anais da história militar, e que permitiu, através de um súbito torneamento com uma poderosa massa de forças terrestres e aeromóveis, cair de surpresa e em profundidade sobre as retaguardas do adversário, isolando-o, obrigando-o a inversões de frente, desarticulando-o e batendo-o por partes e evitando o desgaste de qualquer acção frontal até ao desmoronamento da organização defensiva adversa.

3. *Um segundo aspecto digno de nota relaciona-se com a influência do tipo de sistema de serviço militar na capacidade de projecção de poder, pelo menos no quadro das sociedades ocidentais. As forças americanas e europeias presentes no Golfo eram todas compostas por militares voluntários ou contratados. Verificaram-se no seio de algumas forças armadas e das opiniões públicas dos respectivos países manifestações evidentes de rejeição da inclusão de conscritos em intervenções fora do território nacional na perseguição de objectivos que não sejam susceptíveis de produzirem uma forte adesão popular, por não traduzirem, de forma inequívoca e generalizadamente sentida, interesses nacionais vitais. Há, assim, fortes indícios que levam a supor que os Países desenvolvidos que pretendam ter capacidade para projectarem poder militar deverão dispor, para o efeito, de forças*

com elevado grau de profissionalização. Caso contrário, poderão não dispor, quando necessário, de liberdade de decisão política, por pressão da opinião pública.

4. Finalmente, os trabalhos da fortificação permanente e de campanha levados a efeito pelo Iraque, de forma paciente, organizada, sistemática e prolongada, mesmo em regiões fortemente desfavoráveis, acresceram espectacularmente a capacidade defensiva e de resistência das forças iraquianas e permitiram mitificar e mistificar a realidade a um ponto tal que foi possível, com frequência, ludibriar o sofisticado sistema de reconhecimento e informação adverso e, acima de tudo, desequilibrar psicologicamente esse adversário, levando-o, em regra, a sobrestimar as possibilidades iraquianas e a manter-se receoso de golpes de surpresa.

5. Portugal tem uma população pouco inferior à do Iraque, apreciavelmente desenvolvida, e dispõe de um território descontínuo, variado e delimitada acessibilidade. Mas, com base na pequena dimensão do território e população e na relativa escassez dos recursos, são frequentes as vozes, tidas por incontestáveis, que afirmam ou insinuam que Portugal está condenado a ser apenas mero objecto ou agente das estratégias de outras potências, usufruindo, quando muito, de uma independência apenas nominal. A haver um problema, estará a essência deste em razões quantitativas? Os exemplos do Iraque, do Afeganistão e de muitos outros países que defrontaram potências aparentemente muito superiores evidenciam que a resposta é negativa. Aliás, no século XV, menos de um milhão e meio de portugueses, com elites adequadas, foram suficientes para se descobrir meio mundo e construir um império.

NATO'S POSSIBLE EVOLUTION
CONSIDERING THE FUTURE
EUROPEAN ARCHITECTURE

Henning Wegener

NATO'S POSSIBLE EVOLUTION
CONSIDERING THE FUTURE
EUROPEAN ARCHITECTURE (*)

I am grateful for the invitation to speak before the Instituto da Defesa Nacional and for the margin of liberty which the suggested title of my presentation leaves me. It is an invitation to be speculative and I gladly seize the opportunity to speak without the normal constraints of office. Indeed, I am proposing to convey a largely personal perspective.

NATO cannot be static. As an Organisation whose task it is to produce security for its member countries, it must react swiftly and with great sensitivity to changing security environments. Over the last few years the premises of European security have changed fundamentally and dramatically. The Atlantic Alliance has undergone a transformation of corresponding dimension. It is still transforming in a way that is a drastic departure from the more static years of the Cold War period. NATO's conceptual response to change evolved in 1989 and 1990, and the high-level communiques and declarations of that period are the guideposts of this change. The London Summit Declaration of July 1990 in particular epitomises the transformation of the Alliance. This document, perhaps more than others from recent years, outlines the Alliance's response to a period of tremendous opportunities which nevertheless still holds accompanying risks. Furthermore, the London Declaration demonstrates that the Alliance has taken on with considerable enthusiasm the task of not only reacting, but shaping actively with the combined weight of its membership and force the changed environment. NATO is adjusting to new security conditions, but also it has contributed in a major way to the changes in Europe and it will continue to do so.

One of the primary challenges and chances NATO faces is to shape the future European political architecture as an important part of the Continent's transformation. While structures crumble in the East of the Con-

(*) Presentation at the «Instituto da Defesa Nacional», Lisbon.

continent, the tremendous stability Western institution — and before all, the Atlantic Alliance — have instilled into the Western half of the Continent must now be strengthened, and their effect be made instrumental for stabilisation of the entire Continent. Pragmatic architectural and institutional reactions to change are not enough, however. A far-sighted conceptual approach is needed. We are facing a unique historical situation constellation that in which the process of transforming the Alliance coincides with the new dynamism of the movement towards European integration and the emergence of a common West European political and security policy. This is truly a historical opportunity to participate in the long-term shaping of the transatlantic relationship, the solidity of our security and defence, and, at the same time, European political union. The further transformation of the Alliance and the emergence of the united Europe must be tackled in unison.

I will revert to this central theme of my presentation further on, but before doing so I find it necessary to illuminate the political and security background of NATO's evolving roles and functions. Such a critical inquiry seems to be particularly pertinent at the present time, when we are witnessing challenging events that in part unexpectedly becloud the clear sky of a more optimistic world view which has come so much to the fore during the last several years.

1989 and 1990 have been years of tremendous hope and achievement, profoundly changing the perceptions of Europeans and Americans alike about the future of Europe, about their security requirements, and about the way in which the governance of our Continent could be secured for a long and happy future period. This general perception is now going through a period of shock. No doubt, we are witnessing a gruesome test of our most cherished assumptions about the future, by history. The recent political events in the Soviet Union, the sobering political and economic difficulties in the countries of Central and Eastern Europe, and the conflict in the Gulf with its spectre of new threats, and new global problems and instabilities, suddenly loom over us as major threats to a Europe whole and free, reviving the memories of less amenable periods and seemingly putting a question-mark behind a good many of NATO's newly defined policies. As such, should we put the NATO machinery in reverse? Have we been

unduly optimistic, perhaps even reckless? Should we alter the course, or are its long-term directions correct?

Let me perform three mental steps to reply to these queries, in an effort to probe the solidity of the ground on which new European architectures are being built:

- First, I would like to conceptualise about the political changes on the Continent, exploring the long-term sustainability of the trend set in motion in the last few years.
- Second, I would like to pinpoint the essential transformations undergone so far by NATO.
- Third, I would like to pit the current harsh tests of history against this emerging Alliance and its underlying assumptions in order to assess future opportunities and risks.

The pivotal event of post-war European history is the collapse of the Soviet empire with all its manifestations, — its social and economic system, its ideology, and its quest for world power. The Soviet Union has undertaken a strategic retreat from its forward-placed bastion in the heart of Europe, and has allowed the countries of Central and Eastern Europe to emancipate themselves from Soviet hegemony and to adopt autonomous democratic systems, in essence eliminating the WTO and COMECON. Germany is united and has recentred the whole of Europe, allowing the Continent to find once again its cultural and historic unity. The Soviet Union has relinquished most of its power ambitions around its periphery and in the Third World. Redefining its long-term interests, the Soviet Union has replaced a policy of destabilisation at world scale by a quest for stability, confrontation by co-operation, and the exercise of hegemonial power based on reckless overarmament by a far-reaching redimensioning of its military instrument through arms control, and unilateral reductions and withdrawals.

These crucial Soviet events, not gainsaid by recent developments, must, however, be seen as part of a larger world transformation. It is the economic and technological interdependence of a shrinking world and the international economic system created by the West that have demonstrated the futility and lack competitiveness of centrally administered, highly ideologised economic systems, and that have brought the Soviet Union to its demise. There

is a growing perception worldwide that a quest for power of hegemonial proportions cannot be based uniquely on military power. Economic and technological imperatives lead to more open systems, emphasising free individual and collective choices, and thus increasingly to democracy and political reform. There is a changing perception on the part of people everywhere about war and peace, and about the use of military power that, along with the prohibitive long-term cost, has doomed the Soviet quest for hegemony through a system that has been spending roughly 25 per cent of its collective revenue on weapons and military activities.

These are large-scale transformations of the state system and of the way in which power is exercised. In this huge reconfiguration of the post-war world certain trends seem to be well established, arguably resisting fundamental reversal or undoing: that state power in order to endure needs to be based increasingly on economic and technological predominance rather than the accumulation of weapons; that interdependence as the primary prerequisite for mutual progress will require more co-operative policies rather than confrontation; that great power wars are counter-productive, and that betting on military prowess alone will be self-defeating in terms of power gain; and that democracy and free choice, as they are linked to prosperity and value optimisation, will be even less repressible than in the past.

These insights, no doubt, have been at the base of NATO's new profession of faith in favour of a co-operative system of European politics and security, as it has emerged over the last two or three years, based on age-old teachings of NATO — not least the Harmel principle — and accompanying evolution of European politics.

NATO's reaction, its move towards «a transformed Alliance», as particularly evidenced in the London Summit Declaration, can be conveniently captured under 3 headings: a new Europe, a new defence, a new overriding concept of security.

As the erstwhile dividing lines in Europe are fading away, the Continent gains a new consciousness of its cultural and historical unity. The East-West dichotomy loses its meaning as the gigantic array of military forces, formerly stacked against both sides of a military demarcation line, disappears. Indeed, the new Europe can no longer be conceptualised in terms of an East-West antagonism. European politics of our time do not

continue to aim at a *modus vivendi* between East and West, but at constructing new partnerships and relations between all countries of a Continent that is now seen as one geographical entity. In this vein, the Alliance has gone on the record, in the Joint Declaration of the 22 members of NATO and of the erstwhile Warsaw Treaty which states that both groups will no longer consider themselves to be adversaries. In this regard, NATO has established diplomatic relations with all countries of the Warsaw Treaty, and the lively diplomatic traffic that has set in does not only enable fruitful exchanges of views, but is also increasingly leading to new co-operative projects and an infinite variety of contacts, political, military and economic, that foreshadow a totally new relationship between the various components of the Continent. The Paris Charter and the institutionalisation of the CSCE, along the lines NATO nations have advocated and pioneered, epitomises the new Europe as it grows together.

Re-thinking defence, the Alliance has taken stock of the radical alteration of the security environment in which it operates. With the strategic retreat of the Soviet armies from the heart of Europe and the establishment of parity levels of all major weapon systems — exactly those that had conferred an unlimited invasion capability to Warsaw Pact Troops in the past — the threat under which the Alliance has laboured for many decades has now in large measure gone away, and it is the assessment of NATO's Military Authorities that an all-out war on the NATO area by the Soviet Union, now without its former allies, is neither plausible nor in real terms militarily feasible. Judging by the purely military capabilities that will survive the recent arms control agreements, even partial conventional threats to the Allies are considerably reduced. Options implying concentrations of forces in one Soviet TVD — in breach of the Vienna CFE agreement —, with holding operations in other theatres, might theoretically permit either a deep penetration on one axis, or more shallow penetrations on several axes. But even then, the Soviet Union would not be able to generate and bring forward the follow-on forces necessary to achieve the deep strategic objectives postulated in previous threat assessments. The strategic retreat from the centre of Europe, the political determination of the newly revived democracies in Central Europe, the increasing emancipation of the Republics, and the declining levels of social integration and general infrastructure throughout the country — prerequisites for any major form of modern

warfare — combine to degrade the former threat. In sum, there are still non-negligible possibilities for limited action on the flanks and perhaps at isolated axes along the central region. The Soviet Union — and perhaps even Russia itself — will continue to remain the most potent military power in Europe. But the need to maintain defence at its former levels, geared to instant combat readiness, belongs to the past. A radical re-thinking of defence is required and the Alliance's integrated force structure and strategy will change fundamentally, fielding smaller and restructured active forces. These will, however, be highly mobile and versatile and steps will be taken to regenerate force strengths from the lower levels in accordance with available response time should a new threat from the Soviet side ever emerge. NATO is quickly turning into an Alliance that finds that can do without a specific, predetermined enemy and without a defined threat, shifting the emphasis of its defence from instant combat readiness to the prudent provision against future unspecified risks. NATO's new strategy, as it is presently elaborated, will incorporate these novel insights.

The third conceptual transformation NATO is undergoing concerns the way it looks at security.

In the Cold War period, under the immediate impression of an overwhelming military threat coming from the East, NATO's approach to security had necessarily become uni-dimensional; the single, overriding, dominant threat forced the Allies to muster its strength solely against one variant of danger.

Under the more benign current circumstances of a largely reduced threat we can discard this somewhat impoverished view and ask ourselves the broader, more long-term questions of what security is about in essence, and how it can best and most reliably be fostered. In this thinking process that leads towards a more multi-dimensional security concept there is from the onset a higher emphasis on the political dimensions of security. Realising anew that the political constitution and societal development of a nation have much to do with its inclination to be menacing, or, conversely, to tend towards co-operative, peaceful behaviour, the Allies have thrown their collective political weight behind the political reforms in Central and Eastern Europe in order to bring about a war-free and threat-free environment along the East-West axis.

Security is also seen as less antagonistic. Instead of conceptualising in terms of forces pitted against each other, the insight grows that diverse national interests can in large measure effectively be co-ordinated through co-operative behaviour, avoiding the negative imaging and corresponding arms escalation that characterised the Cold War period. Under the emerging new East-West relationship, the co-operative dimension of security may never entirely be able to replace the traits of an adversarial relationship, but it can help to make it increasingly more amenable and benign.

Finally, and this needs hardly to be stressed at the present time, there is a growing awareness that security cannot be geographically compartmentalised within the confines of the erstwhile East-West framework, but that there are broader risks and conflict potentials which translate into new important contingencies for all Allies and which will place the Alliance before new security responsibilities.

Thus, a new multi-dimensional concept of security emerges that is of course not the private property of NATO's in-house thinkers. It is simultaneously broadly reflected in popular perceptions and academic literature and is in line with the new challenges that characterise the world security picture.

Under this broader security thinking the Allies will pursue policies that will increasingly use political instruments, confidence-building, arms control and the careful implementation of new arms control regimes through verification, military contacts and the building of new European political structures, as tools of their security policy, along with their traditional military panoply.

The determining parameter of European security — though at considerably lower levels of relevance — will for the foreseeable time be the Soviet Union. Hence, the maintenance of military security and the prudent provision for the regeneration of an adequate level of forces in case of a re-emergence of a major military threat will remain a primary Alliance task; even though less prominent in the future, it continues to be indispensable.

The security assignment of the decades to come is, however, not only the prudent counter-balancing of residual Soviet military power. In the future, the Alliance will have to focus more strongly on the new insta-

bilities and risks, both in the Eastern half of the Continent and in a larger geographical framework.

In the face of the danger of fragmentation in these parts of Europe, where established multi-ethnic societies break down and are being reconfigured, the Allies need to contribute to new ethnic equilibria and the realisation of self-determination. They need to cope with the overspill of internal unrest, and must harness prudently the latent conflict potentials that exist, lest they explode into actual hostilities. These new security tasks can no longer be approached in terms of traditional threat images and techniques of conflict solution through military combat.

Thinking merely in categories of antagonistic struggle and use of force does not contribute adequately to meeting emerging new challenges.

The security policy of the future must thus be a novel mix of political and economic strategies, along with the military. The focus of NATO's defence accordingly shifts in considerable measure to tasks of crisis prevention and crisis management, dealing with new problems and requiring new solutions.

Acute crises in Central and Eastern Europe, even through they may involve the use of force only within national contexts, without an immediate danger of international conflict, would not leave the Alliance indifferent, as they would occur in a Europe that rapidly grows together. Yet, on the other hand, there is no built-in logic that would imply the war-like use of Allied or European forces.

Through a broad spectrum of co-operative activities and measures to contain crises, military forces will nevertheless have a role to play by providing reassurance, by contributing to de-escalation of conflicts, by preventing spillover effects and the acute breakout of major hostile action. In sum, there emerges a new role of the military in peace and crisis, and for the purpose of graduated crisis response, that will also shape the new strategy.

The co-operative dimension of security and the techniques of mastery of crisis through the stabilising peace-time use of the military factor must indeed be considered an integral part of a broader new Alliance strategy that corresponds to the likely spectrum of future crises and conflicts. With such an outlook the Alliance would move from the traditional task of staving off immediate war to the ideal of a protected peace, in which

a Europe released from the rigorous bondage of hostile blocks can be durably managed. I would submit that such a view of military tasks and strategy would also benefit the Alliance well in the interest of the plausibility and public acceptance of its tasks.

This concludes my nutshell overview of the Transformed Alliance. I see the NATO of the future perform a stabilising role in a more co-operative, more benign, yet not risk-free world and European environment. Under the generally promising auspices of a relative devaluation of the military factor, the Alliance will be compelled to maintain its military base-load, yet take on additional political tasks. As a provider of reassurance, it will play an active role in the management of peace, while fostering change in the direction of new levels of stability in a Europe whole and free, and a new European security equation.

Are these basic new options invalidated by what I earlier called the harsh tests of history? Is the transformed Alliance in a position to meet the new challenges that now so glaringly present themselves in the limelight of daily media coverage? Let us examine them one by one.

In the new Central and Eastern European democracies the euphoria of liberation has been replaced by a more sober insight into the requirements of reform and the partial destabilisation of the economic and political process which it necessarily entails. The «Spring time of nations», of which Sir Michael Howard has spoken, is over and nations have discovered the tremendous long-term damage of decades of communist government to their production apparatus, their infrastructure and the minds of those whose natural instincts have been forcibly suppressed. They realise the tragic heritage of Marxist rule and recognise the herculean nature of bringing about overall systemic change. There is no wonder that the dimensions of this endeavour often stifle initiative and enthusiasm. Political expectations and economic feasibility diverge, prosperity, seemingly in reach, turns into a Fata Morgana. Disappointments and impatience grow in many quarters. There is a loss of perspective. While the timetables for the fulfilment of hopes become blurred, reversals of political achievements and instability beckon. There is a real danger that long-term wealth differentials in Europe will revive old tension — internal and in the mutual relationship of states — and imperil frontiers that in the past had been arbitrarily cut.

The potential for crisis and conflict that grows from the sobering state of these reforming systems cannot be underestimated. Added to the inadequacies of the reform process, there is the explosive effect of a new quest for self-determination in multinational societies — specifically in the Soviet Union — with the danger that insular mentalities and tribal instincts become the determinants for policy making. Along with growing wealth differentials a fragmentation of the European map threatens, posing the question of the very manageability and governance of Europe.

Concern is in order, but these calamities also harbour the promise of more fundamental economic restructuring, the opportunity for creative and active policies. If the transition is painful and disruptive, there is also the prospect of deep-reaching renewal and a new beginning. For the West, for NATO and West European economic entities, there is only one policy choice to make: to heighten support for the reforms, and to proceed with ever more intensive co-operation. In a time of difficult transition, the perception of belonging to a new, undivided Europe is crucial. Demonstrations of solidarity are vital. Thus the new critical phase, which Central and Eastern Europe traverse, indeed provides a test for Allied nations but also provides an impetus to persevere. These crises can be mastered, even though longer timeframes may be required.

In the Soviet Union, which provides an even graver test, recent events reveal an intense power struggle. With the Union leadership trying to shore up the hollow power of the Centre vis-à-vis sprawling quests for autonomy, leadership patterns have swung back, and there is greater reliance on old power structures that still demonstrate a high degree of inertia vis-à-vis reform. The new assertiveness of the military and the accompanying slow-down in arms control and military reform are of particular concern as tanks in Lithuania earlier this year conjure up the evil spirits of the past. Information is being curtailed, signs of civil life are once again emerging and before the background of economic chaos and the collapse of infrastructure and supply patterns the leadership is returning to an administrative command system which makes the orderly progress of some vital reforms increasingly doubtful.

The current situation in the Soviet Union has a potential for large-scale civil unrest, and the temporary or more permanent return to authoritarian rule cannot be excluded, even though its patent purpose may be

to consolidate an otherwise extremely unstable domestic situation, threatened by disintegration, and to consolidate reform and smoothen its course. History is not linear and the open-ended political development in the Soviet Union is beyond our powers of prediction. Moderate attempts, in line with the human rights obligations of Helsinki and the imperatives of the Paris Charter, to establish law and order and to guarantee the state monopoly of the use of force would be legitimate, but remain extremely difficult to control, especially in a period of expected further economic decline, perhaps of dramatic proportions.

Several aspects need to guide our judgement of this new phase of Soviet developments. In the first place, it deserves to be noted that Soviet foreign policy has so far been mildly affected by the new tendencies. In spite of the recent difficulties with implementing the Vienna arms control agreements, the Soviet leadership emphasises its continued co-operative attitude: in the exercise of its diplomatic relationship with NATO; in the moves towards ratification of important East-West treaties, including the 2+4 package concerning Germany; and in its overall behaviour in the Gulf crisis and vis-à-vis the UN. Where one could accuse the Soviet Union to have waived on its Gulf policy one could explain its behaviour as a legitimate exploitation of its margin of political manoeuvre, legitimate for a world power which can hardly afford to be seen as merely hanging on to US coat tails. The military threat emanating from the Soviet Union—or, to phrase it more correctly—the residual military risk has not objectively risen despite the new assertiveness of the military; and processes of military restructuring and budgetary build-down and conversion have, for all we know, been continued.

There is thus no reason at this time to indulge in gloom and doom scenarios. Indeed, there may be a long-term basis for relative optimism.

- Fundamental elements of the Perestroika process have become irreversible, as has the Soviet strategic retreat from Central and Eastern Europe. A policy of repression could throw the country into a long-drawn period of civil strife, but it could not suppress the ongoing emancipation of the Soviet Republics and of democratic movements.
- The fundamental redefinition of vital Soviet long-term interests in favour of international co-operation cannot be undone, lest the

Soviet Union would consciously wish to sink into a morass of administrative incompetence and perhaps into an irretrievable decline of its technological prowess and infrastructure.

- The implementation of these vital interests in favour of co-operation cannot be partial. The Soviet Union has already been drawn into an overriding framework of all-European rules of conduct. Partial violation will make this whole edifice of political and economic co-operation collapse. The Soviet leadership must know that the co-operative policies on which the future performance of the entire system depends are predicated upon its compliance with this code of conduct. Its benefits will not accrue if violence, infringement of human rights, new manifestations of military ambitions and the abandonment of real reform become the principal tenets of attempts at internal restructuring. In the longer term perspective, a fortiori, at a time of unprecedented permeability of frontiers through modern means of communication, a sterile ideology has lost its credibility and can no longer justify the exercise of raw power.

The crucial fact is that Soviet and Western interests in the maintenance of co-operation coincide and will continue to do so. Neither side has a choice and both must endeavour to bring about the increasing integration of the Soviet Union in Europe, preventing and overcoming temptations to self-isolation which would mean a fall into the bottomless pit of poverty and loss of technological prowess. The West has the unique chance to shape and influence Soviet policies. It can invoke the phenomenon of world-wide interdependence as well as commitments the Soviet Union has undertaken. It can also hold out the fruits of its more performing economic and social system as a reward for ongoing and hopefully successful reform.

There is thus no reason and no way for Allied countries to deviate from the basic orientation of policy. Vigilance, especially in the military field, and a continued outstretched hand of co-operation and friendship will need to guide our future policies with conviction and clarity of objective.

A third disconcerting test to the newly established orientations of the Alliance results from the current Gulf crisis, — not perhaps from the unique military features of the conflict, initiated by a monstrosly and quite singularly overarmed medium power, but from the whole range of new con-

tingencies which the Allies are likely to face around the Southern periphery of its territory, and more generally in the countries of the Third World. Indeed, it is important to see both the unique features of the current Middle East conflict and the newly emerging conflict potentials which underly the conflict and which are increasingly revealed as it unfolds, heralding the crisis spectrum that is likely to characterise the onset of the 21st century.

President Bush is right in saying that the unprecedented unity of the larger community of states that have combined their forces to combat aggression has made the war a test for the emergence of a new, more harmonious world order characterised by the increasing futility of great power war, by growing interdependence of states, by a new respect for the tenets of the Charter of the United Nations and for the UN instruments of conflict settlement and peace keeping, and by extension of a new paradigm of co-operation to the larger world community. The catch word of the «new world order» captures this partly real, partly still utopian world model which is powerful enough to enlist a global effort. Yet, this new paradigm of international affairs obviously contrasts with the conflict potentials that rear their ugly head beyond the Gulf war: ethnic and religious strife, increasing wealth differentials, environmental and climatological change and the huge migrations which may be set in motion by poverty and inadequate economic policies. The spectre of the huge cities of the Third World in which ethnic and religious conflicts, poverty and hopelessness combine into an explosive cocktail, awakening new aggressiveness throughout whole nations cannot be dismissed by any realistic observer. The new world order and the threat of world disorder are locked in a dialectic struggle. New military technologies with long-range effects and economic interdependence both bring home to the Allied countries the fragility and vulnerability of an environment in which the removal of the Soviet military threat has only partly contributed to making the world a safer place.

NATO countries cannot close their eyes to these new conflict potentials. A broader security concept must take into account these new contingencies. The Allies will increasingly have to learn to broaden their vision and to countenance a new risk that drives at the core security of Allied countries in a way that different from the traditional threat, but not less menacing to long-term survival.

At the same time, the different quality of these new contingencies must be carefully analysed. The sudden overwhelming military onslaught on NATO territory no longer appears to be the likely challenge but a more subtle collision with security interests through crisis and instability. The means to cope with the newly emerging risk spectrum will, therefore, lie both in the political and military field. Politically, in a crisis prevention mode, it will be increasingly important to attack regional root causes of tension, to provide a credible response to Islamic aspirations, to dispel the new phenomena of diffusion of power to smaller states which gain over-proportionate leverage through the acquisition of certain dangerous weapons. In crisis prevention and crisis management, military forces with rapid reaction characteristics will play a role in terms of carefully dosed signals and regional deterrence, a new approach to arms transfer into regions of tensions and strife, a new approach to the non-proliferation of mass destruction weapons will also need to be part of this analysis.

The traditional designation of security threats from outside the traditional East-West scenario has been the magic word «out-of-area», referring to the limited range of cases in which the mutual assistance clause of the NATO Treaty can be invoked. Indeed, under Articles V and VI of the Treaty collective military action on an obligatory level by the Alliance as such is limited to the case of armed attack against an Allied country or the defined sea area around Allied territory. The new contingencies may not necessarily involve a full-scale obligation for collective assistance, but will challenge the much broader notion of Allied security (Art. IV of the Treaty).

The huge post-crisis task of the Allies is to take stock of the new risk spectrum and of NATO's abilities to make its infrastructural, logistical and intelligence assets available for crisis management vis-à-vis the new contingencies. We will have to assess the need for specific rapid reaction forces for use by national or combined Allied action. This process of analysis and assessment of future needs has only just commenced. But it already deserves to be noted that throughout the Gulf crisis the Allies have closely consulted and have collectively protected Turkey from potential attack, thus acknowledging that NATO mechanisms and assets cannot only be invoked vis-à-vis the traditional threat but equally against threats from outside the East-West spectrum. NATO has not been a party to the Gulf conflict and war, but its assets and crisis management procedures have been used to a large degree. Solidarity

and political consultation have been provided in an unprecedented measure. Without Allied forces that were available under integrated command and training, and without their long-learned habit of interacting on the basis of common NATO procedures, the whole operation would not have been possible.

Whatever the dialectic relationship of world disorder and an emerging new world order, trends towards a more co-operative world management will gain increasing momentum. Here again, the basic new approach of Alliance policies fits in well with emerging security needs, much as they remain to be defined in detail.

The conclusion of this part of my presentation thus is clearly that there are major challenges before us. They appeal to our collective determination and ingenuity and they must be considered cues for earnest analysis and effort. But the tests can and will be met. On NATO's voyage to the future, the switches have been correctly thrown the formative period of 1989/90. The task is now to make sure that the course is kept, and that costly detours are avoided.

Let me now turn to the final portion of my presentation: NATO and the emerging European architecture. I have demonstrated how a wider, more political concept of security reposes on the stabilising effect of institutions, and the way in which they allow states to interact peacefully, intensely, and according to well-regulated procedures. Reordering the Continent through appropriate structures is to endow it with a new fabric of security and stability.

The first task in this respect is to extend the beneficial effects and stability gains which Western Europe has derived from the freely agreed structures that have taken hold since the Second World War. They have successfully cropped past excesses of sovereignty, smoothened the transition to modern statehood and efficient economies. NATO especially has created stability and reassurance, keeping the peace even under the most adverse circumstances, and enabling the increasing integration of the Western half of the Continent.

The task is now to maintain and amplify these achievements, to preserve the existing structures, but also to cater to new partners on a Continent that grows together under the auspices of openness and freedom. In this vein the concepts of a new European architecture and of a specific European security architecture fuse into a common, and overriding task.

Last December, NATO's Foreign Ministers agreed to a first conceptual outline of such an architecture. In their Communiqué of 18th December they established a vision of a *framework of interlocking institutions* in which the interests of all European states, with their partial overlap and partial divergence, can be fully accommodated. These institutions are to function on the basis of their own specificity, but also to complement one another, in a process of co-operation and mutual support. This *multi-dimensional approach* implies in the first instance, the rejection of any institutional monopolies. The idea of one overriding, all-encompassing pan-European security organisation in which existing security Alliances — NATO and the remnants the WTO — would graciously fuse, while esthetically pleasing to some, is thus discarded as futile and impractical. NATO proposes instead simultaneous support for several components, including the CSCE and the institutions of an emerging European security identity, with operational ties and synergistic effects between them.

By stipulating that no European state's interests must be left unattended to in such a composite architecture, NATO's Ministers have also endorsed the principle of non-marginalisation of any state in security matters, as an attribute of a Europe whole and free.

The lynch pin of the envisioned architecture, however, is NATO's own role. It is to contribute its unique stabilising influence to the functioning of the system. «Our Alliance», the December Statement reads, «will provide an essential underpinning to this architecture, guaranteeing the transatlantic dimension of security, providing effective defence for all the Allies, and contributing to an environment of stability in which democratic institutions can be firmly rooted».

Such a broad framework needs, of course, to be fleshed out by concrete steps and more detailed enunciations of principle. Roles must be assigned, and co-operation must be organised.

I will briefly explore the future relations of NATO with the CSCE, the West European institutions, the new democracies of Central and Eastern Europe, and the Soviet Union.

With regard to the CSCE, all Allies are determined to allow it, in its newly institutionalised form, to fully develop. A strengthened CSCE, NATO Ministers have stated, can encourage a new quality in the security relations of all CSCE states, in particular through its new high-level consultation mechanisms and its Conflict Prevention Centre.

There are many in which member states, but perhaps also NATO as an institution, can provide tangible support for the new CSCE in its formative phase; by way of example, in the interest of heightened transparency throughout Europe, NATO could establish a data link with the CPC designed to facilitate its task in arms control verification and confidence-building.

Whatever the hoped-for progress and increasing effectiveness of the CSCE — it tends at present to be viewed with a new degree of sober realism by all concerned. There is now a growing awareness that the CSCE will take a long time to mature, and that the large and diverse number of participating states, its consensus procedures, the absence of any tools of power and enforcement mechanisms will prevent it from playing in the near future the role of a true collective security system in Europe, as soon as fair weather turns to crisis.

This awareness, mixed with obvious regret, has become most acute in the Central European democracies which, only a short while ago, had been the eloquent advocates of a pan-European security structure based on the CSCE. Speaking recently, President Havel recommended a closer relationship of the CSR with NATO, which he called «the only functioning, democratic security structure on the Continent today». At the same time, he reiterated his support for the CSCE, in a sober appreciation of its merits and potential: «We are not giving up the idea of the CSCE process. But it appears we cannot *dream* of the future only». Havel's counterparts in Poland, Hungary or Romania have made similar statements.

All Allies — the US, Canada and Turkey included, to name just some erstwhile doubters — have now clearly opted for a European security and defense component to be incorporated in NATO, in support of the historic logic of the incipient political integration of Europe that results from the post-war process in Western Europe, and in order to adjust and rebalance the transatlantic relationship. The emergence of this European component is a necessary correlate to Europe's new role and responsibilities. But the Allies also agree that this European development, notwithstanding its autonomy and own dynamics, must be firmly anchored in, and compatible with, NATO. Mutual strengthening, not fragmentation is the order of the day.

The obvious difficulty lies in the different time scales. NATO exists — and changes, in building on a successful past; but a European security manifestation is only just in the making —, in the framework of the IGC of the 12, in a new discourse on the future of the WEU, in public attempts at defining

the role of the European members of the Alliance not members of the Community — and of other European countries — vis-à-vis the EC, and vis-à-vis the new security edifice.

The challenge thus is to guarantee the compatibility of structures of the future that are now only dimly visible, and may not even emerge in a linear movement, safe from reversals, or easy to foretell in their dynamics.

The Gulf crisis and the differences in European responses, highlighted by barely compatible national initiatives and positions, may have retarded European efforts at settling on a long-term model of European defence and a distinct European role within NATO. But it may also prove to be catalytic, in that it clearly demonstrates the need for a coherent concept, and especially for an answer to the question *who* is going to make up the European defence dimension. These matters will fall in place over time, but it is important that the framework conditions for progress be clearly outlined and generally understood.

NATO is open, and ready to adapt. Command structures, roles and procedures of the Alliance can be adjusted to the requirements of a European pillar within NATO with relative ease. But there are a limited number of *essentials* that need to be respected.

The first one of these is the functioning of the integrated military system. Lower standing forces and increased reliance on command and infrastructural features heighten the need for Allied integration. In moving towards a lighter military structure, NATO will integrate more, not less. Multinational units will increasingly provide the basis for the legitimacy of defence in the eyes of the public, — both for European nations and for the US. Integration expresses solidarity, and assures the ready availability of defence in time of crisis and renewed threat. It is the indispensable basis for the Alliance's stability. If its texture were to be loosened, or to unravel, Europe's security would fall prey to a *renationalisation* of defence policies, with the ensuing risks and unpredictabilities so characteristic of Europe's past.

A second essential is the undiminished maintenance of the transatlantic link, a necessity hardly to be emphasised before this audience, but of even greater significance, as a means of geostrategic balance, in a more interdependent world, yet in the face of a less predictable European East. The presence of US and Canadian forces that epitomise the larger geographical solidarity of the Alliance, will continue to be — as in the past decades — the catalyst for a harmonious interaction of the European States themselves, attenuating

their persistent differences on the road to higher unity. At its roots, such US presence follows the imperatives of America's self-interest as a world power; yet, it needs to be carefully fostered in the vital interest of the Europeans. Multinational units that include US forces, and keep them in plausible military roles on the Continent, as well as diverse stationing patterns, covering many Allied countries, are required to underpin the Atlantic dimension, and must not be sacrificed in order to accommodate the as yet undefined tendencies towards the establishment of European forces.

A third essential concerns the way in which the future European defence pillar itself is constituted. If it is to support and strengthen the Alliance, all Allies must have some form of «droit de regard» over its composition. Which countries are to form it, and under what conditions are they to be recruited? Can neutral European countries form part of it, and how is neutrality and how are the underlying security obligations to be defined? From an Alliance viewpoint, the criteria for participation in a European foreign policy and defence dimension, on the move towards Political Union, must be full availability for essential security choices. It is difficult to visualise a security alliance that would lean on a pillar composed of elements, some of which could, at any time, opt out from inconvenient security choices, or refuse to join in, or co-operate with, the integrated military and decision-making structure. Of course, such criteria of availability would need to be applied dynamically, in the perspective of the Political Union of, say, the year 2000.

A major task of new European security architectures is to address the security needs of the members of the collapsing Warsaw Treaty which recently lost its military component and will at best continue as loose political consultation network, mainly designed to co-ordinate pending arms control matters. The five non-Soviet WTO countries in Central Europe, however eager to shed the moribund WTO framework, perceive their region as strategic vacuum, impressed with the size and remaining military power of the Soviet Union, and mindful of the dangerous fallout from future Soviet crises, as much as of the reminiscences of overbearing Soviet behaviour from which they have suffered in the past. Increasingly, these countries have looked for shelter in Western security organisations, aware of the fragile protection which their participation in the CSCE affords them. Membership in NATO is openly discussed as the ideal security solution.

The Central European Governments are, however, realistic enough not to understand this as a short-term possibility. Indeed, the NATO Allies see no current basis for an extension of their mutual guarantee to the Central European region, as it moves through a difficult transition. Also, pushing the Alliance's military frontiers to the East, so as to marginalise the Soviet Union, would provide a counter-productive signal to the Soviets, already sensitised by the loss of their own Alliance structures in the area.

Yet, NATO can and does alleviate the security concerns of the new Central European democracies, allowing its own stability effect to spill over to the East, as it were. NATO has suggested to these Eastern neighbours a web of multiple reassuring relations where mutual support in the CSCE, intensive political and military contacts with NATO and its member states, membership in organisations like the Council of Europe, association with EC, regional patterns of co-operation like the Pentagonale and the Visegrad agreements, new policies of armament co-operation with the West to loosen Soviet procurement ties, etc., combine to progressively integrate these countries in European patterns of co-operation that provide reassurance, heighten stability and neutralise pressures and apprehensions. As a personal thought, I would visualise the gradual development of the relations these countries have started to cultivate with NATO into a quasi-institutional relationship *sui generis* which would allow them to share some important benefits of NATO's collective work, without participating in the mutual assistance obligations and, accordingly, the integrated military structures. This could be effected by widening NATO's institutional flexibility, without a need to change the NATO Treaty. Such formulac should, of course, equally apply to all members of the WTO.

Finally, a more general look to the Soviet Union and how it should relate to the emerging European architecture. Its key role needs no further emphasis in this respect. One of the huge challenges for Europe's architects is to draw the Soviet Union in, engage it in co-operative behaviour, and to accustom it to a role of peaceful partnership. The Soviet Union, before all, must not be marginalised, and must not be allowed to fall off the rim of the European plate. Europe's task is to serve as the catalyst and integrator that gives permanence to the Atlantic connection, without losing the Soviet Union, but also without being engulfed in the gigantic problems of reconstruction and turmoil which are in store for the Soviets themselves. NATO intends to

make the most of its diplomatic relationship with the Soviet Union, which it regards as a strategic connection to influence the redimensioning of Soviet military power and to recreate the relationship in terms of growing trust.

I have been long, but my topic has been vast. The bottom line of my presentation is that even in these more troubled times, the opportunities of our time outweigh the perils, and that we can continue to move ahead with considerable confidence. There is no need to go back and barricade ourselves in the mentality of the Cold War decades. Europe's security has been immeasurably improved, and holds promise for further amelioration. Building the institutional edifice a rewarding task for Europe's architects. Yet, new and multiple challenges emerge, and progress towards a new, more peaceful world order, just as much as the path towards a new Europe, will be complex and often contradictory. History is not a linear process. Security will always be important. In the future, in a generally more benign environment, it will be more sophisticated, more difficult to manage, more demanding in its dependence on public support. In such times, the North Atlantic Alliance, as the sole reliable guarantor of our security, needs strong and faithful Allies and the member countries will need a strong Alliance.

22 February 1991.

Henning Wegener

Assistant Secretary General for Political
Affairs — North Atlantic Treaty Organisation.

O PODER E A SOBERANIA

Adriano Moreira

O PODER E A SOBERANIA

1. A soberania é um elemento fundamental da ideologia do Ocidente dos Estados, com um especial peso social quando entendida como sendo uma componente do ideal nacional. Os dois valores não são historicamente coincidentes na formulação, nem acontece que convirjam na identificação das entidades intervenientes na cena internacional, que é onde o conceito da soberania tem maior relevo.

Na tradição medieval usava-se a palavra soberano para designar uma autoridade que não tinha outra acima de si, na sua área de actuação, sem que este domínio fosse abrangente da totalidade dos interesses de uma comunidade.

Mas o conceito que se tornou geral, a partir do século XVI europeu, foi tributário de Bodin (1530-96), Hobbes (1588-1679), Rousseau (1712-1778), Hegel (1790-1831), e viu-se alargado a um conjunto de finalidades, definindo-o o teorizador, que foi Bodin, como «um poder absoluto e perpétuo dentro do Estado», sem mais limitações do que o direito natural e a lei de Deus.

Alguns, como Hobbes, mais radicais e mais cépticos, definiram-na como onnipotente, sem limitação normativa. A querela entre realistas e normativistas, uns maquiavélicos outros jusnaturalistas, parte daqui e está viva nos nossos dias.

Antes de examinarmos a situação actual da disputa, conviria notar que a nação, o nacionalismo, o Estado Nação, e portanto a soberania nacional, rigorosamente são valores cuja vigência conjunta depende de se tornar existencial a regra ou princípio de que deve haver coincidência entre a Nação e o Estado.

Acontece que este princípio apenas veio a ser proclamado, como orientador do sistema político euromundista, nos 14 Pontos do Presidente Wilson, definidores da ideologia da guerra de 1914-1918.

Embora a *nação* seja um produto da cultura ocidental, e os Estados-Nação correspondam a um limitadíssimo grupo das quase duas centenas de Estados que existem ou estão anunciados em 1991, é certo que, pela sua demonstrada força mobilizadora, o qualificativo foi reivindicado, sem conteúdo correspondente, pela generalidade dos Estados, e muito ostensivamente pelos descolonizados deste século.

Todavia, parece continuar digna de crédito a observação, feita algures por Lorde Acton, segundo a qual — que o Estado possa dar origem a uma Nação é frequente, mas que a Nação dê origem ao Estado é mais raro. Os aglomerados plurinacionais, multiculturais, etnicamente plurais, com a natureza de Estado, são a grande maioria.

Isto significa portanto que, quando se fala em alteração de soberania, não é sempre a soberania nacional que está em causa: pode ser a soberania estadual que vê separar as nacionalidades; podem ser as nacionalidades soberanas que convergem, voluntária ou compulsivamente, para uma nova entidade política; pode tratar-se de grupos com identidade diferente da nacional — étnica, religiosa, cultural — que convergem para originarem uma soberania unitária.

Na Europa encontram-se exemplos de mais de uma das hipóteses: as Comunidades Europeias estão a desafiar algumas soberanias nacionais; na URSS ou na Jugoslávia, as nacionalidades afastam-se da soberania estadual comum; a Espanha reorganiza-se passando de Estado unitário para um Estado das nacionalidades, fazendo reviver o valor da instituição da Coroa; o projecto europeu abala eventualmente unidades políticas com a valorização das regiões e a personalidade limitada que lhes concede.

É por isso que o conceito de soberano, mesmo simbólico (pessoa, corpo ou sistema de instituições nas quais está investida a soberania) ainda tem importância actual, aparecendo esta questão da unidade do Estado soberano, mas não nacional, invocada na teoria de argumentos que modernamente sustentam os regimes monárquicos. Trata-se, à margem de existir ou não o valor da nacionalidade, e sobretudo não existindo, de estabelecer um valor de referência para a lealdade comum de todas as diferenças. O Reino Unido é um exemplo, com expressão no famoso *Act of Settlement* de 1700, que estabeleceu as regras segundo as quais se escolhe a pessoa que exerce as funções simbólicas, mas de convergência geral, de Chefe de Estado, sim-

bolismo evidenciado pelo facto de que a soberania, conforme a autoridade de Blackstone, é dito que pertence à «*Queen in Parliament*».

2. A soberania pode, como vimos, ser referida a valores diferentes da nacionalidade: — a coroa, como no Reino Unido; o partido sal da classe, como na Jugoslávia; a liderança religiosa, como no Tibete; o Estado pátria dos trabalhadores de todo o mundo, como na URSS, que por isso criou o conceito de soberania limitada para os satélites, abrindo espaço ao alastramento de um novo poder abrangente.

Esta pluralidade de referências confere nova actualidade ao problema da área de incidência da soberania, que facilmente se entende que seja diferente conforme o valor matricial.

Neste século, a experiência do totalitarismo político focou dramaticamente as atenções sobre a importância e destino da diferenciação entre o que é de Deus e o que é de César. Recordando o episódio da moeda que foi levada a Cristo, notar-se-á que o tecnocrata que lhe fez a pergunta, e ficou satisfeito com a resposta, não parece ter-se apercebido de que esta implicava a negação de uma vasta área de intervenção ao poder político.

Quando o Estado absoluto se afirmava a caminho de proclamar que o Rei é imperador no seu Reino, Suarez, o mestre de Coimbra, ensinava no século XVI, referindo-se à comunidade e não à Nação, que: «uma potência chama-se soberana quando não reconhece outra superior a ela; porque a expressão *suprema* significa precisamente a negação de outra mais alta, à qual esteja obrigado a obedecer aquele de quem se diz que tem o poder supremo». Mas esta não dependência, interna e externa, diz respeito à sua ordem, à sua matéria. É por isso que reclama que se reconheça que a Igreja, como *communitas perfecta* possui igualmente uma *potestas suprema in suo ordine*. O conceito de *povo de Deus*, ao qual o Concílio Vaticano II deu nova actualidade, implica uma definição que ignora fronteiras estaduais e soberanias políticas.

Estas referências destinam-se, neste contexto, a tentar esclarecer que a soberania, ou poder supremo, tem uma definição material de objecto que pode variar — levando neste século à disputa dramática entre a concepção de sociedade aberta e de totalitarismo.

Definidos os limites materiais do objecto da soberania, a não dependência obriga a distinguir entre a *soberania externa* e o *soberano interno*. A primeira conduz à ideia de igualdade dos Estados: a cada Estado sobe-

rano é reconhecido que possui uma jurisdição, inviolável pelos outros, sobre uns determinados e identificados povo e território. A tal conceito legal ou normativo, deve corresponder um *poder efectivo*, coisa que os factos demonstram que não acontece sempre, e que não acontece por igual entre todos os Estados: isto é, a soberania legal e o poder de impor não coincidem.

Do ponto de vista da soberania interna, também se entende que deve encontrar-se uma coincidência entre a supremacia *de jure* e a supremacia *de facto*.

O facto de que, quer externa quer internamente, pode não haver coincidência entre a *soberania legal* e a *supremacia de facto*, levou a que se tornasse necessário analisar a diferença entre *soberania perfeita* e *soberania imperfeita*. Na Europa a questão tornou-se importante no século XVIII, depois da Paz de Westfália, em face da situação gritante que era a das centenas de príncipes reinantes na Alemanha, e que se tinham tornado mais ou menos independentes do Império Germânico: alguns, dependentes de outros em pontos de jurisdição interna ou externa, tinham soberania relativa; os outros, realmente poucos, tinham soberania perfeita. O direito internacional reconheceu essa contradição da soberania limitada, usando categorias como *Estado vassalo*, *Estado protegido*, *mandatos*, *fideicomissos*, cada uma das situações correspondendo a uma redução da área de acção não dependente.

No século XIX, os factos fizeram como que ressuscitar a velha questão da divisibilidade da soberania, por causa da evolução da Suíça e da Alemanha para Estados federais, e também em consequência da guerra civil americana. Os Federalistas, Alexander Hamilton, James Madison, John Jay, tinham criado a doutrina das soberanias concorrentes, entre a soberania do Estado Federal e a soberania dos Estados membros. A querela foi importante, mas os factos traduziram-se em que a soberania pôde ser dividida. Os Estados membros chamam-se soberanos, sem personalidade internacional, o que significa que a área privativa foi para eles reduzida; e também significa que o Estado Federal, não tendo dependência na sua área de competência, encontra essa área definida com as limitações da soberania dos Estados membros. A evidência é que a área da soberania pode ser dividida, e por isso se conhecem as categorias de Estados dependentes, e com dependência juridicamente reconhecida. A soberania pode

ter, usando a linguagem de Suarez, uma ordem reduzida de problemas a respeito dos quais mantém a não dependência, mas o objecto não tem a mesma extensão de todos os outros Estados soberanos.

De qualquer modo, estes ordenamentos das soberanias concorrentes sobre a mesma ordem de problemas, é a limitada expressão jurídica de um fenómeno mais vasto, o do poder efectivo a que a invocada soberania corresponde, a hierarquia dos poderes efectivos dos Estados que juridicamente se proclamam iguais.

3. A questão encontra a sua matriz num escritor que viveu a mesma conjuntura de Bodin, e que foi Maquiavel (1469-1527). É a época de Alexandre Borgia, um Papa menos conhecido pelo nome de Alexandre VI, armado de todos os vícios da carne e do espírito, comprando a eleição para evitar embaraços à inspiração divina, fazendo representar a filha Lucrecia como Santa Catarina, e usando os talentos do filho César Borgia para realizar os seus objectivos de soberano temporal, embora se tenha dito que amava sobretudo as mulheres, e que o sucessor Júlio II é que preferia a guerra.

Mas parece ter sido o filho César que serviu de modelo ao Príncipe de Maquiavel, filho considerado o primeiro capitão da Itália pela perícia com que usava a traição e o dinheiro. E foi num livro também importante, *A Arte da Guerra*, que o escritor lavrou a máxima de que das boas armas decorrem as boas leis, e por isso não dá atenção às leis, mas sim às armas.

Esta perspectiva metodológica é que encaminha para o exame do *poder efectivo* à margem das formulações jurídicas. E esta perspectiva leva a reconhecer que existiu sempre, mesmo depois de instaurado o Ocidente dos Estados, uma hierarquia dos Estados soberanos, frequentemente assumida e acatada sem necessidade de consentimento dos outros.

Quando, no Congresso de Viena que definiu a Nova Ordem depois da queda de Napoleão, os vencedores instauraram a Pentarquia, invocando a defesa dos Evangelhos, a hierarquia assumida não foi repudiada nem pelos aliados nem pelos vencidos. Quando, na Carta da ONU, se deu o direito de veto aos cinco grandes no Conselho de Segurança, nenhum Estado membro se atreveu a contestar a democraticidade da organização. Quando, depois, apenas dois dos grandes anunciaram a nova magestade de superpotências sem que nenhum Tratado o diga, a dignidade hierárquica foi acatada por cerca de meio século agora a findar. Esta evolução teve expres-

são clara no campo soviético com a doutrina da *soberania limitada* de Brejnev, mas no Ocidente a função directora dos EUA não pode ser negada. Podem suscitar-se dúvidas sobre a qualificação correcta de um país soberano como superpotência, até porque o poder não é uma coisa, é uma relação, e a hierarquia não parece sempre a mesma. Mas isso não afecta a exactidão do princípio da hierarquia.

A revisão da hierarquia, mantidas as condições gerais da relação, não resulta meramente da decadência de uma das potências; pode tratar-se, apenas, como notou Aron, de declínio. Este é efeito do aparecimento ou fortalecimento de novos poderes na cena internacional, e então a relação altera-se em função disso. É finalmente o que está a acontecer nesta data com os EUA, visto o acesso da Alemanha e do Japão, além do eventual acesso da CEE, à balança mundial de poderes.

Mas pode também tratar-se de decadência, e não apenas de declínio. O Estado caminha para Estado exíguo, isto é, para uma situação de incapacidade de mobilizar os meios necessários para realizar as finalidades da soberania: eventualmente, entrega a moeda, os correios e telefones, o ensino superior, a representação diplomática, a defesa, a terceiros. Nem sempre porque se degradem a decisão e vontade do corpo político, mas porque a evolução das exigências dirigidas ao poder (*input*) excedem a capacidade de mobilizar recursos.

Nos EUA está em curso um debate, cujo principal detonador parece ter sido Paul Kennedy com a sua tese sobre *The Rise and fall of the Great Powers*, sobre o declínio ou decadência. Abstraindo desta última e supondo que em termos estatísticos o poder americano não se deteriorou, a questão do declínio resulta de aparecerem poderes desafiantes, como a Alemanha, o Japão e a CEE, os quais fizeram restringir a área de influência do país. Como o poder é uma relação, parece ter de aceitar-se que, politicamente, a soberania externa foi afectada.

4. Temos anotado, até aqui, que o conceito de soberania não significa omnipotência, salvo na pretensão totalitária, e que a não dependência interna e externa diz apenas respeito, na linguagem de Suarez, à ordem de problemas que objectivamente lhe está reservada. Esta ordem de problemas pode ser restringida ou ampliada, facto que tem expressão conceitual na distinção entre Estado de soberania plena e Estado de soberania limitada, que direito internacional reconheceu. Independentemente deste reconheci-

mento formal, o facto essencial desse fenómeno é o *poder efectivo*, o qual tem de ser entendido como uma relação; isto determina que, na cena internacional, tenha sempre existido uma *hierarquia das potências*, cuja última versão, neste século, deu origem à nova magestade das superpotências; a revisão da hierarquia pode resultar da decadência ou do declínio, a primeira cobrindo e adjectivando a deterioração dos factores internos do poder, e a segunda cobrindo a alteração da balança de poderes pelo aparecimento de novos intervenientes desafiantes.

Todos estes fenómenos causadores da revisão do conteúdo real da soberania convergem na criação de um ambiente internacional, no sentido técnico da teoria dos sistemas, em que a corrente de exigências (*inputs*) dirigidas aos poderes não encontra correspondência na capacidade de decisão (*outputs*) dos aparelhos soberanos existentes.

Para esta situação contribuem várias revoluções de dimensão mundial, que referiremos nos traços essenciais. A primeira, que começa no domínio das ondas, foi a revolução da informação: esta tornou-se simultânea e ubíqua, obrigando a uma reflexão mundial participante em todos os problemas da terra. A segunda foi a revolução científica e técnica, com expressão em vários saltos qualitativos de vida, mas com a consequência de desactualizar a ética internacional que não recuperou do seu atraso, e o efeito de colocar a humanidade globalmente sob o risco tecnológico maior. Depois a revolução do mercado, que deixou de poder ser nacional e desenvolveu todas as técnicas do transnacionalismo privado e público. Finalmente, a revolução dos teatros estratégicos com os fenómenos da corrida armamentista, da indivisibilidade da segurança e da paz, da mundialização potencial de todos os conflitos, do risco de destruição da terra.

Das advertências de Niebuhr às últimas meditações de Pierre Gallois, a lição que se encontra é a de que o Estado soberano corresponde a uma criação cultural para responder a uma certa conjuntura internacional: a radical mudança desta conjuntura vai obrigar a repensar essa criatura, com a dificuldade habitual de terem de ser usados velhos conceitos para acolher uma realidade nova ainda mal apreendida.

Uma das evidências é a de que a *soberania* não pode ser examinada como um *poder simples*, corresponde sim à integração de *vários poderes*, cada um destes submetidos a leis de variação e de extinção. Na era dos impérios, designadamente quando da corrida europeia para a África, o

tambor e a bandeira eram os símbolos mais visíveis dessa concepção de unidade do poder soberano, a qual praticamente reduzia a ciência das relações internacionais às artes da diplomacia e da estratégia.

As revoluções mundiais, acontecendo que o poder é uma relação e não uma coisa, mostram que o poder científico e tecnológico, o poder financeiro, o poder económico, o poder cultural, o poder militar, são usados em conjunturas diferentes com autonomia suficiente para que a hierarquia das potências varie em relação a cada uma delas. Mantida a paz, os vencidos Japão e Alemanha estão na primeira fila das grandes potências, e as Comunidades Europeias desafiam os EUA. Os povos europeus reunidos não conseguem organizar um instrumento científico e técnico com a capacidade de intervenção da NASA. Nenhum outro país do mundo, incluindo as superpotências, pôde continuar a responder solitário pela segurança nacional.

A resposta tem sido a revisão do *modelo do Estado* e da sua relação com a ordem jurídica internacional, no plano normativo; a formação de *grandes espaços*, com definição formal ou sem ela, no domínio dos factos.

Na perspectiva racional ou normativa, o problema da soberania, no século XX, é o de saber, como diz Oppenheim, «em que medida a soberania tal como se definia a si própria do ponto de vista da lei interna do Estado, designadamente como o supremo e originário poder com exclusiva competência para definir os seus limites jurisdicionais, é compatível com o funcionamento e desenvolvimento do direito e da organização internacional».

A resposta mais expressiva, nesta perspectiva, foi a da Carta das Nações Unidas ao instituir o Conselho de Segurança com critério aristocrático (os cinco grandes) e competência para dar ordens aos Estados. A viscosidade da ordem internacional colocou dificuldades várias ao desenvolvimento do acordado na Carta, e só agora, com a crise do Golfo, parece haver um movimento de recuperação do Conselho.

Mas o patamar entre o *Estado* e o *espaço do globo* está a ser preenchido por vários *grandes espaços*: as alianças duradoiras (OTAN e Pacto de Varsóvia), os espaços económicos com vocação política (CEE), são exemplos.

Esta nova criatura, tão inexpressivamente identificada pela expressão *grande espaço*, defronta-se com problemas homólogos dos que afectam a gestação do Estado soberano, mesmo na sua forma mais perfeita de Estado

nacional soberano. Gerado o grande espaço com base no *princípio do consentimento* (OTAN-CEE), ou com base na imposição (área dos satélites, império soviético), as necessidades e dificuldades de convergência crescem do primeiro modelo para o segundo: enquanto que nos *espaços consentidos* o objectivo que podemos chamar federal faz o seu aparecimento, nos *espaços impostos* as identidades dos grupos inspiram a resistência ou a dissolução, e o nacionalismo reaparece como ponto de referência mais sólido e dinamizador. Mas esta recuperação das identidades, que está em curso, não significa a capacidade de adoptar o modelo de Estado-nacional, tal como as independências mais recentes das colónias não foram o movimento libertador da nação: nos dois casos é a luta contra a soberania imposta, mas nenhum é a demonstração de que não vai ser necessário encontrar um grande espaço consentido.

5. Enquanto que o conceito de *grande espaço* teve o seu uso limitado ao âmbito académico, o novo problema ganhou relevo mundial pelo uso do antigo conceito de *federalismo*. A opção nominativa teve a vantagem de colher imediatamente a atenção dos destinatários das mensagens políticas, e o inconveniente de suscitar a mobilização de valores históricos e ideologias definidas num contexto sem correspondência com o actual.

Talvez o conteúdo do actual problema coberto pelas expressões *grandes espaços e federalismo* deva ser examinado em duas vertentes.

Temos em primeiro lugar um conjunto de interesses que ultrapassam a jurisdição estadual, e que nasceram fora da definição do objectivo dessa jurisdição. Existem tendências claras no sentido da evolução da sociedade internacional actual para um grande espaço unificado institucionalmente, e de novo aparece a tendência para exprimir esse objectivo possível com a expressão — Unidade Federal Mundial. Apenas neste sentido pode ser tomada a opinião de Maurice Duverger, ao comentar no seu livro — *Concept d'Empire*, que «estamos numa fase de regresso aos impérios».

Entre os domínios em relação aos quais se encontram referências de considerar sobre a definição de um conjunto de problemas que excedem os objectivos dos Estados e dos grandes espaços, podemos referir os seguintes: a) energia nuclear; b) reconhecimento e exploração do espaço cósmico; c) alguns ramos da electrónica e da informática; d) alguns ramos das indústrias químicas; e) alguns ramos da bacteriologia: finalmente o governo global da paz que faz renascer a questão de substituir os exér-

bitos nacionais ou das alianças por uma força mundial de paz, ficando os Estados reduzidos à competência de policiarem a ordem e segurança internas. O reconhecimento de uma ordem de questões suscitadas pela globalidade da interdependência, exigiria portanto uma forma de gestão dessa globalidade, com o efeito, sobre as soberanias, de afastar definitivamente o seu braço armado e a competência de fazer a guerra.

A outra vertente da questão diz respeito à capacidade de o Estado responder às exigências da comunidade à qual deve dar enquadramento. Aqui, a categoria de Estado exíguo é aquela que a experiência oferece como modelo de referência mais aproximado. Porque o poder é uma relação e não uma coisa, a exiguidade pode ter uma expressão diferente conforme as circunstâncias.

Antes da adesão da Alemanha à OTAN, e também depois disso, aquela não tinha soberania militar, e nunca a veio a ter completa em vista das restrições no domínio das armas atômicas. O mesmo se passa com o Japão. Mas, suposta a paz, o poderio económico, financeiro, e técnico-científico de ambas as potências vencidas na guerra, coloca muitos dos vencedores em inferioridade na escala do poder. Também aqui pode tratar-se de *decadência* ou de *declínio*, mas é certo que, em resultado de qualquer uma das circunstâncias, o estatuto político pode ser definitivo e exigir redefinições de soberania, ou conduzir à defesa da imagem da soberania com a perda efectiva das capacidades que lhe devem corresponder.

O processo europeu não é apenas o desígnio que Monnet procurou servir com *autoridades funcionais*, que retiram a soberania aos Estados sem a assumir, caso da Alta Autoridade do Carvão e do Aço: é, progressivamente, o reconhecimento da exiguidade dos Estados europeus em relação aos desafios da globalidade e a bem de uma resposta unitária; as duas questões fundamentais são a defesa e segurança, e a cooperação política internacional.

Parece existir uma constante histórica europeia, a qual é a de que a unidade, com forma sempre equivocadamente formulada, depende da existência de um catalisador. No longo período da organização bipolar, o catalisador, que exigia resposta militar, levou às alianças que dispensaram as Comunidades de assumir o problema específico da defesa, e de abordar menos academicamente as questões da unidade política e das transferências de soberania. O bipolarismo acabou, mas logo um catalisador *fora da área*

demonstrou a incapacidade de qualquer Estado europeu assumir o encargo da resposta. A questão do *pilar europeu* renasceu e a solução, se vier a ser organizado, terá efeito pelo menos nas formas do exercício das soberanias.

Mas apareceu um diferente catalisador, que foi a reunificação da Alemanha: todo o equilíbrio europeu, e portanto a hierarquia efectiva das potências, dentro das próprias Comunidades, foi posto em causa.

O Acto Único obriga expressamente à cooperação política dos 12 em política externa: o acordo 2+4 (as duas Alemanhas e as potências ocupantes) para liquidar os direitos remanescentes dos vencedores sobre a Alemanha, as condições da unificação, a unidade monetária, a fixação das fronteiras nos rios Oder e Neisse, a cooperação com a URSS, tudo se passou sem qualquer intervenção das Comunidades. A hierarquia das potências teve aqui uma clara manifestação, e a *reacção do aparelho das comunidades* é que preencheu o silêncio geral dos estadistas responsáveis dos vários países. Nas conferências de Paris e de Roma do ano findo, a primeira dando origem a uma Carta de Paris que foi chamada a Constituição da Nova Europa, a unidade política foi colocada, ao menos formalmente, em regime de aceleração. E tão pelas áreas da soberania, que houve governos que preferiram não levar os problemas aos parlamentos, um dos casos que parece de eloquência do silêncio do poder.

Fala-se, para tornar a questão menos agressiva, no princípio da subsidiaridade. Todas as federações existentes, a começar pelos EUA, são uniões bem sucedidas, em que o princípio da subsidiaridade foi acolhido e funcionou. Para além das cautelas semânticas exigidas pela arte de lidar com os eleitorados, de lidar com as tradições históricas, de lidar com as identidades nacionais, a unidade política pode não vir a corresponder a nenhum modelo conhecido, mas não será fácil que evite o facto pressentido de que afecta a soberania, na sua invocação nominal eventualmente, na substância do poder necessariamente.

Adriano Moreira

BIBLIOGRAFIA

- Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, Lisboa, 3.^a edição, 1986.
- Francis Gerard, *Vers l'unité fédérale du monde*, Paris, 1979.
- Heinrich Rommen, *La Teoria del Estado y de la comunidad Internacional en Francisco Soarez*, Madrid, 1951.
- Jean-Baptiste Duroselle, *História da Europa*, Lisboa, 1990.
- Jean-Pierre Vinet (coord.), *Les mémoires de l'Europe*, Paris, 1971.
- Jacques Rupnik, *L'autre Europe*, Paris, 1990.
- Max Gallo, *Manifeste pour un fin de siècle obscure*, Paris, 1989.
- Niebuhr, *On Politic* (ed. esp.), Barcelona, 1965.
- Nicolas Maquiavel, *L'Art de la Guerre*, Paris, 1980.
- Oppenheim, *International law*, I, Londres, 1948.
- Pierre Gallois, *Géopolitique*, Paris 1990.
- Paul Kennedy, *The rise and the fall of the Great Powers*, New York, 1989.
- Roberts, *History of the World*, Londres, 1987.
- Russel and Mutter, *A history of the United Nations Charter*, Washington, 1958.
- Schlesinger, *The cycles of American History*, Boston, 1968.

A JUVENTUDE — A PROPÓSITO DE DEFESA NACIONAL

Cristina Louro

A JUVENTUDE — A PROPÓSITO DE DEFESA NACIONAL (*)

1. Interpelar a Juventude sob o ponto de vista de Defesa Nacional significa pensar o futuro que é a dimensão temporal própria dos assuntos de Defesa.

É no longo prazo, pelo fio tecido entre gerações, que se revela no concreto uma concepção ampla da Defesa. Perspectiva esta que tem principalmente a vantagem de mostrar como uma comunidade política se defende não só pelos braços militares e diplomáticos mas pelas modalidades da vida civil, recursos de que dispõe, ideias, valores e projectos que concebe e realiza.

Em medidas variáveis sempre assim foi, mas hoje é-o de um modo constante e incontornável: o mundo tornou-se um espaço de acção para todos os povos a ponto de as relações externas serem vividas dentro das fronteiras pelo comum da população.

Assim sendo, a viabilidade das comunidades nacionais passa tanto ou mais pelas capacidades e vontade dos cidadãos, colocados de forma directa e permanente em situações de permuta, cooperação e confronto de interesses com outros, estrangeiros, do que pela indispensável determinação dos poderes soberanos.

Nestas condições, e em tempo de paz, *a capacidade de defesa de uma comunidade avalia-se melhor pelas potencialidades de acção do que as de reacção*, a que a ideia de defesa anda vulgarmente associada.

Esta perspectiva conduz necessariamente o tema juventude e defesa à precedência do facto educativo. Aos modos como a sociedade educa os jovens a reconhecerem a sua condição portuguesa e a agirem em conformidade de forma participativa e responsável. E ainda à importância do

(*) O texto é anterior à proposta ministerial de reforma do SMO.

grau de instrução e qualificações com que o sistema escolar valoriza o factor humano do poder nacional.

Trata-se de reconhecer que a educação tem actualmente grande relevância nas condições de segurança com que a sociedade nacional se relaciona com os outros povos. Dela decorrem, além da formação da «personalidade colectiva», competências e desempenhos com que se adquire condições de credibilidade e paridade nas relações com os outros povos, tanto mais que as potências se hierarquizam hoje mais do que nunca pelos seus potenciais culturais e científicos.

2. Na sociedade dos nossos dias o grupo juvenil é uma realidade sociológica cada vez mais ampla. Sendo na sua grande maioria consumidores passivos, os jovens têm no entanto um significativo poder cultural que os define e lhes dá consistência de um verdadeiro grupo social.

Têm comportamentos e valores de grande difusão e peso nas decisões e acções da sociedade total. Para abordar a relação juventude e Defesa Nacional conviria conhecer as opiniões, atitudes e valores juvenis respeitantes à questão da Defesa Nacional. Mas não há, no entanto, em Portugal sondagens sobre Defesa Militar ou Política Externa. Dispomos tão-só de um inquérito recente, 1988, feito à «Juventude Portuguesa: situações, problemas e aspirações» por encomenda da então Secretaria de Estado da Juventude. Esta sondagem inclui, entre outras áreas temáticas, a da identidade social e nacional dos jovens. Acresce que os seus resultados podem ser comparados com os de um outro inquérito sobre «Nacionalismo e Patriotismo», encomendado, este, pelo Instituto da Defesa Nacional.

Os resultados da referida sondagem mostram, no que respeita aos sentimentos com que os jovens vivem a sua condição portuguesa, que existe uma generalizada fidelidade, sentimento de pertença e imagem positiva de Portugal.

Afirmam, 80 por cento, gostar do seu país. Para os jovens são os triunfos face aos estrangeiros, em primeiro lugar os desportivos, seguidos dos sucessos artísticos e científicos, mais que a Bandeira, o Hino ou os desfiles militares, que desencadeiam sentimentos patrióticos. Atitude idêntica é revelada na sondagem do IDN sobre «Nacionalismo e Patriotismo».

Os sentimentos patrióticos são assim propiciados mais por êxitos obtidos em situações competitivas do que por representação simbólica ou

ritual. É no entanto reconhecida a matriz guerreira do desporto; a natureza ritual e função de simulacro das competições desportivas.

Pode-se assim inferir que para estas provas se transferem facilmente sentimentos e atitudes próprias do campo político. Aliás, de outro modo não se justifica a incorporação da Bandeira e do Hino. Nem o «patrocínio» dos governos às provas no estrangeiro consideradas explicitamente como instrumento de projecção de imagem externa dos povos.

Relativamente aos factores que concorrem para a imagem positiva do País os jovens pontuam mais o ambiente físico e humano (paisagem — 93.4 por cento; clima — 91.7 por cento; convívio agradável — 74.0 por cento), o «passado glorioso» (89.8 por cento) e novamente os factores desportivos de nível internacional (86.9 por cento).

Em contrapartida a imagem negativa forma-se sobre as dificuldades de integração dos jovens na vida activa (poucas oportunidades de futuro — 77.4 por cento; dificuldades de emprego e habitação — 77.4 por cento) e sobre as instituições sociais e políticas («os partidos só se interessam pela conquista do Poder» — 49.6 por cento; País de falta de iniciativa — 43.0 por cento; ideias retrógradas — 41.9 por cento...).

Ora são estes mesmos tipos de factores, os de ordem interna e socio-económicos, que são apontados como condicionantes do futuro do País e do seu próprio futuro.

O desenvolvimento económico, o emprego e as condições de vida são os factores maioritariamente pontuados tanto na tabela da importância como na tabela dos receios sobre o futuro colectivo. No entanto só 6.7 por cento se consideram descrentes e indiferentes. A grande maioria tem esperança, mas consideram que o seu futuro pessoal depende mais da evolução do futuro do País (33.3 por cento) do que da sua iniciativa (19.8 por cento). É de registar ainda o facto de os jovens atribuírem às «Providências» (Deus — 12.5 por cento; destino — 7.4 por cento; e sorte — 15.7 por cento) somadas mais poder de condicionamento do que à própria evolução do futuro do País. Somados também os factores imponderáveis e os colectivos fica muito reduzida a fatia de futuro controlável pela decisão individual.

Assim sendo ou parecendo (os inquéritos têm as suas limitações e as interpretações as suas ilusões e ousadias), apesar da atitude de confiança ser declaradamente maioritária e articulada com o reconhecimento das difi-

culdades com que o País se confronta, o pessimismo tradicional parece ter todas as condições para se reactualizar.

Fica, em síntese a percepção de que para os jovens a imagem positiva da Pátria é mais condicionada pelas «glórias históricas», desportivas, e pela imagem externa do que por realizações do concreto e do quotidiano interno que concorrem para o bem-estar colectivo e para a construção do futuro. A Pátria é tão-só apercebida na dimensão básica do emocional e do imaginário, tanto pelos jovens como pelo comum dos cidadãos. É que são muito idênticos os resultados dos dois inquéritos citados.

Ambas as sondagens confirmam a ideia de que não existe em Portugal um problema de identidade nacional.

No entanto tal não significa que não se mantenha o tradicional problema dos modos de identificação ou responsabilização de cada um com a vida comunitária.

Pode-se concluir que a parte que cabe aos mecanismos sociais e «espontâneos» na transmissão da herança cultural é cumprida. Resta saber como é que as instituições promovem a educação desses sentimentos, valores e atitudes.

Como é que as instituições educativas desenvolvem os modos de integração social dos adolescentes e jovens?

Como é que educam estes no sentido do bem comum?

3. As instituições educativas são hoje mais a escola do que a família. Para a educação contribui mais a audiência dos meios de comunicação do que a integração em estruturas produtivas ou outras de carácter lúdico.

O que significa que nos processos de educação e integração social dos jovens predominam as situações passivas sobre as activas.

Hoje, em Portugal, são as organizações partidárias juvenis e o serviço militar obrigatório que proporcionam as oportunidades mais activas de integração social e participação cívica.

A actividade política dos jovens atinge níveis elevados, quer como eleitores quer como militantes em organizações partidárias; pelo serviço militar passam milhares de jovens do sexo masculino.

Estes factos, no entanto, não significam por si uma boa informação e cultura política ou cívica.

A vida sócio-política tem actualmente uma complexidade e mediação que tornam indispensável uma prévia formação de tipo escolar para a sua compreensão.

Ora a opinião comum e os diagnósticos especializados «chumbam» a escola portuguesa actual. O sistema educativo não concorre para a formação social e cívica dos jovens; além de produzir um baixo nível de instrução e não preparar para a vida profissional. Nem sequer é apercebido, por muitos, como factor prevalectante nas condições de êxito pessoal e colectivo.

No que respeita aos temas específicos de Segurança e Defesa a Universidade não os integra no seus currículos, também deficientes no tocante à área das relações internacionais.

Pelo que é grande a escassez, em Portugal, de especialistas nestas matérias, atingindo-se mesmo a ausência de civis qualificados em temas da esfera militar.

É assim unanimemente reconhecido que, tal como está, o sistema educativo concorre de um modo significativo para as vulnerabilidades da sociedade portuguesa.

Nestas condições a política educativa assumiu o lugar de área de intervenção prioritária na estratégia global do Estado.

Acresce que é ainda indispensável, como factor de precedência e ponto de sustentação das políticas de juventude, que não devem ser tanto suplementos educativos como acções que visam a integração socioeconómica dos jovens na vida activa.

4. O serviço militar obrigatório tem, entre outras, a importância de ser a primeira e por vezes a única experiência de participações efectiva dos jovens numa área específica das funções do Estado. A instituição militar tem por essa via responsabilidades, de já longa tradição, como factor integrador dos cidadãos na comunidade política.

Apesar de não existirem estudos de opinião sobre o serviço militar obrigatório, há no entanto a percepção de que este tal como funciona não satisfaz. As críticas comuns incidem sobre os critérios de selecção e distribuição do contingente, que deveriam ser mais isentos por razões de exemplaridade cívica e mais ajustados aos legítimos interesses pessoais dos recrutas.

Uma outra deficiência vulgarmente apontada, e com efeitos negativos na imagem da instituição militar e na formação cívica dos jovens, é a da perda do tempo, de «subocupação», no período que se segue ao de instrução mais intensiva, a que a grande maioria adere.

Dar acolhimento e boa solução a essas críticas pode considerar-se um «dever cívico» que o Estado deve assumir para com os cidadãos que vão cumprir o seu.

A dimensão da componente tecnológica dos exércitos actuais e ainda as necessidades crescentes no campo de protecção civil apontam, eventualmente, caminhos para qualificar e diversificar as formas de serviço militar. No que respeita ao campo da formação, tanto no âmbito profissional como no da protecção civil, é um facto que os exércitos dispõem de capacidades — meios, organização e experiência — relativamente consideráveis tendo em conta a deficiência de recursos do nosso país nesses sectores.

Salvaguardada a função específica das Forças Armadas, o serviço militar poderia concorrer assim com um leque, superior ao actual, de qualificações obtidas durante o tempo de permanência nas fileiras, para melhorar a formação cívica e a integração dos jovens portugueses na vida activa.

Trata-se, de resto, de desenvolver e actualizar uma tradição das Forças Armadas Portuguesas, tal como outras europeias, de também elas concorrerem para as potencialidades do País, com os seus recursos de ensino profissional e socorro próprios.

Cristina Louro

O MILITAR E O CIDADÃO
E AS RELAÇÕES CIVIL - MILITARES

João José Brandão Ferreira

O MILITAR E O CIDADÃO E AS RELAÇÕES CIVIL - MILITARES

«Na realidade as guerras só são, como já dissemos, manifestações da própria política. A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra só é o instrumento, e não o inverso. Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer.»

Clausewitz

(«Da Guerra», Capítulo VI do livro VIII)

INTRODUÇÃO

«O Homem vive em grupo. É um animal social», assim se exprimiu Aristóteles. Viver em grupo exige alguma subordinação do interesse individual ao colectivo. O Dever Militar, neste aspecto, é único: requer a total e inequívoca subordinação do indivíduo ao grupo, mesmo o sacrifício da vida. Assim, as Forças Armadas (FAs) aproximam-se de ser uma forma avançada da Instituição Social (1).

O soldado vive uma vida ordenada. Esta ordem liberta mais do que oprime.

Está ainda longe de ser incompatível com o Cristianismo. As Escrituras mostram Cristo simpático para com os soldados e duro com os políticos, advogados, financeiros, professores e sacerdotes.

A regularização da vida militar levou a uma maior distinção entre militares e civis: o uso de uniforme, a vida em quartéis, o aumento da especia-

(1) É importante dizer isto aos oficiais mais novos, pois quem se alista fá-lo por razões racionais.

lização das técnicas militares, e a maior complexidade da gestão formal militar acentuou essa diferença. A própria distinção entre Ramos também aumentou.

No entanto, conhecem-se muitos casos em que os militares têm sucesso em áreas não militares.

Em certas alturas a eficiência dos militares em manterem uma estrutura ordenada quando as Constituições Políticas falhavam, resultou na tomada de poder pelos militares. O pretorianismo está espalhado pelo Mundo e varia muito consoante a maturidade das instituições nacionais e o grau de controle das FAs exercido pelas entidades competentes do Estado.

Hoje em dia, os militares apesar da sua identidade própria tendem a aproximar-se dos civis. Muitas das técnicas empregues pelos militares não são exclusivo seu; a comunidade militar vive menos à parte; os uniformes são menos usados fora das unidades e nas actividades sociais; as vestimentas que um general usa no campo são parecidas com as de um mecânico. Os próprios soldados gostam de vestir melhor e de se igualarem, por vezes, aos estudantes.

Até que ponto é que esta aproximação e integração irá, embora não se ponha em termos de completa convergência? Cremos que a distinção entre civis e militares continuará e o seu ponto de equilíbrio terá a ver com o momento que passa. Nada, no entanto, deverá destruir ou fazer perigar o valor que o militar tem para a sociedade, e por outro lado os militares não deverão ter problemas em integrar-se na sociedade civil quando desejarem abandonar as fileiras.

Há profissões em que aquilo que se pede ou exige dos que as exercem não pode ser regulado inteiramente por contrato (ex: padres, professores, artistas, marinheiros, agricultores, etc.). Entre elas, a profissão das armas tem e merece uma posição respeitável e de relevo. Há quem, inclusivamente, lhe chame sacerdote...

A essência da vida militar é a aplicação ordenada da força, debaixo de uma ilimitada responsabilidade e confiança. É esta última que coloca o homem de armas algo à parte.

É sempre um cidadão. Nunca será um civil enquanto serve!

No início dos anos 60 tomou forma nos EUA, sob a égide do Secretário de Estado Robert McNamara, uma nova ideia de olhar para a Instituição Militar (IM): ela era comparada a uma grande empresa e, como tal, deveria

ser gerida. O erro de base foi tremendo, esquecendo-se que não se pede a ninguém para morrer pela General Motors (2). O Vietname aí está para confirmar o desastre.

De tudo já se disse do militar. E apesar da IM constituir como que um «seguro» para a Nação, só chamamos pelos soldados, como por Deus, quando estamos em perigo. Não antes.

Os militares têm sido alvo das maiores investidas (3), ao mesmo tempo que mais poesia tem sido escrita sobre eles do que sobre qualquer outro tema. No entanto, o Homem mantém-se obstinadamente aquilo que é, declinando vir a ser o que os reformadores radicais pensam que ele deve ser.

As FAs permitem oferecer ao Poder Político o maior número de opções, quando o uso da força se torna, ou pode vir a tornar, necessário. Quanto melhores, mais bem equipadas, treinadas, etc., forem, maiores as opções.

A vida militar deve permitir que uma entidade política legalmente constituída possa dispor de FAs profissionais. Se quem usa as armas se comporta de um modo não consonante com os interesses da autoridade constituída, usurpando o poder, ou de algum modo pondo os seus próprios interesses à frente, temos o militarismo.

Nas Democracias o Poder Civil controla as FAs através do Estado. Não obstante, os militares têm o dever de participar na vida pública não devendo renunciar ao seu direito de Cidadania.

AS RELAÇÕES DE PODER E SUA EVOLUÇÃO

Todas as sociedades, mesmo as mais civilizadas, têm arranjos institucionais para desenvolver e manter a capacidade de utilizar, deter e absorver violência física quando, e se, for necessário ou vantajoso.

As FAs têm um impacto considerável na sociedade mesmo que não estejam envolvidas em conflito externo: podem duplicar os meios de segurança interna, favorecer a tomada de poder de um grupo ou tomar o Poder elas próprias.

(2) No fundo reduziu-se tudo à gestão — saber o que fazer — e esqueceu-se a Liderança — fazer com que se faça.

(3) Desde Voltaire, Bernard Shaw, Bertrand Russell, passando pelos movimentos pacifistas e acabando hoje em dia nos «verdes».

Em Portugal ficaram célebres as críticas feitas por intelectuais da geração de 70 do século passado, tais como Eça, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Hoje em dia a maioria das organizações da juventude são contra as FAs e sobretudo contra o SMO.

A IM está, no entanto, focalmente orientada para o campo de batalha⁽⁴⁾. Difere, deste modo, de qualquer outra organização civil, apesar da estrutura burocrática de que dispõe ser semelhante a outras existentes fora do âmbito militar.

O aparecimento das armas nucleares mudou isto, já que o esforço passou a ser feito não na Estratégia de Acção mas na Estratégia da Dissuasão. Esta não funcionará, porém, se as FAs não estiverem capazes de fazer a guerra caso necessário. Assim, a prontidão para o combate continua a ser a medida crítica da eficácia organizacional.

As actividades militares na sua totalidade constituem um sistema institucional funcionalmente integrado com a Sociedade.

O conflito entre civis e militares e sua acomodação são elementos que emergem numa dada ordem social. Existem dois domínios a considerar: o modo como os militares influenciam a vida social, política e ideológica, e, inversamente, a extensão do controlo civil sobre as políticas gerais e práticas específicas da IM.

As tradições ideológicas e mecanismos institucionais existentes para gerar a acomodação podem apaziguar ou exacerbar os diferentes posicionamentos dos dois grupos. Uma fonte maior de conflito potencial existe nas relações entre os chefes militares e os seus governos. Todavia, as relações civis-militares não estão confinadas ao nível governamental. As atitudes dos homens em uniforme e da população civil, uns para com os outros, as relações de trabalho que se formam em contextos específicos e as alianças políticas entre militares e grupos civis, ajudam a determinar a influência que as FAs exercem na Política e na vida social.

Em termos gerais pode dizer-se que o relacionamento entre o Exército⁽⁵⁾ e o Estado pode decompor-se nos seguintes aspectos:

— O Exército pode absorver o Estado, isto é, a política do Exército e do Estado identificam-se. É o militarismo. Foi o que aconteceu durante certo tempo com Turcos, Mongóis, as Repúblicas Italianas e o Japão imperialista do fim do séc. XIX até à Segunda Guerra Mundial (2GM).

(4) Se bem que em certos regimes totalitários a prioridade é por vezes desviada para o controlo da vida interna do país.

(5) Aqui entendido como a globalidade das FAs.

- O Exército pode paralisar e/ou orientar o Estado, tomando a primazia das Instituições Nacionais. É intocável, constitui uma espécie de «Casta», é quase um Estado dentro do Estado. Exemplo disto foi a Wehrmacht na República de Weimer (Alemanha);
- O Exército pode estar submetido ao Estado, por meio de autoridade legal ou influência controlada. Pode, em muitos casos, constituir-se como resistência passiva ou em elemento público conforme o exercício do Partido no poder.
- Nos regimes totalitários, tipo comunista, o Partido comanda o Exército (6).
- Nas Democracias o Estado controla o Exército.

Neste último caso, o Exército deve subordinação e obediência ao Poder Político legitimamente constituído, mas não lhe deve submissão.

E sendo subordinado, a sua posição não deve ser de pura subalternidade.

As FAs não são um serviço estadual, mas sim nacional. São uma componente do Estado, mas é à Nação que, em última análise, prestarão contas.

Assim sendo as FAs tenderão a apoiar o Governo tanto mais quanto este for legítimo e realizar os imperativos nacionais. Quando há colisão de deveres, relativos ao Estado ou à Nação, é esta última que deve prevalecer (7): O Exército (democrático) é eminentemente nacional, apartidário, acima das variáveis que ocupam o poder político. O Exército procede da Nação.

Segundo Samuel Huntington (8) «as instituições militares de qualquer sociedade são modeladas por duas forças: um imperativo funcional para resistir às ameaças à segurança da sociedade e um imperativo social emergente das forças sociais, ideologias e instituições dominantes na sociedade. As instituições militares que reflectem apenas os valores sociais serão incapazes de desenvolver efectivamente a sua função militar. Por outro lado, será impossível conter na Sociedade instituições militares modeladas somente por imperativos militares. A interacção destas duas forças é o nó do problema das relações do instrumento militar com o poder político.

(6) «O nosso princípio é o seguinte: O Partido comanda o fusil, e jamais permitiremos que o fusil comande o Partido» — Mao Tsé-Tung.

(7) O Direito superior prevalece sobre o inferior.

(8) «The Soldier and the state».

Duas questões levantam-se ainda: a questão da legitimidade do poder e a separação entre as funções políticas e as funções militares.

Podemos distinguir três tipos de legitimidade:

Directa, que está baseada no sufrágio universal, quando a vontade dos diferentes elementos é expressa livremente;

Indirecta, que deriva da legitimidade *directa*, afastando-se dela em termos tais que, por vezes, pouco tem a ver com eles, assentando em esquemas jurídicos justificativos do Poder apelando, por vezes, a teorias religiosas ou outras; a legitimidade pela *força*, ou revolucionária, que se baseia na capacidade física de coagir, não se importando com qualquer outro critério.

A aceitação de um ou de outro tipo de legitimidade varia com o período histórico que se vive.

A legitimidade pela força repousa nas FAs e a forma como se processam as relações dos vários órgãos do Poder com o instrumento militar é um indicador muito concreto sobre quem detém a liderança institucional e, especialmente em período de transição, sobre a estabilidade do regime ⁽⁹⁾.

A separação das funções militares das políticas é fundamental para não haver colisão ou duplicação de esforços ou ingerência de uma área noutra. A questão é velha e já podemos vê-la reflectida em SUN-TSU no seu livro «A Arte da Guerra», escrito no século V a. C., quando diz que: «Fazer nomeação é a incumbência do soberano; decidir na batalha, é do General.» «O General é o protector do Estado... O soberano que consiga a pessoa adequada prospera. Aquele que erra na escolha ficará arruinado.»

Roma resolveu este problema fazendo com que o chefe político fosse também o chefe militar. Noutros casos era o, ou um, chefe militar que, por via da força das suas legiões, assumia o poder político.

Maquiavel, na sua obra « O Príncipe», defende que o Príncipe deve comandar em pessoa o Exército. Sempre que tal não for possível (o que é de evitar) deverá escolher para capitão um cidadão valoroso e limitá-lo com leis, de modo a não exceder as fronteiras das suas funções. Caso não se mostre competente, deverá ser substituído.

No início do século XIX, após a consolidação das sequelas da Revolução Francesa, Clausewitz, no seu livro «Da Guerra», aponta soluções para a resolução do problema do posicionamento das FAs face ao Poder Político.

⁽⁹⁾ General Loureiro dos Santos, «FAs, Defesa Nacional e Poder Político», pág. 268.

Entre muitas considerações subordina claramente a guerra à política afirmando a dado passo: «A subordinação do ponto de vista político ao da guerra seria absurdo, visto que foi a política que preparou a guerra; a política é a faculdade intelectual, a guerra só é o instrumento e não o inverso.

Subordinar o ponto de vista militar ao ponto de vista político é, portanto, a única coisa que se pode fazer.» E acrescenta: «Não se pode elaborar nenhum dos planos gerais necessários à guerra sem um conhecimento íntimo da situação política... isso mostra que um certo conhecimento dos problemas militares não deveria ser dissociado da direcção das questões políticas... Não queremos dizer que este conhecimento das questões militares seja a principal qualidade de um ministro de Estado»; e conclui: «A influência de um homem de guerra sobre o Gabinete é muito perigosa quando este homem não é o general-chefe.»

Porém, uma outra corrente apareceu, já neste século, contradizendo esta última, em que a «razão militar» impunha as suas leis ao poder político. Teve expressão principal na Alemanha e foi seu expoente o General Ludendorff, que afirmava: «Sendo a guerra a expressão suprema da vontade da sobrevivência da raça a política deve servir a guerra.»

Ponto de vista diferente tem Lenine: «a política é o motivo e a guerra é só o instrumento, e não o contrário. Consequentemente, só resta subordinar o ponto de vista militar ao político».

A partir de meados do século passado o impacto da Revolução Industrial produziu inovações muito grandes na condução da guerra, na preparação dos quadros na estrutura organizacional e nas doutrinas táticas e estratégicas. Reforça-se a necessidade da subordinação do Poder Militar ao Poder Político. Nasce o conceito da Nação em Guerra que obriga à mobilização de todos os meios, económicos, financeiros, diplomáticos, psicológicos e militares disponíveis.

Nas últimas décadas, o brutal desenvolvimento e letalidade dos armamentos criou dissuasão em muitos casos e levou à intensificação dos meios de coacção indirectos. Muitas vezes criaram-se situações pouco claras de «nem paz nem guerra», o que, aliado ao uso intensivo dos «mass media», torna mais sensível as relações entre o Poder Político e as FAs. Os EUA e a Europa Ocidental têm sido particularmente atingidos por problemas daí derivados.

A Guerra do Vietname e suas sequelas foram especialmente marcantes. As palavras do General Westmoreland enquanto Chefe do Estado-Maior do

Exército são disso testemunho: «Um Exército sem disciplina, moral e orgulho, é uma ameaça para o país que jurou defender. O Exército dos EUA está ainda bastante longe de tal ameaça. Mas, pela primeira vez na história americana, o perigo de que isto possa acontecer não está mais remoto.»

Merece especial reflexão o facto destas palavras serem ditas num país onde a Democracia Política há muito está consolidada e onde não há qualquer tipo de tradição de intervenção política por parte das FAs.

Por outro lado, pela sua missão e formação, os militares têm tendência para não questionar quem manda. Tal facto produz uma espécie de angústia e instabilidade quando não aparece clara a legitimidade de quem exerce o poder.

A especificidade das situações de combate (fim último para que os militares se preparam), onde a fronteira entre a vida e a morte é muito ténue, levou a que se desenvolvam a disciplina e a obediência em grau elevado. As FAs tendem por isso a não pôr em causa quem exerce a autoridade.

Esta característica toma maior vulto nas FAs constituídas por voluntários, onde os anseios e sentimentos da sociedade civil estão mais esbatidos. Nas FAs baseadas em SMO existe uma maior harmonia de pensamento e sentimento entre as sociedades civil e militar.

Nos estados totalitários e ditatoriais a ausência de liberdade reflecte-se também na IM, e a autoridade é baseada em mecanismos psicológicos diversos mas cuja base é sempre constituída pela força. Existem verdades incontestadas, por assim dizer dogmas, o que permite uma certa paz de espírito em muitas mentes. O equilíbrio rompe-se quando é estabelecido contacto com realidades exteriores e/ou determinados objectivos não são atingidos. O que se está a passar, presentemente, nos países de Leste, é disto paradigma.

Quando, por vezes, situações de ditadura revertem para sistemas democráticos jovens e pouco experientes, a IM está sujeita a desequilibrar-se mais facilmente em relação à questão da legitimidade do Poder.

Nas Sociedades Democráticas estáveis, as FAs obedecem naturalmente ao poder constituído e são menos afectadas pelas mudanças políticas que, entretanto, se venham a dar.

O tipo de chefes militares tem também muita influência nas relações civil-militares. Distinguimos três: o Herói, o Administrador e o Caudilho.

O chefe militar completo resulta de uma conjugação equilibrada, conforme o escalão, entre a capacidade de correr riscos, liderar homens e de gerir os meios materiais à sua disposição.

A níveis inferiores prevalece normalmente a componente «herói», enquanto que subindo na cadeia hierárquica vai ganhando vantagem a componente «administrador» e a coragem física, se bem que importante, tem que dar primazia  coragem moral.

Se quisermos caracterizar o «Herói», diremos que  o profissional com maior aptidão táctica, mais propenso  resposta imediata,  resoluo dos problemas de curto prazo; enquanto que o «Administrador» vê os assuntos a maior prazo, com larga profundidade, apreciando as situações com um raciocínio frio,  luz dos mais variados factores, destacando aqueles que são decisivos e actuando em funo da sua previsível evoluo, isto , mais propenso  visão estratégica do que  resoluo dos problemas tácticos (¹⁰).

O Administrador ou o Gestor, por índole será sempre menos perigoso para a democracia do que o Herói, já que aceitar mais facilmente a subordinao ao Poder. E tanto assim , quanto mais prestigiado for o herói, que dada a sua glória pode causar problemas ao poder instituído.

Os heróis são, no entanto e por motivos óbvios, necessários às FAs, sendo esta questão da sua necessidade de existência aos vários níveis, com os eventuais problemas que isso possa acarretar para a Democracia, uma das mais delicadas que se colocam no complexo relacionamento entre a IM e o Poder Político.

A situao assume foros de gravidade quando aparecem caudilhos (ou falsos heróis). Enquanto que os heróis surgem por motivos de natureza profissional, os caudilhos espreitam uma oportunidade para retirar dividendos pessoais, muitas vezes explorando situações políticas exteriores e usando demagogia. O «Caudilho» constitui um elemento desagregador da IM, já que pode dividir e manipular as FAs e representa um perigo real para as instituições democráticas.

O pessoal que constitui os exércitos  também um factor fundamental a ter em considerao nas relações entre civis e militares.

Quando os responsáveis políticos tentam pôr o Exército ao seu serviço e não ao serviço da Nao, podem subverter a IM. Assim, a fórmula usada em democracia de o povo eleger o Poder, este fazer a guerra e usar as FAs, pode evoluir para: as FAs ditam o Poder, este faz a guerra e usa o povo. Clausewitz  ainda a nossa referência para ilustrar esta questão: «o povo,

(¹⁰) General Loureiro dos Santos, obra citada, pág. 271.

que era tudo na guerra na época das invasões bárbaras, que desempenhou um grande papel em Repúblicas da antiguidade na Idade Média (se o limitarmos como convém àqueles que possuíam efectivamente os direitos de cidadãos), já não era absolutamente nada, directamente, no século XVIII; ele não conservava uma influência indirecta sobre a guerra em consequência das suas virtudes e das suas fraquezas gerais. Assim, à medida que o governo se separava do povo e se considerava ele próprio como Estado, a guerra tornou-se uma pura questão de Governo, conduzido com o dinheiro dos seus cofres e com os vagabundos ociosos que recolhia no seu país e países vizinhos»; e adiantava: «A guerra restringiu-se portanto cada vez mais, quanto aos meios e ao seu fim, ao próprio exército. O Exército... constituía um estado no Estado...» Com a Revolução Francesa a situação muda radicalmente. «...A Austria e a Prússia puseram à prova a sua arte diplomática de guerra, que bem depressa se mostrou insuficiente. Enquanto se colocavam todas as esperanças segundo a visão tradicional, uma força militar muito limitada, uma força que ninguém imaginava fez a sua aparição em 1793. A guerra tornou-se subitamente de novo uma questão do povo e dum povo de 30 milhões de habitantes que se consideravam todos como cidadãos do Estado... A participação do povo na guerra, em lugar dum gabinete ou dum exército, fazia entrar no jogo uma nação inteira com o seu peso natural». E apontava o futuro: «... que todas as futuras guerras na Europa tenham de ser conduzidas por todo o poderio dos Estados, e por consequência só tenham lugar quando grandes interesses afectaram de perto o povo, ou que um divórcio entre o governo e o povo de produza de novo a pouco e pouco...».

Em termos gerais podemos afirmar que o ideal nas autarcias foi contar sempre com um Exército profissional e ignorante enquanto as democracias preferem umas FAs baseadas no serviço geral pessoal e obrigatório de todos os seus cidadãos.

A imagem actual que a população tem das suas FAs é fruto do relacionamento destas com o Poder Político ao longo dos tempos e das suas intervenções na defesa do País e na ordem interna.

Em Portugal podemos dizer que a Sociedade Civil tem um comportamento algo anacrónico em relação à IM: com a desculpa de que esta é uma organização fechada e por isso difícil de se dar a conhecer (o que nem sequer

é tão verdade assim), persistem em permanecer ignorantes da realidade militar alijando essa responsabilidade.

Esta situação explica-se por uma certa tradição de hostilidade para com os militares por parte da classe média a alta burguesia urbana e em particular dos intelectuais e certos grupos de esquerda, onde a IM não goza de particular prestígio.

Tal antipatia tem a sua razão de ser no que se pode referir como uma antítese civil-militar; a permissividade e o conforto face à disciplina, à ordem, ao desconforto, etc. A actividade do militar é voltada para a acção enquanto que a do intelectual é reflexiva.

O que conta, no entanto, é a inserção das FAs na sociedade no seu todo, sendo que, no nosso caso, esta inserção não está tão mal vista como se poderia julgar ao ler e ouvir a informação que os meios de comunicação nos debitam sobre ela ⁽¹¹⁾. A popularidade das FAs junto da população anda dependente da paz e da guerra, entre a hostilização e o delírio!

De um modo geral, porém, a população não desdenha as suas FAs, havendo quebras de apreciação quando estas se rebaixam (exemplo República, «PREC») ou sobem, como nos anos 40 e 50. Após 1974, dá-se um fenómeno que tem a ver com a dinâmica dos «mass media» que, em grande parte, atacam as FAs ou veiculam opiniões contrárias às mesmas. Este «bombardeio» cria no espírito das pessoas uma ampliação da realidade.

MODELOS DE RELACIONAMENTO

Vários autores têm apresentado um leque variado de modelos conceptuais de relacionamento civil-militar ⁽¹²⁾. Entre vários propostos têm colhido preferência os apontados por Janowitz: aristocrático-feudal, democrático, totalitário e estado-guarnição. O modelo aristocrático foi o que vigorou na Europa até aos efeitos da Revolução Industrial se fazerem sentir.

A base de recrutamento da elite militar era exclusivamente a elite civil — a Nobreza, o que provocava uma integração social e funcional e gerava estabilidade política. O modelo era baseado numa rigorosa hierarquia, fonte de auto-

⁽¹¹⁾ Vide resultados de um inquérito realizado sobre o Patriotismo dos Portugueses em 1988, tratado a nível do Instituto de Defesa Nacional.

⁽¹²⁾ Relativo à Europa e EUA.

ridade e de prestígio. O baixo nível de educação e especialização dos oficiais facilitava o preenchimento dos lugares de comando apenas por elementos da Nobreza. A complexidade do armamento e a sua influência na tática e estratégia iria tornar essa situação insustentável.

Em contraste com o modelo «aristocrático» aparece o modelo «democrático» em que existe uma diferença clara entre as elites civis e militares.

A subordinação do poder militar ao poder civil é inquestionável, a sua garantia é baseada através das leis votadas em Parlamento eleito e ainda pelo código ético-deontológico militar.

As FAs são uma componente do Poder Nacional, integrando-se harmoniosamente na Política Geral do Estado. No entanto, deve salientar-se que Janowitz acrescenta ser o modelo democrático mais uma meta política a atingir do que uma realidade histórica.

O modelo totalitário tem origem quando o controlo civil não se orienta para um sistema democrático. Este controlo, dado não haver também coincidência de elites, é assegurado através da selecção política dos chefes militares e de grande doutrinação.

Normalmente existem, ainda, organizações para militares ou em paralelo com as FAs e de feição nitidamente partidária. Os serviços de informação do Estado exercem, de algum modo, vigilância sobre o que se passa no seio da instituição e, no caso dos regimes comunistas, existe uma verdadeira cadeia paralela de comando exercida pelos chamados «comissários políticos».

Aquilo que se passa na América Latina, em termos de modelo totalitário, é algo diferente dos modelos desenvolvidos na Europa e noutras partes do mundo, já que, por norma, as ditaduras militares que se instalam dominam directamente a vida civil e militar.

O modelo de Estado Guarnição não corresponde a uma situação totalitária, antes resulta de uma deterioração do poder civil sobre o militar — podendo até acontecer em regimes democráticos — e da subsequente ascensão dos notáveis militares no contexto nacional. Tal facto pode resultar duma quebra de liderança civil e do não controlo efectivo de alguns domínios da vida do país. Tem mais probabilidades de se desenvolver em ambiente de forte tensão internacional ou nos períodos que antecedem a entrada em guerra, nos quais as liberdades individuais podem ser restringidas.

Outros autores elaboraram outro tipo de modelos como foi o caso de Alfred Stefen, que os dividia em aristocrático, comunista, liberal, profissional

e de «padrão moderador», este último identificado com a situação vivida no Brasil entre 1945 e 1964.

Charles Moskos, baseado na sociedade americana, distingue três modelos também aplicáveis a outras sociedades: o *militar-convergente*, em que existe uma certa convergência entre as estruturas civis e militares; o *militar-divergente*, ou tradicional, em que essa convergência de estruturas não se dá havendo antes uma diferenciação entre elas; e o *pluralista*, em que há a nível interno das FAs uma actuação simultânea nos dois sentidos, divergente e convergente, mas com direcções distintas.

As designações por vezes usadas de «Poder Militar» e «Poder Civil» não são felizes, pois pressupõem, à partida, uma separação de poderes ou até de oposição entre eles. Ora o «Poder» deve ser entendido como «Nacional» e ser depois decomposto nas suas componentes militar, económica, diplomática, etc. Em termos sociológicos ficará melhor quando se fala de inserção das FAs na vida nacional, de relações entre estas e outros órgãos do Estado.

O problema do «Poder» é o objectivo central dos estudos políticos, convindo descortinar as suas origens, dimensões e caracterização, quando se fala das relações das FAs com o Poder Político⁽¹⁵⁾.

Janowitz afirma ainda: «poucas nações tiveram êxito em solucionar adequadamente os problemas políticos das relações civil-militares e ao mesmo tempo manter a liberdade política. A Grã-Bretanha é um caso especial: lá, formas políticas de controlo democrático civil têm permanecido intactas durante um largo período histórico...» e acrescenta: «é um erro político acreditar que as FAs não constituem um grupo de pressão efectivo sobre os órgãos de governo».

Adriano Moreira referindo-se ao estado de direito afirma que: «embora querendo amparar-se na herdada proclamação da subordinação das armas ao governo legítimo, nunca pôde eliminar o facto de que as FAs estão no ambiente do processo decisório, e só por isso já participam em todo e qualquer Poder Político, façanha que não logram todos os poderes sociais em competição. Por outro lado, também não é possível esquecer que a cadeia de comando e da obediência é um fenómeno social que não corresponde necessariamente à imagem que as leis consagram, e que os fenómenos de revolta militar são

(15) Veja-se os teóricos clássicos do Poder Político: Maquiavel, Hobbes, Lasswell e outros.

apenas a demonstração mais visível de que os factos obedecem a tendências que desfeiteiam o normativismo jurídico» (14).

O problema de controlo e da subordinação das FAs ao poder político legítimo é, assim, uma questão fulcral.

Samuel Huntington preconiza um controlo de tipo *objectivo* sobre a IM, através da legislação apropriada e mecanismos diversos, bem como do desenvolvimento de um profissionalismo neutral que isole de algum modo as FAs da Sociedade e da Política e que simultaneamente garanta eficácia e subordinação.

Por seu turno, Janowitz defende um controlo de tipo *subjectivo*, só possível nas sociedades democráticas, em que o profissional militar está plenamente integrado na sociedade e que o controlo civil seja livremente aceite a nível individual.

Ambos os tipos de controlo citados contêm alguns perigos, de que se destacam o desenvolvimento de um corpo militar fechado, que pode desenvolver interesses próprios desfazados da Nação, em relação ao primeiro, e um excesso de participação na vida pública, em relação ao segundo.

As formas de relacionamento civil-militares são portanto complexas, variadas e sensíveis, variando segundo as situações de momento e as épocas históricas.

A questão do papel político dos militares no seio da sociedade é o assunto mais controverso dentro do âmbito tratado. As razões da intervenção dos militares na vida política das nações, nomeadamente em Portugal, será o que procuraremos tratar no parágrafo seguinte.

RAZÕES DE INTERVENÇÃO POLITICA DOS MILITARES

O Poder Político pode sempre ter medo que os «guardiães da cidade se rebelem contra ela» (15), e terá que saber resolver, por isso, o duplo problema da subordinação da força militar ao poder político e do controlo de um

(14) Azevedo, T. C. Esmeraldo, obra citada, pág. 71.

(15) Segundo Eliot A. Cohen (em «Elite Military Units in Modern Democracies — Comands and Politicians»), esta é a angústia fundamental das relações dos militares com os políticos.

«Poder» que dispõe de uma força de tal natureza pelo império da lei e vontade popular. Sabe-se, que não há memória da existência de uma comunidade de qualquer tipo sem a presença da força. O modo como se aplica essa força ditará, em larga medida, a estrutura política desse Estado.

Sempre que instrumentos de força, susceptíveis de gerarem poder, actuarem à revelia do aparelho do Estado, coloca-se a necessidade da sua apropriação e do seu controlo. São exemplo disso as «nacionalizações» dos regimentos privados no século XVIII e normas para o seu controlo, a eliminação, em várias épocas, de organizações com poder económico — ordens militares, religiosas, famílias judaicas, bancos, etc.

Pretende-se evitar, deste modo, poderes paralelos e eventuais usurpações do poder.

Sendo o Poder a capacidade de fazer cumprir, são ainda as armas o que, em última instância, o pode fazer.

Segundo Maria Carrilho ⁽¹⁶⁾, a proporção de países membros das Nações Unidas cujos governos foram instalados por golpe militar cifra-se à volta de um terço. Por sua vez, o General Loureiro dos Santos ⁽¹⁷⁾ relaciona o número de golpes militares com o rendimento «per capita» no período de 1958 e 1973, mostrando que países pobres são mais susceptíveis à intervenção interna dos militares. Pode-se dizer, no entanto, que a intervenção política dos militares sempre se deu e não há nenhum país em que ela não tenha ocorrido num dado período histórico.

O que levará então a este tipo de intervenções quando é certo que existem inibições intrínsecas às FAs para estas actuarem fora da sua esfera específica de acção? Esta inibição fundamenta-se hoje em dia, no profissionalismo militar, temperado com o pessoal do contingente geral; no princípio da supremacia civil associado ao ensino e divulgação que se fez deste desiderato; à não participação universalmente aceite dos militares na luta político-partidária, e, ainda, no receio da guerra civil, que entre outras iria colocar camaradas contra camaradas ⁽¹⁸⁾.

⁽¹⁶⁾ Obra citada, pág. 61.

⁽¹⁷⁾ Obra citada, pág. 261.

⁽¹⁸⁾ Como factores contrários à intervenção temos ainda a industrialização, a participação política, complexidade social e a cultura cívica.

As razões para a intervenção política das FAs terão, portanto, que sobrelevar estas. Destacamos:

- *Interesse Nacional*, quando a situação política está deteriorada e os interesses partidários prevalecem face ao interesse da comunidade, pode levar a intervenção militar dado o carácter nacional e não comprometimento partidário da IM;
- *Interesse de Ordem Sectorial*, quando existe uma ânsia de preservar a sua autonomia quanto a, por exemplo, recrutamento, instrução, efectivos, equipamentos. Resulta uma certa forma de sindicalismo militar face ao governo, dado os militares serem ciosos dos seus privilégios e «status» como instituição e defenderem os seus interesses corporativos. Um desvirtuamento do papel das FAs para além do que seria aceitável pode, inclusive, levar a que os chefes militares queiram ser os juízes últimos em todos os assuntos que digam respeito às FAs, o que iria levá-los a entrarem em áreas como a económica, diplomática, educacional de comunicação interna, etc., o que provocaria choques na estrutura governativa;
- *Distinção e extremismo das virtudes militares*, que enformam e modelam o espírito de corpo. Pode-se criar um sentimento de «missão sagrada» o que, aliado à consciência das suas capacidades e da força à sua disposição, pode propiciar uma intervenção do exército para «salvar a nação».

Todas estas razões podem ser agravadas por:

- ignorância dos chefes civis relativamente aos assuntos da Defesa Nacional e das FAs;
- ataques à IM;
- dependência dos civis face aos militares;
- existência de crises sociais/políticas;
- aparecimento de vácuo de poder;
- existência de militares com grande popularidade.

Quanto aos *níveis de intervenção* podem situar-se na influência exercida através dos canais hierárquicos/constitucionais estabelecidos, através da discussão e persuasão, podendo ir até à chantagem e à substituição de um governo por outro. O extremo da intervenção é a tomada de Poder pelas FAs.

O corolário lógico para impedir que os militares intervenham na vida política, fora do seu âmbito, seria o de evitar que as situações atrás mencionadas ocorram.

Há, assim, necessidade de estabelecer um comando efectivo, sem pôr em causa os princípios ético-deontológicos específicos da IM, utilizando métodos adequados às motivações profundas da comunidade e que tenham raízes no seu passado histórico.

Há que definir muito bem a Política de Defesa Nacional, as missões que incumbem às FAs, e, em face disso, atribuir-lhes os meios humanos, financeiros e materiais consentâneos com essas missões. Há que definir qual o tipo de serviço militar que se pretende (decisão política), face aos condicionamentos existentes e o tipo de ensino militar que se pretende instituir.

É fundamental, também, escolher as pessoas que vão ocupar altos cargos em função da sua competência, pondo de lado quaisquer outros critérios, respeitando a esfera de acção própria das chefias militares dentro da própria Instituição.

Finalmente, há que fazer a defesa da IM perante a Nação e promover os direitos, liberdades e garantias dos militares, em função das limitações impostas pela condição militar.

Para que o relacionamento se torne harmonioso, há que desenvolver canais de comunicação e respeito mútuo entre os diferentes sectores da vida nacional.

O controlo das FAs deve ser feito por órgãos do poder político para isso abalizados, e investidos de autoridade fiscalizadora. E sobretudo há que aumentar a educação sobre assuntos de Defesa Nacional e FAs aos cidadãos em geral e aos quadros responsáveis e políticos em particular.

A História de Portugal é fértil em «sobressaltos» nas relações civil-militares. Durante a monarquia tradicional tentou obviar-se ao problema colocando nas mãos do Rei o comando militar. Nem sempre, porém, as coisas correram de feição.

Temos, por exemplo, os desacordos que opuseram Nuno Álvares a Álvaro Pais e, mais tarde, a D. João I; os problemas relacionados com a regência do Infante D. Pedro, cujo desfecho se deu em Alfarrobeira; os actos políticos com consequências negativas nas operações militares, e acções de militares que desestabilizaram a situação política, na época da Restauração.

A partir dos fins do século XVIII, as relações do Poder com os militares tornaram-se mais delicadas quando se começou a fazer sentir o imjecto da Revolução Francesa. D. Maria I aumenta o soldo aos militares, numa tentativa de os sossegar.

O século XIX é de acentuada confusão nas relações entre o Poder Político e as FAs, sendo a legitimidade e o exercício da autoridade constantemente discutido pelos chefes militares. As FAs partidarizaram-se em grande parte e existiam oficiais com pretígio em cada partido ou facção política e ainda nos Ministérios e no Parlamento. A situação evoluiu até que, no último quartel do século, a figura do próprio Rei começou a ser posta em causa. Quem comanda, quer comandar também politicamente. Exemplo disto foi o Marechal Saldanha, que durante 50 anos se constituiu em fiel da balança do Poder (¹⁹).

A situação mantém-se com cambiantes até aos dias de hoje onde, no dizer do General Loureiro dos Santos (²⁰), «não há nenhuma grande modificação na estrutura de Poder em Portugal que não tenha por detrás, aberta ou veladamente, por acção ou omissão, a mão do instrumento militar».

Em 1817, dá-se uma revolta contra os Ingleses onde subressai a figura de grande prestígio do General Gomes Freire de Andrade, mais tarde executado.

O golpe do «Sinédrio», em 1820, encabeçado por Fernandes Tomás, só se dá depois da adesão ou neutralização das principais Unidades do Porto. Um parêntesis é aqui necessário para referir a única altura em que a força militar esteve separada do poder político e que ocorreu durante o breve consulado de Beresford, directamente responsável perante o Rei que estava no Brasil (o mesmo acontecendo com os Governadores). A ausência de Beresford no Brasil contribuiu para o golpe de 1820.

O ultimato de Saldanha está por detrás da acatção da Carta Constitucional outorgada por D. Pedro.

A implantação da República foi preparada pelas forças republicanas (onde militavam alguns oficiais e muitos sargentos) e contou com o apoio de uma organização clandestina, a «Carbonária», mas não teria vencido em 5 de Outubro caso não encontrasse a passividade das FAs. As acções a desencadear eram, aliás, para serem chefiadas por um militar: o Almirante Cândido dos Reis.

(¹⁹) Chamavam-lhe o «D. João VII».

(²⁰) Obra citada, pág. 263.

Finalmente, o 28 de Maio e o 25 de Abril foram desencadeados por parte importante das FAs, tendo se as restantes mantido neutrais ⁽²¹⁾.

Torna-se claro que, desde a República, os resultados da acção clandestina civil contra o poder instituído são insignificantes. O regime político vigente só é abalado ou cai quando as FAs o ameaçam.

O 28 de Maio, e o Estado Novo que se lhe seguiu, só experimentou problemas sérios com a revolta da Madeira em 1931, o General Delgado em 1958, e com a Abrilada em 1961.

Uma questão que afecta grandemente os militares é a sua tendência para admirarem e acatarem a chefia pessoal e que está relacionada com a questão: a quem obedecer? Esta característica advém do passado histórico estar recheado de vivências de poder pessoal, por ideias Sebastianistas (há-de aparecer um «salvador» que restituirá a Portugal as glórias passadas...) e ainda, pela necessidade sentida, a nível da função castrense, da unidade de comando.

Quando é claro quem manda, caso de Salazar na Segunda República, os militares recolhem-se a quartéis; quando a situação é cinzenta, as FAs agitam-se.

Exemplo típico disso são os constantes pronunciamentos militares e agitação castrense durante a I República, que mesmo assim permitiu a mobilização de cerca de 100 000 homens para combaterem em África e na Flandres, e também o sucedido entre 1826 e 1834, que levou à Guerra Civil: se até 1826 era claro que quem mandava era D. João VI, após essa data as forças políticas, e com elas as militares, dividiram-se entre o apoio ao sucessor legítimo e ao usurpador do trono.

(21) Em todos os casos de intervenção militar, é muito notória a incompetência com que são tratados alguns aspectos que dizem respeito à IM e a complacência e inacção que chefes militares e, ou chefes políticos assumem quando são confrontados com determinadas questões. Por exemplo, no período que antecedeu a República, havia grande mal estar nas camadas baixas da população contra o sistema de recrutamento em vigor, de que se fazia eco, a «Revista Militar» em artigos publicados na época. Os altos postos andavam descontentes com a situação caótica do armamento e a prática de remissões. Antes do 25 de Abril, começaram a fazer-se sentir dificuldades no abastecimento de armas adequadas à luta travada em África e de algumas munições, quando era patente a disponibilidade financeira de as adquirir. Fizeram-se ouvir ainda, algumas vezes contra os militares em órgãos de soberania e actos inamistosos de parte da população branca de Angola e Moçambique em relação às FAs, factos estes que levaram a um dos piores sentimentos que um militar pode ter em campanha: sentir-se traído pelas costas! Finalmente, o grande catalizador do movimento foi o progressivo abastardamento dos quadros permanentes pela inclusão de oficiais feitos à pressa.

As intervenções militares adquirem, salvo raras excepções, um carácter conjuntural. Se os erros cometidos no passado não forem eliminados ou os ensinamentos esquecidos, as intervenções militares na vida pública do País dar-se-ão de novo

Para isto contribui a aparente falta de memória colectiva dos portugueses.

PERSPECTIVAS DE FUTURO

A inevitabilidade da guerra num futuro visível deve ser aceite como um facto da vida ⁽²²⁾. Não quer isto dizer que nos devemos conformar com a existência dos conflitos armados, ou deixemos de lado todos os esforços para se garantir a paz e melhorar as relações entre os estados e os povos. Antes pelo contrário, deveremos apontar para que as decisões sejam tomadas em termos realistas e não utópicos e ter em mente os milhares de guerras que povoaram a História da Humanidade desde que há memória.

Esta será, sem dúvida, a aproximação mais correcta, de modo a evitar gestos precipitados e extrapolações erradas que possam, inclusive, induzir a novas confrontações violentas.

Actualmente ⁽²³⁾, os acontecimentos no Leste europeu estão a mudar radicalmente e a uma velocidade surpreendente os factores que determinavam o conflito Leste-Oeste e respectivo «status quo», cuja influência se estenderá ao resto do planeta.

Assiste-se à revisão completa dos acordos de Ialta e, eventualmente, ao fim da II Guerra Mundial.

A ameaça atenuou-se consideravelmente (pelo menos aquela que era psicologicamente percebida), mas a situação passou a ser extraordinariamente mais instável.

Ninguém, no seu perfeito juízo, poderá prever que o futuro será cor-de-rosa. Se o conflito Leste-Oeste era o mais importante a nível mundial, por envolver directamente as duas superpotências, não era o único.

Permanece o conflito Norte-Sul, os conflitos regionais (América Central, Médio Oriente, Sul de África, Península Indústânica, Sudoeste Asiático), a

⁽²²⁾ Sir John Hacket, obra citada, pág. 33.

⁽²³⁾ Estamos em Janeiro de 1990.

imprevisibilidade da China e o eventual aumento da agressividade religiosa islâmica. Além do mais, a evolução da própria União Soviética, que poderá ser obrigada a «descolonizar» internamente, pode dar origem a vários cenários, dos quais apenas um é favorável à paz: o da evolução progressiva e harmoniosa da «Perestroika» e «Glasnost». Mesmo este, poderá a médio prazo aumentar os perigos de guerra caso a economia da URSS se consolide e esta potência não ponha de lado as apetências de hegemonia mundial, por via doutrinal, e, na prática militar, defendida publicamente até há pouco tempo.

Na Europa tudo está dependente do problema fundamental que é a unificação alemã e suas implicações. A evolução da Europa de Leste é também muito importante. Além de poder entrar em convulsões sociais profundas, surgirão à luz do dia conflitos étnicos de fronteiras que apenas a mão de ferro comunista manteve em hibernação nos últimos 45 anos.

O futuro da OTAN e da CEE estão dependentes de todos estes factores e ainda da atitude dos EUA, ao que parece, empenhados em dar a mão à nova liderança soviética, sem baixarem as suas «guardas», ao mesmo tempo que se viram para a sua fortaleza-continente e asseguram o controlo da zona de influência vital das Américas Central e Sul (aproximação económica com o Canadá e México, neutralização política de Cuba e Nicarágua, ataques ao tráfico internacional de droga, intervenção táctica cirúrgica do Panamá, de modo a garantir o objecto estratégico de controlo do Canal).

Qualquer que seja o cenário futuro, não parece haver qualquer razão objectiva para que as FAs, como Instituição Nacional, percam a sua razão de ser ou necessitam mudar a sua forma de ser ou estar. Mas a evolução política e social trará, inevitavelmente, consequências para as relações civil-militares. O modo como os meios de comunicação tratarem os problemas irá ter uma importância fundamental no evoluir do pensamento da opinião pública, a que os governos democráticos são particularmente sensíveis.

Várias clivagens são facilmente previsíveis: os estrategas contra os tecnocratas e economicistas; sectores preocupados com a defesa e segurança contra os que privilegiam a segurança social, o bem-estar e outros. Haverá tendência para que a luta partidária caia na tentação de ganhar votos à custa da segurança futura.

Quanto aos partidos comunistas, que constituíam autênticas «quintas colunas» nos países onde não detinham o poder, vão entrar em ruptura consigo mesmos e em crise de identidade. Os que sobreviverem (caso não se dê

uma inversão completa a Leste) irão dedicar-se a temas como a Ecologia, a defesa dos trabalhadores, mas com novos chavões, e a outros cuja imaginação e a necessidade venham a distinguir como úteis. O debate ideológico diminuirá e a vida poderá tender a concentrar-se à volta do «estômago». Os princípios morais perderão a sua preponderância (como nalguns casos já perderam no Ocidente) em relação aos materiais. O «império do cifrão» pode instalar-se.

O sentimento religioso irá conhecer uma explosão nos países de Leste e na URSS, mas manter-se-á a níveis idênticos ou tenderá a baixar nas margens do Atlântico Norte caso os valores da espiritualidade não desponhem novamente.

As conversações sobre desarmamento prosseguirão, podendo chegar-se a alguns resultados, caso a ameaça de conflito se mantenha baixa e se consiga reconverter a indústria de armamento sem «custos» muito elevados. Neste momento, porém, nenhum dos Blocos foi ainda atingido na sua capacidade efectiva. A redução dos armamentos será benéfica para todos mas deve ser equilibrada de modo a não destruir a dissuasão.

A evolução dos países de Leste tenderá a por em causa a estrutura das FAs e a substituir as organizações encarregadas da segurança interna. A evolução política social, mas sobretudo económica, não permitirá uma adesão destes países à CEE nos próximos 8 a 10 anos.

Se a unificação alemã e, ou, as dificuldades surgidas com a união política ocidental puserem em causa a Comunidade Económica Europeia, haverá tendência para um fortalecimento das nacionalidades, dos acordos bilaterais, e o reforço dos laços com países do Terceiro Mundo que tenham sido ex-colónias tenderão, necessariamente, a reforçar-se.

Em síntese, a chave da paz está em conseguir-se os equilíbrios geo políticos mundiais e regionais que não ponham em perigo interesses vitais de potências dominantes e, assim, possam manter a gestão dos conflitos por meios não armados.

Portugal mantém as virtualidades e vulnerabilidades da sua situação geopolítica.

A definição dos objectivos nacionais deverá ser feita o mais objectivamente possível tendo em conta, fundamentalmente, os nossos interesses. Daqui se partiria para redefinir o Conceito Estratégico de Defesa nacional e com ele o Conceito Estratégico Militar.

O posicionamento das FAs na sociedade portuguesa, depois de definido, deverá ser defendido pelo poder político, de modo a diminuir a incompreensão da população face aos militares, e a evitar crises de identidade ou agitação nos meios castrenses.

Caso a evolução da situação internacional seja favorável ao desanuviamiento, haverá tendência, por parte dos órgãos de comunicação social e de um número substancial de organizações políticas, em induzirem a opinião pública à redução sistemática das FAs.

Em qualquer circunstância, tender-se-á a contestar o SMO e a sua duração. As mulheres tenderão a vir em maior número para as FAs. A evolução tecnológica não parará de se fazer sentir e a logística aumentará o seu peso relativo, o que exigirá uma maior competência técnica dos militares, com reflexos no seu recrutamento e instrução.

A Instituição Militar nos moldes actuais será mais cara e especializada, mas, por outro lado, os movimentos de juventude e a própria opinião pública procurarão «civilizar» as FAs e «suavizar» os termos em que é prestado o Serviço Militar.

O sistema democrático-parlamentar tenderá a «funcionalizar» as FAs e a considerar a profissão militar uma entre outras. Os vínculos castrenses serão empurrados para um contrato do tipo prestação de um serviço, «versus» remuneração.

As leis do mercado tenderão a invadir a Instituição Militar. No caso dos vínculos psicológicos que ligam o militar à sua instituição, se enfraquecerem aparecerão os sindicatos, primeiro disfarçados de associações profissionais. A inversão destas tendências só se dará caso se implementem a nível militar medidas que restaurem o sentimento de pertença-ser-não, estar, e a nível civil, desde que o ensino sobre o papel das FAs na sociedade seja veiculado através da escola primária e o estudo das matérias relacionadas com a Defesa Nacional constem de todos os cursos universitários. Para além disto, é urgente formar convenientemente os profissionais da comunicação social e criar especialistas em questões de Defesa e Segurança.

O equilíbrio das relações entre civis e militares é um problema de todos os tempos e sê-lo-á também no futuro. A distinção existente entre o relacionamento das cúpulas das FAs e os órgãos do poder executivo e legislativo, por um lado, e a inter-relação da Instituição Militar no seu todo com a Nação

em geral, por outro, deverá ser mínima, de modo a harmonizar o conjunto nacional e não criar fracturas no tecido social.

A solução para o problema passa pela escolha do tipo de FAs que sejam, simultaneamente, emanação da população (amostra representativa) e permita manter as características hierárquicas e disciplinares das mesma de modo a garantir a sua operacionalidade. Tal desiderato só se atingirá equacionando as condições que prevalecem no País, as suas motivações profundas e a vivência histórica do seu povo e das suas instituições.

João José Brandão Ferreira

Tenente-coronel Pil. Av.

PORTUGAL E A ADESÃO À EUROPA COMUNITÁRIA
— ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS E ALGUNS DESAFIOS —

Manuel Gonçalves Martins

PORTUGAL E A ADESÃO À EUROPA COMUNITÁRIA

— ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS E ALGUNS DESAFIOS — (*)

INTRODUÇÃO

1. No dia 1 de Janeiro de 1986 Portugal começou a ser membro efectivo da Comunidade Europeia e em Janeiro de 1993 passará a pertencer ao Mercado Único Europeu.

2. Os defensores da adesão de Portugal à Europa Comunitária apresentaram bastantes razões exógenas e endógenas. Problemas inerentes à conjuntura internacional actuaram como impulsos externos. Basta recordar a crise económica mundial (1973-1984: desencadeada especialmente pela subida dos preços do petróleo) e a decadência da EFTA (após a adesão do Reino Unido à CEE: 1973). Lembremos também a tendência da Comunidade Europeia ao alargamento, manifestada durante o período 1974-1977; os pedidos de adesão da Grécia (1976) e da Espanha (1977); e a adesão de alguns países (antigas colónias portuguesas: PALOP's) à Convenção de Lomé.

Os factores internos abundaram. Recordo a descolonização portuguesa (1974-1975); o desaparecimento do esteio africano de Portugal; a relativa internacionalização da sociedade portuguesa; a vontade de conseguir a democratização do País e alcançar a união profunda à CEE; o desejo de superar o isolamento internacional de Portugal, vincular o País à Europa Ocidental, fortalecer alguns interesses políticos dos governantes de Lisboa, desenvolver a agricultura e a indústria e proteger os emigrantes portugueses espalhados na Europa

A adesão de Portugal à Europa Comunitária foi o resultado da sua transformação, evidenciada sobretudo durante os anos sessenta e confirmada com a mudança de regime político (1974: golpe de Estado ou, segundo alguns, revolução nacional) e com algumas das suas consequências.

(*) Comunicação apresentada durante o Seminário Internacional sobre «Desafios Internos y Externos de la Europa Comunitária», realizado na Universidade de Sevilha (Espanha) em 17-20 de Outubro de 1989.

Para os defensores desta perspectiva a adesão de Portugal à Comunidade Europeia respondeu à necessidade de (depois da substituição do regime político, da descolonização e da transformação da conjuntura internacional) reorganizar a política e a economia portuguesa; apresentar um modelo de inserção internacional suficiente para ajudar a superar as dificuldades aumentadas pela crise mundial e pela descolonização e fortalecer a democracia portuguesa. Com a adesão de Portugal à Europa Comunitária procurou-se orientar o «País à deriva» por, de repente, ter sido destruído o modelo existente durante décadas. A adesão foi apreendida como «um remédio para superar o atraso do País» e inserir Portugal na Europa e no mundo.

3. Nesta análise indico alguns efeitos da adesão de Portugal à Comunidade Europeia e alguns desafios apresentados ao País por necessitar de se integrar cada vez mais nesta Comunidade (1).

1 — ALGUNS EFEITOS DA ADESÃO DE PORTUGAL À EUROPA COMUNITÁRIA

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia produziu bastantes efeitos. Recordo a reinserção do País na Europa, a necessidade de reformular as relações com a Espanha, o começo duma transformação profunda (passar da sociedade fechada para a sociedade aberta), a perda da protecção nacional inerente à existência de fronteiras físicas e mecanismos protectores, a redução da identidade nacional, o aumento dos incitamentos à emigração, a diminuição das competências do Estado, e o esvaziamento dos referenciais orientadores (2). De facto:

(1) Em: Ernâni Rodrigues LOPES e outros, *Portugal: O desafio dos anos noventa*, Lisboa, Instituto Humanismo e Desenvolvimento e Editorial Presença, 1989, p.p. 37-38, 281-283, 291.

(2) Em: Vice-Almirante Fernando FONSECA, «Portugal, o Atlântico e a NATO: Algumas reflexões», em: *Estudos Políticos e Sociais*, Vol. XII, n.º 1-2, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1984, p.p. 24-25; Ernâni Rodrigues LOPES e outros, ob. cit., p.p. 37-38, 133-135, 138, 189-190, 229-230, 238-239, 251-253, 265, 275-278, 284-285, 287, 291; José Luís Pinto RAMALHO, *A estratégia de futuro da OTAN e a posição de Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987, p.p. 51-52; *No caminho da sociedade aberta. Objectivo 92*, Lisboa, Grupo de Ofir, Edição do PPE, 1988, p. 10; José Medeiros Ferreira, *Portugal. Os próximos 20 anos. IV Vol. Posição de Portugal no mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p.p. 94-96, 107-108.

1. No século XV Zurara — dando voz à consciência nacional — afirmou: «frente ao muro de Castela necessitamos de ganhar o de além para não perder o de aquém». Posteriormente os analistas multiplicaram as explicações sobre os motivos da expansão portuguesa e as suas opiniões divergiram. Apesar disso, parece inégavel, a formação do império português também resultou da convicção dos seus agentes se encontrarem a fortalecer a Pátria e a participarem numa empresa importante para todos. Se Portugal optou pela atlanticidade e por formar o seu Império Ultramarino, foi também por ter sido impelido pela necessidade de se expandir para sobreviver. A sua opção marítima, expressa inicialmente no povoamento do litoral e dos estuários do Tejo e do Sado e no abandono relativo das regiões do interior, foi prolongada no povoamento dos Açores e da Madeira e na busca dos meios existentes noutros continentes. O esforço de sobrevivência e projecção marítima, conferiu a Portugal a sua identidade e a sua individualidade especial na Península Ibérica e na Europa. Individualidade e especificidade reconhecida pelos Estados ao longo da história e realçada pelos aliados principalmente quando solicitaram que Portugal assinasse — como fundador — a carta da OTAN.

Estas reflexões, observou Salazar numa conjuntura difícil, obrigam-nos a colocar em primeiro lugar a defesa do ultramar português e especialmente das províncias portuguesas existentes no Continente Africano, e forçam-nos a não nos envolvermos nos assuntos da Europa. Quando Portugal, por iniciativa própria ou compelido por outros, se misturou nos negócios do Continente Europeu, distraiu-se das suas tarefas ultramarinas e nessas ocasiões os portugueses regressaram à Pátria com prejuízos graves e perdas de vidas e fazenda. As vezes vieram com glória, mas apareceram sempre desiludidos das suas intervenções. Esses desvios na linha definida pelas necessidades vitais do povo português, frente ao mar e costa à terra, concluiu Salazar, não devem repetir-se! São precedentes a, na medida do possível, evitar ⁽³⁾.

Existiram outros efeitos. Por exemplo, o aumento da conflitualidade (antes os conflitos eram reprimidos com rigor, mas após a adesão deixou de ser possível utilizar este método: a violência até pode surgir por influxos externos), a diminuição da liberdade para formular políticas autónomas (sobretudo por causa da inserção nos circuitos supranacionais), a impossibilidade de reproduzir os padrões antigos de domínio, e a europeização e mundialização acelerada da vida portuguesa.

⁽³⁾ Em: Franco NOGUEIRA, *Salazar, Vol. IV. O ataque (1945-1958)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1980, p.p. 154, 396-398.

Mas, dissemos anteriormente, a conjuntura nacional e internacional mudou e Portugal, após a descolonização, regressou às suas fronteiras físicas europeias e deparou com bastantes problemas originados pela sua nova posição no mundo. Por isso os novos detentores do poder político português compreenderam que ele, apesar de continuar a ser um País marítimo, também pertence à realidade geográfica Europa e à cultura europeia e deve regressar decididamente às suas origens e integrar-se completamente na Comunidade Europeia.

2. A adesão de Portugal à Europa Comunitária também apresentou a necessidade de reformular as suas relações com a Espanha. Desde o princípio dos anos 70, compreendeu-se a necessidade de aceitar a abertura aduaneira entre Portugal e Espanha. Mas a adesão de Portugal à Comunidade Europeia mostrou em termos novos a relação necessária entre os dois Estados. A abertura à Espanha deixou de depender de Portugal quando ele aderiu à EFTA (1960) e, desta forma, aceitou participar nos esforços de integração europeia. Nesta ocasião o Governo português abriu uma brecha no regime de quase-autarcia. Parece que a sua união aduaneira com a Espanha nem dependia da sua adesão à Comunidade! De facto, o acordo comercial assinado entre a Comunidade Europeia e a Espanha (1970), o acordo para o comércio assinado entre essa Comunidade e Portugal (1972), e a intenção de adesão à Comunidade manifestada pela Espanha (1977), foram passos para aquela união. Portugal para impedir a sua união aduaneira com a Espanha tinha de rejeitar todas as relações comerciais institucionalizadas com a Europa Comunitária, porque todos os laços de comércio livre com a Comunidade seriam alargados à Espanha, quando ela concretizasse a adesão à Comunidade Europeia. Portugal não podia conservar relações comerciais abertas com dez dos Estados Membros da Comunidade e manter trocas limitadas com um desses Estados. Se Portugal tivesse aderido à Europa Comunitária antes da Espanha, a referência necessária para o futuro relacionamento comercial entre este Estado e Portugal seria o acordo de 1970 assinado entre a Comunidade e a Espanha. Por isso, depois de aderir à EFTA (1960), Portugal perdeu bastante do poder para controlar a sua relação com a Espanha. Esta perda aumentou quando assinou o acordo comercial com a Comunidade (1972). Nesta data, o poder de iniciativa deixou de existir unicamente em Lisboa. Ora, a adesão de Portugal à Europa Comunitária acelerou o movimento de integração peninsular.

Tenha-se em conta que o assunto «Espanha-Portugal» não se esgota nas relações bilaterais entre os dois Estados (sobre as trocas comerciais, os transportes, as pescas, etc.). Prolonga-se na importância da Espanha na sociedade internacional. Por isso para apreender o relacionamento «Espanha-Portugal» é necessário compreender correctamente o desenvolvimento económico de Espanha, o seu estatuto na OTAN e na Europa Comunitária, e a transformação das Comunidades Autónomicas existentes em Espanha.

Após a adesão de Espanha e Portugal à Europa Comunitária apareceram algumas tendências. Por exemplo: fortalecimento em Espanha de multinacionais preocupadas em se expandirem em Portugal, aumento do comércio espanhol em Portugal, transferências de investimentos de Espanha para Portugal, aumento da emigração portuguesa em Espanha, e acções comuns para o desenvolvimento das regiões fronteiriças, principalmente de Algarve-Andaluzia, Minho-Galiza, Alentejo-Estremadura e Trás-os-Montes-Castela.

Parece poder afirmar-se que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia favoreceu a cooperação entre os dois Estados da Península. Prevemos o aumento das trocas comerciais entre os dois países, acréscimo e intercâmbio dos seus investimentos, expansão dos meios de comunicação de interesse mútuo, acções transfronteiriças para desenvolver as regiões do interior e facilitar a mobilidade dos trabalhadores, e aumento da mão-de-obra portuguesa em Espanha.

3. Ao aderir à Comunidade Europeia Portugal comprometeu-se com o Mercado Europeu e com o funcionamento da Europa sem fronteiras. Por isso «iniciou» uma revolução profunda. «Começou» a passagem da sociedade fechada para a sociedade aberta, a substituição dos critérios de protecção pelos critérios de competição e a alteração de inúmeras regras e muitos comportamentos existentes na sociedade portuguesa. Esta sociedade, para se integrar o indispensável na Europa Comunitária necessita de sofrer uma transformação global. A modernização de um sector exige a modernização de outro sector e, em última análise, a modernização global. Esta exige ajustamentos em todos os sectores da sociedade. No momento da adesão de Portugal à Comunidade os comportamentos estavam, e em muitos aspectos ainda estão, alicerçados em condições de sociedade fechada (em

ingerências do poder político proteccionista, distribuidor de privilégios, etc.): em condições não dependentes directamente da produtividade e competitividade. Por isso a integração necessária de Portugal na Comunidade exige uma estratégia de modernização capaz de fazer que as oportunidades inerentes ao processo integrador se repercutam positivamente em todos os sectores.

Se a transformação da sociedade portuguesa prosseguir normalmente e da forma necessária os portugueses assistirão a uma revolução extraordinária. A modernização por internacionalização e o contacto livre com as sociedades europeias mais avançadas serão choques revolucionários e profundos. A integração de Portugal na Europa Comunitária até modificará mais as condições de governo do que as transformou a democratização e a descolonização dos anos setenta. Nas sociedades dos Estados Membros da Comunidade mais desenvolvidos a formação do Mercado Único Europeu exige a superação das autonomias de decisão dentro das fronteiras nacionais. Por isso também será uma transformação profunda. Mas na sociedade portuguesa, bastante mais atrasada, a perda da protecção nacionalista existente na fronteira física e nas normas protectoras será um choque extraordinário! A transformação será superior à mudança acontecida em 1974. A passagem do regime autoritário para o regime democrático modificou o modo de formar as decisões políticas, mas não alterou o seu conteúdo básico e também não transformou completamente a estratégia nacional para o desenvolvimento. Ora a adesão à Europa Comunitária procurou bloquear as soluções tradicionais (proteccionismo, etc.). O Estado ao negociar a adesão preservou bastantes prerrogativas nacionais e alguns agentes resistem às mudanças seguindo métodos e costumes tradicionais. Mas a dinâmica da integração deve ultrapassar gradualmente essas cláusulas e resistências. Os decisores políticos continuam obrigados a defenderem os objectivos e os interesses nacionais, mas não podem cumprir esta obrigação utilizando o isolamento, as relações de hostilidade e as práticas proteccionistas.

4. Numa sociedade aberta, as estratégias devem ser elaboradas atendendo às estratégias das outras sociedades inseridas no mesmo processo de integração. Os interesses nacionais, como disse, não podem ser defendidos utilizando o isolamento, o proteccionismo e as relações de hostilidade. Esses interesses devem ser defendidos utilizando acções de coope-

ração. A consecução dos objectivos nacionais deve resultar da competição entre os diversos sistemas nacionais. Numa sociedade aberta, as práticas protectoras tradicionais não beneficiam, pelo menos a médio e a longo prazo, nem o poder político e nem os agentes sociais.

Por isso quanto menos antecipação estratégica existir mais violentas serão as consequências da transformação exigida pela integração europeia. O imobilismo e a defesa da ordem existente ultrapassada poderão perturbar profunda e gravemente a sociedade portuguesa.

5. A adesão de Portugal à Europa Comunitária também reduziu a identidade nacional. Esta redução, é fácil de compreender, aumentará com a integração de Portugal nessa Comunidade. Mas não se esqueça que a palavra «Nação» possui significados e conteúdos variados. Pode indicar um ser desfigurado, identificado apenas com o passado, e pode significar uma entidade em evolução, onde os nacionais escolhem o futuro. O passado da Nação pode ser apreendido de diversas formas e receber diversas interpretações e o futuro da Nação pode ser múltiplo e modulável. A justaposição dos planos supranacionais e subnacionais apresenta a necessidade de afirmar e defender a Nação em contextos de grande mobilidade: integração europeia, relações interestaduais, processos de regionalização, etc. Estes factores não deixam descansar o plano nacional. Por isso a Nação Portuguesa não pode ser uma entidade predeterminada e imposta. Portugal, enquanto Nação, implica a escolha dos cidadãos entre as possibilidades apresentadas pelos processos de regionalização, das autonomias da Madeira e dos Açores, das relações entre os Estados da Península Ibérica, da integração na Europa Comunitária, etc.

6. O fluxo da emigração portuguesa recebeu novos impulsos com a adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Esses factores aumentarão durante o período de integração.

Actualmente existem comunidades bastante importantes de emigrantes portugueses em bastantes países membros da Europa Comunitária. Por isso nesses países existe uma base aliciante para outras saídas de Portugal. Após 1993 a livre circulação de trabalhadores facilitará o aumento da emigração.

Nos primeiros tempos os emigrantes portugueses poderão desejar viver em Espanha e por isso, durante a primeira fase, os problemas poderão diluir-se no contexto ibérico. Mas, atendendo à base de apoio existente, provavelmente a emigração portuguesa aumentará e fortalecerá as Comunidades portuguesas existentes nos outros países da Europa Comunitária. Esses países poderão ser escolhidos para fugir às dificuldades sociais não superadas convenientemente em Portugal.

7. A adesão de Portugal à Comunidade Europeia transferiu para autoridades supranacionais (Comissão das Comunidades, Tribunal de Justiça, etc.) algumas competências pertencentes ao Estado Português. Essa adesão alterou a liberdade do poder político português para estabelecer as condições da sua inserção nacional e internacional, deslocou os centros de decisão (o poder político passou a estar condicionado pelas negociações entre os Estados Membros); criou vínculos para o conteúdo, o calendário e as políticas concretas; uniu o desenvolvimento do País à integração da Comunidade; e associou a estratégia de desenvolvimento às relações de força existentes na Europa Comunitária. A soberania-autonomia do poder político português, em relação à determinação e regulação das macropolíticas, passará, gradualmente, para os centros de decisão da Comunidade. Cada Estado Membro deve exercer as funções de regulação para evitar no reduzir os desequilíbrios possíveis.

Durante o período de pré-mercado interno, as instâncias comunitárias devem procurar (utilizando fundos estruturais) diminuir os desníveis de desenvolvimento. O Acto Único Europeu expressou a vontade de favorecer o desenvolvimento harmonioso do conjunto da Comunidade e diminuir a diferença entre as regiões. Por isso bastantes projectos portugueses de infra-estruturação foram, são e serão co-financiados com fundos comunitários.

É de esperar a intervenção crescente dessas instâncias nas políticas portuguesas, especialmente relacionadas com as contas externas, as contas públicas, o ordenamento do território e a preservação das condições ambientais. As autoridades comunitárias, por exemplo, vigiarão e procurarão evitar as derrapagens das contas externas portuguesas. Por isso incitarão o Governo Português a «arrumar a casa», vendendo, se necessário, o seu

Património. Recordamos a necessidade de privatizar. Os portugueses serão impelidos a serem cautelosos e evitarem situações prejudiciais à Europa Comunitária.

Apesar disso a diminuição das competências dos Estados a favor das autoridades comunitárias fortalece o poder dos Estados Membros. Os centros de decisão nacionais perderam poder internamente ou, se preferem, cederam poder internamente, mas, entre outras coisas, melhoraram as condições de afirmação do seu poder externo e da sua capacidade de negociação internacional.

8. A diminuição de referências orientadoras é uma das consequências da forma como se realiza a abertura-modernização da sociedade portuguesa, especialmente do curto espaço de tempo em que deve se efectuada.

As sociedades europeias mais desenvolvidas actuam, desde há bastante tempo, com abertura extensa e possuem laços umas com as outras e bastante experiência acumulada. Por isso podem superar com bastante facilidade o choque apresentado pelo mercado único e a necessidade de passar a actuar em sociedade verdadeiramente aberta. Apesar disso possuirão focos de resistência contra o processo de integração. Imaginem por isso as resistências possíveis na sociedade portuguesa! Nesta, sociedade periférica, esses empecilhos, se surgirem, não interferirão de forma decisiva na dinâmica europeia global, mas dificultarão as oportunidades de Portugal superar rapidamente o seu atraso. Por isso os portugueses, utilizando programas de formação para actuar na sociedade aberta, devem ser adaptados ao processo de integração europeia.

II — *ALGUNS DESAFIOS APRESENTADOS A PORTUGAL POR NECESSITAR DE SE INTEGRAR NA EUROPA COMUNITARIA*

Os reptos apresentados a Portugal por necessitar de se integrar na Comunidade Europeia são muitos. Lembro a necessidade de se transformar, reorganizar a estrutura produtiva, produzir em função das exigências da Europa Comunitária, aumentar os vínculos entre os agentes económicos,

privatizar o necessário, vencer convenientemente os empecilhos existentes contra a modernização, e dificultar a formação da «Europa fortaleza» (4).

1. Os Estados Membros da Comunidade Europeia devem, até 1993, adaptar as políticas económicas e sociais, harmonizar as regras jurídicas e as normas fiscais, eliminar as restrições aduaneiras, liberalizar os transportes aéreos, criar uma zona monetária única, etc. Por isso devem enfrentar transformações profundas.

Para os países pertencentes à Europa Comunitária há muitos anos, essas modificações — para formar o Mercado Único — apresentam desafios muito importantes. Os aspectos exigente e amplo e a necessidade da mudança ser acompanhada de vontade colectiva decidida dão aos desafios um carácter político. Que dizer, sob este aspecto, em relação a Portugal, bastante mais atrasado, sobretudo precisamente no campo mais específico do mercado referido, o económico? Durante a Cimeira de Bruxelas os Estados Membros da Comunidade aceitaram duplicar os fundos estruturais e conceder a ajuda solicitada pelo Governo Português. A razão apareceu clara. Resolveram, posteriormente, não admitirem desculpas opostas à construção do mercado único e ao desenvolvimento das suas economias. Após 1993 nenhum país, membro da Comunidade Europeia, permanecerá dentro das suas fronteiras físicas anteriores e o grande mercado avançará, ainda que algum deles tropece ou fique para trás.

Por isso Portugal necessita, urgentemente, de se adaptar. O êxito, a partir de 1993, exige a sua transformação: o arranque vigoroso e a adaptação do Estado, da economia e da sociedade portuguesa. Exige, como disse anteriormente, uma grande revolução. Os objectivos «transformação e adaptação» devem ser inscritos em todas as estratégias públicas e privadas, sectoriais e globais. Não permaneçamos iludidos. Os países mais desenvolvidos da Europa Comunitária não desacelerarão, não travarão a sua corrida

(4) Em: *No caminho da sociedade aberta. Objectivo 92.*, ob. cit., p.p. 10-12, 16, 19-20, Ernâni Rodrigues LOPES e outros, ob. cit., p.p. 1, 11, 24, 59-60, 73-74, 115-116, 129, 168, 216-224, 229, 235, 238, 246-259, 263, 266-267, 279, 283-292; José Medeiros FERREIRA, ob. cit., p. 94.

Não se esqueça a necessidade de adoptar uma atitude realista (atender às limitações e às possibilidades dos portugueses) e buscar uma resposta adequada; acelerar a regionalização (sem ela — considera «meio de abertura e transformação» — o desenvolvimento das zonas mais carenciadas do País continuará a ser prejudicado); diminuir as despesas públicas, os juros da Banca e os preços dos seguros; fazer que a transformação seja assumida por todos; etc.

contra-relógio para permitirem a coesão com os países mais atrasados. Estes devem acelerar e avançar decididamente. Por isso este é um dos desafios mais importantes existentes em Portugal após a adesão à Europa Comunitária.

2. Portugal também necessita de reorganizar a estrutura produtiva. Esta reestruturação deve incidir sobre o sistema financeiro, a distribuição-comercialização, a Administração Pública, etc. Se identificarmos as áreas fundamentais onde é necessário intervir, encontraremos as zonas onde devem ser concentrados os meios e os esforços indispensáveis para a modernização do País. Indico, como domínios importantes, algumas actividades relacionadas com a situação geográfica, a infra-estruturação, as indústrias agro-alimentares, as indústrias tradicionais, o turismo e o descanso, a florestação e a formação de recursos humanos. De facto:

a. A situação geográfica de Portugal, ao lado do Atlântico e do Mediterrâneo e junto às grandes rotas para entrar e sair da Europa Atlântica, concede-lhe virtualidades especiais, relacionadas principalmente com as comunicações intercontinentais. Essas virtualidades oferecem-lhe a possibilidade de realizar actividades muito importantes no âmbito da globalização das comunicações e do comércio, e da concretização do Mercado Único Europeu. O território português possui portos muito importantes para receber e escoar produtos indispensáveis para o Continente Europeu, e estuários com estaleiros capazes de atenderem convenientemente parte das encomendas navais externas necessárias para a produção mundial.

Portugal, pensamos, deve desempenhar as funções atribuíveis à «fachada atlântica da Península Ibérica». Se não o fizer, permanecerá excêntrico na Europa Comunitária e continuará a ser uma periferia dessa Península. Por isso necessita de, pelo menos, melhorar o tráfego aéreo, expandir as vias rodoviárias e ferroviárias, modernizar a frota marítima e apetrechar convenientemente os portos de Lisboa, Sines, Aveiro, Leixões e Viana do Castelo.

b. Deve ser acelerada a infra-estruturação do território português, especialmente a relacionada com as telecomunicações e as vias ferroviária e rodoviária. A tecnologia e os equipamentos indispensáveis podem exigir a intervenção de empresas multinacionais. Mas nem por isso se pode vacilar.

c. A produtividade da agricultura portuguesa é pequena (comparada com a produtividade da Europa Comunitária: esta é excedentária em alguns produtos agrícolas). Portugal não possui os requisitos necessários para produzir satisfatoriamente algumas culturas agrícolas. Apesar disso tem condições suficientes para desenvolver alguns produtos adaptados ao seu clima. Por isso parece possível e necessário expandir a produção, transformação e comercialização de, ao menos, azeite, vinho e produtos hortícolas e frutícolas.

d. O funcionamento do Mercado Único Europeu apresentará problemas bastante graves às indústrias tradicionais portuguesas (têxteis, vestuário, calçado, etc.).

Mas estas indústrias, se formarem grupos com as dimensões necessárias e se inserirem em redes de distribuição-comercialização adequadas, conseguirão superar essas dificuldades. Essas empresas podem até encontrar outras oportunidades (internas, comunitárias e mundiais) de mercado e diferenciar a produção atendendo a essas oportunidades.

e. O território português (principalmente na faixa litoral e na maior parte dos Açores e Madeira) possui as condições necessárias para desenvolver convenientemente actividades ligadas ao turismo e ao descanso.

Em Portugal já existem bastantes dessas actividades e o turismo já pesa bastante nas receitas e no emprego do País. Mas essas iniciativas tendem a aumentar e o Governo Português deve favorecer a sua expansão. O desenvolvimento das comunicações, as transformações na demografia da Comunidade e a necessidade de ocupar os tempos livres favorecerão o êxito do seu esforço. De facto, a instabilidade nos empregos aumentará os tempos livres das pessoas, o envelhecimento da população exigirá a existência e a utilização dos serviços de descanso e de turismo e o desenvolvimento dos transportes aproximará as localidades, diminuirá o tempo ocupado nas deslocações e reduzirá os preços das viagens.

Por isso a conjuntura incita a desenvolver as actividades relacionadas com o turismo e o descanso.

f. Em Portugal existem bastantes florestas. Apesar disso as florestas portuguesas tendem a aumentar. Bastantes terrenos actualmente orientados para produções agrícolas não rentáveis (no quadro comunitário) tendem a ser afectados à florestação. O Mercado Único Europeu fortalecerá os laços

necessários entre as empresas portuguesas ligadas a este sector e as empresas de outros países da Comunidade interessadas, por exemplo, na pasta de papel, nos resinosos e na cortiça.

g. O êxito da estrutura produtiva reorganizada exige a existência de recursos humanos capazes de executarem convenientemente as suas funções. Actualmente a conjuntura apresenta muitos desafios aos agentes nacionais: ou eles se adaptam ao mercado comunitário, ou o mercado português será conquistado pelos agentes externos. A parte do mercado único a ser adquirida e explorada pelos actores portugueses dependerá da sua capacidade para se adaptarem às condições desse mercado. Por isso é necessário inventar e multiplicar as actividades para formar esses agentes.

3. A partir de 1993 a economia da Europa Comunitária integrada funcionará em termos de globalidade, como economia completa, e cada uma das economias nacionais especializar-se-á no âmbito dessa globalidade, apresentará especializações dentro do conjunto global. Essas especializações serão consequências da integração, resultados da redistribuição de actividades dentro do sistema económico europeu global.

Por isso a economia portuguesa aparecerá como «segmentos, nichos e fileiras» da economia comunitária. A dimensão desta economia integrada permitirá sobreposições de unidades empresariais e sectores económicos. O sistema de especializações não será rígido. Subsistirão configurações variáveis de articulações intersectoriais. Mas serão excepções e não modificarão o princípio da estratégia de especializações orientada para a produtividade geral da economia europeia integrada.

4. Os agentes económicos portugueses necessitam de alcançar dimensões suficientes para actuarem eficazmente no Mercado Único Europeu. As dimensões necessárias dependem da produtividade comparada em relação a cada produto e das possibilidades de penetrar no mercado. Em geral, parece claro, as empresas necessitam de reunir as suas energias para, a partir de 1993, enfrentarem o mercado das grandes empresas.

Por isso os agentes portugueses precisam de favorecer o associativismo e o cooperativismo e estabelecer alianças com grupos-agentes capazes de aumentarem as suas dimensões e conquistarem convenientemente os mercados necessários. O poder político deve ajudar a criar e fortalecer os grupos económicos.

5. As privatizações multiplicaram-se em muitos países, até na União Soviética e nos países do Leste. Mas nas sociedades abertas, partes da Europa Comunitária, as privatizações devem atingir toda a economia produtiva e estender-se a sectores não-económicos. Se alguma dessas sociedades espera por 1993 para privatizar, mostra que a preparação para a competição europeia (é o motivo mais convincente para justificar as privatizações) deve surgir do exterior. A administração consciente das suas obrigações actua movida principalmente por outros impulsos. Por isso o poder político português deve avançar com as privatizações.

6. Na sociedade portuguesa existem muitos empecilhos opostos à modernização. Recordo a situação geográfica periférica de Portugal; a insuficiência de recursos humanos adequados (elevada percentagem de mão-de-obra não qualificada, organização empresarial deficiente, etc.); o envelhecimento da população; a falta de prestígio e influência das elites existentes; o receio de aumentar a desregulação da sociedade; o domínio de valores alicerçados em direitos adquiridos, no parentesco, etc., (dificultam a valorização dos méritos individuais); a natureza artesanal da economia; a pequena quantidade de tecnologia de ponta; a existência de bastantes empresas incapazes de subsistirem no novo contexto (ao desaparecerem aumentam o número de desempregados) e de muitos agentes económicos procurando sobreviver (tendem a acrescentar os despedimentos); a resistência dos operários (prejudica a concertação necessária para a reestruturação produtiva); a atitude negativa de muitos portugueses frente às transformações surgidas (aceleração da urbanização com as suas consequências, alteração dos comportamentos dos familiares, dos amigos, etc., atitudes diferentes diante do trabalho e do dinheiro, etc.: bastantes sentirão profundamente a necessidade de mudar para sobreviver e alguns insurgir-se-ão contra a mudança: de forma extrovertida — violência, absentismo, etc. — ou introvertida — desequilíbrio psicológico, etc.); esforço de alguns agentes económicos para continuar com regras de jogo económico fechado e protegido (procuram normas e prazos opostos às regras do jogo comunitário e adiar a adaptação necessária); a oposição da classe política (o Poder ou parte dele passará para instâncias comunitárias: por

isso os agentes políticos prejudicados tenderão a opôr-se à mudança). A modernização da sociedade exige o domínio sobre estes e outros empecilhos existentes.

Por isso o poder político português deve procurar vencer convenientemente os obstáculos opostos à modernização da sociedade portuguesa. Para isso deve explicar à população os objectivos e o alcance das transformações necessárias (as mudanças são aceites mais facilmente quando se compreende a sua necessidade e o seu alcance); aumentar o desenvolvimento económico do País (é mais fácil aceitar as transformações quando cresce o desenvolvimento económico: durante os próximos anos a economia portuguesa — por receber estímulos comunitários importantes, etc., — pode crescer mais do que na maior parte dos países da Comunidade); apoiar convenientemente os marginalizados durante o processo de transformação para integrar o País na Europa Comunitária; e formar os recursos humanos necessários (a formação ajuda a compreender o processo de integração comunitária e aumenta a capacidade para alcançar o desenvolvimento — económico e social — necessário).

7. Finalmente, Portugal deve procurar impedir a formação (tendência possível) da Comunidade Fortaleza (Comunidade Europeia fechada). O Governo Português deve conservar e defender relações intensas com o Brasil e os PALOP's.

CONCLUSÃO

A adesão de Portugal à Europa Comunitária originou resultados inolvidáveis. De facto Portugal, depois de ter sofrido choques e abalos muito violentos — perda da independência política (1580-1640), do Império do Oriente (1595-?), do Brasil (1825), dos direitos históricos sobre África (1884-1885), dos restos do império conservados até 1974 (1974-1975), etc. —, por ter aderido à Comunidade Europeia e necessitar de se integrar convenientemente no Mercado Único Europeu:

1. Ficou sujeito a muitos influxos exógenos e, actualmente, enfrenta a necessidade de se transformar profundamente e superar bastantes desafios importantíssimos.

2. Ou se adapta convenientemente à conjuntura actual e faz surgir a massa crítica e as modificações necessárias, ou o seu sistema económico é pulverizado pelos impulsos externos e passa a ser a «lixreira da Comunidade». Se acontecer isto, Portugal produzirá para o mercado da Comunidade apenas o que os Estado Membros desejarem comprar atendendo ao preço, ou quiserem encontrar nessa periferia; e produzirá para o mercado interno o que esses Estado não lhe quiserem vender.

BIBLIOGRAFIA

- LOPES, Ernâni Rodrigues e outros, *Portugal: O desafio dos anos noventa*, Lisboa, Instituto Humanismo e Desenvolvimento e Editorial Presença, 1989.
- RAMALHO, José Luís Pinto, *A estratégia de futuro da OTAN e a posição de Portugal*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1987.
- FERREIRA, José Medeiros, *Portugal. Os próximos 20 anos. IV Vol. Posição de Portugal no mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- Nogueira, Franco, *Salazar, Vol. IV. O ataque (1945-1958)*, Coimbra, Atlântida Editora, 1980.
- *Estudos Políticos e Sociais*, Vol. XII, n.º 1-2, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1984.
- *No caminho da sociedade aberta. Objectivo 92*. Lisboa, Grupo de Ofir, Edição do PPE, 1988.
- *Público*, 14-16 de Dezembro de 1990.
- *O Primeiro de Janeiro*, Ano CXXIII, número 345, 13 de Dezembro de 1990.
- *Jornal de Notícias*, 4 de Dezembro de 1990.

Manuel Gonçalves Martins
Prof. Associado da Universidade do Minho

UMA PERSPECTIVA INTEGRADA
SOBRE A INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

Costa Neves

UMA PERSPECTIVA INTEGRADA SOBRE A INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

INTRODUÇÃO

É relativamente pacífico afirmar-se que a indústria portuguesa de defesa se encontra enferma. O mesmo já não acontece quando se diagnosticam as origens prováveis da doença e, muito menos, quando se propõem terapias para erradicar o mal. Isto resulta, em nossa opinião, do uso frequente de metodologias de análise restritivas do âmbito do problema, frequentemente alicerçadas em premissas divorciadas da realidade do mundo actual, em constante e rápida mutação.

Hoje, mais do que nunca, a preparação do futuro de um qualquer sector de actividade produtiva exige o recurso a estudos sistémicos dos múltiplos factores em jogo, que ponderem, com a máxima isenção, flexibilidade e realismo, os efeitos das interdependências, interinfluências, condicionalismos e oportunidades geradas na complexidade do meio envolvente.

É nesta perspectiva que se considera essencial que qualquer exame de viabilidade da indústria portuguesa de defesa, ou de qualquer das suas parcelas, se baseie invariavelmente em estudos prévios e aprofundados da envolvente internacional e suas linhas de força, da envolvente nacional e suas características e, finalmente, da evolução provável dos aspectos mais relevantes de cada uma delas.

É também importante não perder de vista que o futuro desta indústria pode ser visto sob duas ópticas diferentes, uma de segurança e defesa e a outra económico-financeira, e que é do justo equilíbrio entre ambas, depois de devidamente ponderados os pesos relativos das potencialidades e vulnerabilidades nacionais, que nascerão provavelmente as soluções mais adequadas para o sector. Evidentemente, o estudo da conflitualidade, real e latente, a nível regional e mundial, é outro dos aspectos que poderá interessar à determinação das grandes linhas de orientação para as unidades industriais de defesa.

Por último, referem-se as consequências da integração de Portugal na Comunidade Europeia e do pleno funcionamento do respectivo Mercado Único como assunto prioritário de reflexão e debate, com o objectivo de se encontrarem as melhores soluções para o sector e, simultaneamente, para se determinarem os processos mais adequados de defender com oportunidade os pontos de vista nacionais no fórum comunitário.

É neste sentido que se elaborou o presente trabalho. Atribuindo-lhe conteúdo algo polémico, sempre saudável para a renovação das ideias, pretende-se tão-só que ele constitua uma contribuição válida para animar o indispensável debate sobre o futuro da indústria nacional de defesa.

A ENVOLVENTE INTERNACIONAL

Uma análise cuidada do estado actual da ciência e da tecnologia (C&T) no mundo industrializado e dos seus reflexos no funcionamento dos mercados de bens e serviços permite tirar um certo número de conclusões, que se revestem da maior importância para as indústrias que aspirem a níveis europeus de desenvolvimento e modernização.

Assim, constata-se que a tecnologia é, de facto, uma mercadoria de grande valor económico reprodutivo. A incorporação de alta tecnologia e de inovação nas mercadorias é condição necessária, ainda que não suficiente, para atingir o alto nível de competitividade indispensável ao sucesso nos mercados mundiais.

No entanto, a produção de tecnologia de ponta só é possível a partir de uma base sólida de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) racionalizada, bem estruturada, adaptada à realidade e aos objectivos a atingir, moderna e, sobretudo, dinâmica.

Em boa verdade, a concorrência obriga a que a velocidade de produção de inovação seja muito elevada, implicando, por isso, a desactualização rápida dos produtos e uma permanente necessidade de mais inovação.

Infere-se daqui que, para satisfazer as exigências contínuas de tecnologia avançada, tornam-se naturalmente necessários esforços de I&DT intensos e dispendiosos.

A generalidade dos países europeus, face à crescente concorrência liderada pelos EUA e pelo Japão e à emergência de novos países industrializados da Ásia e América Latina, reconheceu ser difícil cada um deles

suportar isoladamente o elevado preço da I&DT indispensável à inanição da competitividade dos produtos nacionais. Daí, terem vindo a incentivar cada vez mais a procura de soluções no âmbito da cooperação entre empresas e estados.

Outra linha de força do pensamento actual sobre a problemática da ciência e tecnologia consiste na necessidade de ligação estreita, funcional e coordenada entre sectores, público e privado, e entre instituições de I&DT, do estado, da indústria, da universidade e outras, como forma de fortalecer, com menos encargos, uma dada base industrial.

Por outro lado, existe hoje a consciência clara de que os mercados internos nacionais revelam-se, na generalidade dos casos, de dimensão insuficiente para garantir, por si só, a viabilidade económica das indústrias nacionais, sobretudo quando funcionam à base de tecnologias de ponta.

Os materiais de defesa, para além de estarem sujeitos a estas tendências, são ainda influenciados pela aceitação generalizada da necessidade de redução dos orçamentos de defesa, como resultado da prioridade que os governos atribuem à resolução dos problemas de tipo social, cultural e ambiental dos respectivos países. Este facto tem necessariamente efeitos negativos na procura daqueles materiais que, ao diminuir, provoca oscilações no mercado e sobe o nível de concorrência, com graves consequências para as empresas menos preparadas.

Existe hoje, por isso, uma evidente constatação da necessidade de modernizar e rentabilizar as unidades de produção de bens e serviços para a defesa, que tem levado os governos a optarem pela transferência do sector estatal para o privado de um número crescente de responsabilidades pela produção de armas e equipamentos para fins militares.

Esta tendência, apesar de se ter vindo a mostrar bem sucedida, requer o estudo atento de soluções que se prendem com o segredo e segurança militares e com a forma de minimizar os efeitos negativos, em termos de defesa nacional, do facto de as empresas privadas apenas se interessarem, por definição, por realizações economicamente viáveis e lucrativas.

É neste mundo animado de grande dinamismo, altamente tecnológico, competitivo e inovador que a indústria nacional tem que encontrar um lugar por direito próprio o que, como se infere do estado actual do País no domínio da C&T e sobretudo da I&DT, não será tarefa fácil.

A ENVOLVENTE NACIONAL

Caracterizemos em seguida o enquadramento nacional da indústria nacional de defesa, cujas dificuldades nascem na própria debilidade económico-financeira do País, agravadas por factores de outra ordem, nomeadamente estruturais e políticos.

Assinala-se, para começar, a insuficiência tradicional das parcelas orçamentais destinadas ao desenvolvimento da base científico-tecnológica nacional. As despesas em I&D, quer em valor absoluto, quer em valor relativo, são ainda das mais baixas da Europa, pese embora os esforços que têm vindo a ser feitos para alterar esta situação. Para além disso, verifica-se que os investimentos em I&DT estão frequentemente divorciados da realidade e prioridades nacionais.

O sistema C&T nacional apoia-se quase exclusivamente no sector do estado e no ensino superior, mantendo em plano muito secundário o importante papel que, hoje em dia, deve ser desempenhado pelo sector privado e pelos outros graus de ensino, nomeadamente no fomento do gosto e do interesse pelas actividades de investigação na população mais jovem. Assim se explica que o empenhamento daquele sector no financiamento e execução da I&DT nacional seja, percentualmente e em valor absoluto, dos mais baixos da Europa.

Importante é referir também que a escassez de recursos humanos empenhados no esforço nacional de I&DT é das mais penalizantes do mundo industrializado e é, com certeza, uma das causas principais da debilidade da base C&T nacional.

As dificuldades resultantes das insuficiências em recursos humanos e financeiros, outras se podem acrescentar, como por exemplo:

- as profundas assimetrias regionais na distribuição das indústrias e dos centros de investigação;
- a desactualização ou insuficiência da generalidade das infra-estruturas e equipamentos de I&DT;
- a fragilidade das ligações entre unidades de investigação e entre estas e o sector produtivo nacional;

- a precaridade do esforço de coordenação das actividades de I&DT a nível global;
- a insuficiência dos mecanismos de avaliação e difusão de oportunidades e resultados de I&DT.

É, pois, legítimo concluir-se que a base C&T nacional é frágil e apoia-se em actividades de I&DT francamente insuficientes face às exigências do mundo tecnológico actual e muito aquém dos padrões europeus. Daqui resulta um vector industrial tradicional de baixa produtividade, predominantemente constituído por pequenas e médias empresas, carentes a nível tecnológico e organizacional, com uma fortíssima dependência de tecnologia, de métodos e processos de trabalho, de materiais, de máquinas e equipamentos provenientes do estrangeiro.

A EVOLUÇÃO PROVAVEL DAS ENVOLVENTES

Se prevalecerem os ideais de paz, de justiça, de progresso e de bem-estar, por um lado, e, pelo outro, se continuarem os movimentos de adesão aos princípios de funcionamento democrático das sociedades que têm caracterizado a época actual, reforçar-se-ão com certeza as linhas de força dominantes atrás mencionadas.

Assim, continuar-se-á muito provavelmente a assistir à consolidação das seguintes tendências:

- internacionalização da vida económico-financeira e monetária das nações e das empresas;
- incremento da cooperação intra, trans e internacional;
- crescimento da importância da C&T como vector estratégico do desenvolvimento social e económico;
- aumento da concorrência e da competitividade;
- alargamento dos mercados;
- exigências de incorporação de tecnologia nova e avançada nos bens e serviços;
- aumento do equilíbrio entre os papéis atribuídos à iniciativa privada e estatal no desenvolvimento das sociedades;
- incentivação do recurso a fórmulas de cooperação intra, trans e internacional, entre estados e empresas.

Neste caso, o futuro da indústria portuguesa de defesa, aliás como o das outras indústrias, dependerá da forma como elas se integrarem e acompanharem o rápido processo evolutivo a que o mundo está a ser submetido. Merece, porém, especial atenção o estudo das consequências para a indústria nacional da nossa integração na Comunidade Europeia e do pleno funcionamento do Mercado Único Europeu, no interior do qual circularão livremente pessoas, bens, serviços e capitais.

Este espaço económico unificado que, em princípio, entrará em pleno funcionamento em 31 de Dezembro de 1992, introduzirá dados novos que afectarão o relacionamento tradicional entre os estados europeus e terá repercussões em todo o mundo, sobretudo porque representará o nascimento de um mercado interior com dimensão e potencialidade que lhe permitem rivalizar com quaisquer outros, nomeadamente com o dos EUA.

As consequências previsíveis do funcionamento pleno deste mercado podem sintetizar-se do seguinte modo:

- a dimensão dos mercados específicos vai aumentar, incentivando níveis de produção mais elevados;
- os custos de produção directos e indirectos tenderão a diminuir como resultado da eliminação das barreiras e taxas aduaneiras;
- a concorrência intensificar-se-á face às novas e atraentes oportunidades em termos de mercado e de lucro;
- a conjugação dos três factores precedentes tenderá a fazer baixar o preço dos produtos e a subir os níveis da procura interna e externa;
- a competitividade transformar-se-á num factor de sobrevivência das empresas;
- para resistirem às pressões da concorrência e satisfazerem as exigências qualitativas e quantitativas dos mercados, as empresas terão que se socorrer cada vez mais de tecnologias avançadas e de inovação e, ao mesmo tempo, proceder à reestruturação e à modernização das respectivas unidades de produção e à concepção de estratégias logísticas adequadas à realidade;
- como é natural, nem todas as empresas conseguirão vencer o desafio, perdendo total ou parcialmente os seus mercados a favor das que sobreviverem;

- as empresas de maior dimensão estarão potencialmente em melhor posição para resistir e ocupar o espaço deixado pelas que desaparecerem, criando uma forte tendência para a concentração; este facto levantará problemas ao desenvolvimento regional intracomunitário e à sobrevivência das pequenas e médias empresas, situação que as políticas governamentais terão dificuldade em corrigir;
- estas empresas, vendo-se ameaçadas, procurarão associar-se ou fundir-se por forma a ultrapassarem a dimensão crítica que lhes permita competir em condições minimamente satisfatórias com as suas rivais, ou socorrer-se-ão, para esse efeito, de especializações profundas num produto ou numa região com características específicas e pouco vulgares.

Estas tendências interinfluenciam-se e tendem a ampliar-se, afectando o conjunto das indústrias dos estados comunitários, nomeadamente as indústrias de defesa, que também serão obrigadas a respeitar as regras de funcionamento do Mercado Europeu, incluindo as que se referem à concorrência.

Este facto repercutir-se-á nas medidas proteccionistas que habitualmente os estados dispensam às indústrias de defesa respectivas, impedindo-as ou, pelo menos, limitando-as substancialmente.

Baseamos esta opinião no articulado do próprio Tratado da Comunidade Económica Europeia, que só excepcionalmente concede aos estados membros o direito ao uso de certas medidas de protecção das produções nacionais e mesmo assim, desde que não alterem, directa ou indirectamente, as regras da concorrência para bens e serviços não especificamente militares. Mesmo no caso de um estado membro se defrontar com a necessidade de tomar medidas internas para enfrentar perturbações de ordem pública, situações de guerra ou de tensão internacional que possa degenerar em guerra, a Comunidade procurará assegurar o normal funcionamento do Mercado.

As medidas de excepção previstas no Tratado, contemplando apenas situações em que a divulgação de uma informação ponha em causa a segurança de um estado membro, acabarão por se aplicar apenas àqueles que estejam na vanguarda da investigação ou do desenvolvimento tecnológico dos produtos listados e classificados como militares pelo Conselho de

Ministros da CEE. E mesmo nestes casos, o próprio Tratado impede que as medidas tomadas pelos estados membros «tenham por efeito falsear as condições da concorrência no interior do Mercado, prevendo o recurso ao Tribunal de Justiça da Comunidade por aqueles (empresas ou estados) que se considerarem lesados pelo uso ilegítimo das referidas medidas de excepção.

Esta questão merece a máxima atenção, sobretudo considerando a proximidade do início do pleno funcionamento do Mercado Único Europeu. É urgente debater e aprofundar toda a extensão e alcance das restrições impostas pelo Tratado nesta matéria, nomeadamente em relação ao entendimento que se dava ter sobre, entre outras, as seguintes questões:

- Quais as circunstâncias em que se deve considerar que as condições de concorrência dentro do Mercado estão a ser falseadas?
- Será ou não idêntico o tratamento que vai ser conferido à produção de bens e de serviços classificados como militares, no caso dos últimos serem prestados por empresas nacionais às respectivas Forças Armadas e de segurança?
- Quais as situações em que deve entender-se haver uso abusivo dos poderes previstos no Tratado para salvaguarda da segurança e defesa nacional?
- Em que condições se considera que as medidas de excepção adoptadas ao abrigo do Tratado afectam as regras de concorrência para produtos não especificamente militares?
- Que tipo de medidas coercivas podem ser impostas a um estado membro ou a uma empresa condenada pelo Tribunal de Justiça Europeu?
- Qual a panóplia de implicações do funcionamento do Mercado para o relacionamento comercial e industrial dos estados europeus com os países do resto do mundo?

Se a interpretação que fazemos das regras de funcionamento do Mercado Único Europeu estiver correcta, uma coisa é certa: as empresas nacionais de defesa, públicas ou privadas, terão que respeitar as regras da concorrência sempre que esteja em causa o funcionamento de bens ou serviços a entidades nacionais ou estrangeiras, mesmo que se trate das Forças Armadas ou de Segurança do próprio país. Estamos, porém, cientes de que o

assunto é complexo e polémico. Temos como certeza apenas a convicção de que ele se reveste de grande importância para o futuro da indústria portuguesa de defesa e que, atendendo à nossa fraca capacidade de manobra no seio da Comunidade, a atitude mais previdente será a de nos adiantarmos aos factos e de nos prepararmos convenientemente para poder influenciar, na medida do possível, o aerópago europeu nesta matéria e, sobretudo, para resistir e ultrapassar o choque que representará a nossa integração plena na Comunidade Económica Europeia.

CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

O que antecede permite-nos concluir que a indústria nacional de defesa está inserida num ambiente internacional caracterizado por crescentes exigências científico-tecnológicas e intensa concorrência e, ainda, numa realidade doméstica debilitada económica, industrial, científica e tecnologicamente.

As empresas que se dedicam em Portugal à produção de bens e serviços para fins de defesa são, na generalidade, inteira ou maioritariamente estatais. Este facto, tido geralmente como uma das vulnerabilidades do sector, contraria, como se verificou, a tendência que se manifesta internacionalmente.

Como causa desta situação, é frequentemente apartada a Lei 46/77, de 8 de Julho, da limitação dos sectores público e privado, omitindo-se ou subvalorizando-se, no entanto, outras razões da maior importância, como por exemplo:

- práticas desincentivadoras da produção nacional, tais como o suprimento das necessidades das Forças Armadas através do fornecimento de materiais estrangeiros por países aliados, muitas vezes designados impropriamente por auxílios, ou ainda a aceitação de contrapartidas negociais não reprodutivas, materializadas em armas ou equipamentos, tantas vezes inadequadas às nossas necessidades reais;
- preferência tradicional e generalizada entre nós pelo negócio de representações, mais fácil, de menor risco, mais lucrativo e de resultados financeiros mais imediatos do que a actividade industrial;

- longo período de isolamento político do País numa época de grande desenvolvimento mundial no domínio científico-tecnológico, nomeadamente no sector de produção de armamento e equipamento;
- necessidade de canalizar, durante a parte final desse período, a totalidade do esforço da indústria de defesa nacional para a produção de materiais tradicionais de tecnologia também clássica, para responder em tempo útil às necessidades mais prementes das Forças Armadas empenhadas na guerra colonial: armas ligeiras e morteiros e respectivas munições, bombas de aviação para fins gerais, comunicações e outra electrónica, manutenção naval e aeronáutica;
- clima de grande indecisão política quanto ao futuro do sector gerado após o fim daquela guerra.

Outra característica da indústria nacional de defesa em contradição com a corrente dominante no mundo industrializado é a insignificância dos recursos humanos e financeiros empenhados nas actividades de I&DT que, logicamente, não podem deixar de prejudicar a competitividade dos seus produtos.

Isto, associado à pequenez do mercado nacional, torna difícil, senão impossível, a viabilização económica das empresas de defesa, mesmo que pudessem vir a ser as fornecedoras exclusivas da procura interna.

Merecem ainda referência outros aspectos que, ainda que indirectamente, prejudicam a indústria nacional de defesa. É o caso de certas deficiências estruturais da organização militar, que implicam o consumo da maior parte dos orçamentos dos Ramos em despesas gerais com pessoal. A viabilização da indústria de defesa tem necessariamente a ver com os programas de médio e longo prazo de rearmamento das Forças Armadas e de Segurança e com o estabelecimento e reposição dos níveis de reserva planeados.

A debilidade das ligações entre Ministério da Defesa, Forças Armadas, indústria e organismos científicos de I&D tem sido, em nosso entender, outra das razões que tem prejudicado a conjugação de esforços indispensável a uma maior e mais coerente participação das empresas de defesa em actividades de cooperação internacional, bem como a obtenção de contrapartidas reprodutivas visando a dinamização do sector, ou ainda a exploração adequada das potencialidades oferecidas pela actividade científica no âmbito da OTAN.

Face a este panorama pouco optimista, é muito natural que a indústria nacional de defesa esteja em posição de desvantagem relativamente às suas congéneres europeias. A competitividade dos produtos que oferecem é, regra geral, insuficiente para conquistar, como é hoje indispensável à sua viabilização económica, mercados internacionais duradores e até mesmo o próprio mercado nacional, tradicionalmente voltado para o consumo de materiais estrangeiros, propostos com base em condições melhores de qualidade, eficácia, preço e prazos de entrega.

SOBRE O FUTURO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

Quando nos questionamos sobre a necessidade de o País possuir uma indústria nacional de defesa, surgem invariavelmente dois argumentos favoráveis:

- imprescindibilidade relativamente à capacidade de defesa autónoma;
- impacto positivo no desenvolvimento económico e tecnológico global do País.

Em nossa opinião, ambos reflectem alguma verdade, mas não a verdade toda, merecendo, por isso, alguns comentários.

De facto, falar hoje em dia, em abstracto, de capacidade de defesa autónoma pode levar a conclusões irrealistas, na medida em que os países têm recursos limitados e só uma pequena parcela é destinada à defesa. Logo, a capacidade de defesa não pode, como se sabe, ser avaliada senão em confronto com os diferentes tipos e graus de ameaças e tendo em atenção o factor tempo. Nesta perspectiva, só excepcionalmente se poderá criar uma capacidade de defesa autónoma, por maior que seja o esforço que se fizer nesse sentido, mesmo no caso das economias de guerra.

Em relação ao impacto da indústria de defesa no desenvolvimento económico e tecnológico global de um país, é preciso que se diga que ele só é positivo se aquela indústria possuir certas características, como, por exemplo, capacidade para transferir para outros sectores de actividade conhecimento e tecnologia ou para oferecer ao País outras vantagens de tipo económico-financeiro, directas ou indirectas. Caso contrário, o impacto da indústria de defesa poderá ser insignificante ou até negativo.

Para avaliar a necessidade de criar ou manter uma indústria de defesa há que avaliar a importância relativa de dois aspectos distintos que, no entanto, se interinfluenciam:

- um diz respeito às necessidades de segurança e defesa nacionais;
- o outro a questões essencialmente de ordem económico-financeira.

Salvaguardadas as reais possibilidades da Nação, a influência da segurança e defesa nacionais nesta avaliação depende, entre outros factores, dos seguintes:

- objectivos nacionais permanentes e, eventualmente, objectivos conjunturais;
- tipologia e grau das ameaças;
- nível de autonomia desejado;
- política de alianças e compromissos internacionais;
- poder negocial que o Estado pretenda alcançar através da produção de armamento;
- características e dimensões atribuídas às Forças Armadas;
- materiais cuja dependência do exterior for considerada estrategicamente indesejável.

Por sua vez, qualquer estudo de viabilidade económico-financeira da indústria de defesa deve ter em vista factores de outro tipo, dos quais se destacam:

- intensidade da procura dos materiais que se deseja produzir;
- nível de concorrência que estes terão de enfrentar em preço e qualidade;
- investimentos humanos e materiais necessários para atingir esse nível;
- viabilidade de os obter com oportunidade;
- capacidade para criar e manter a dinâmica empresarial indispensável à conservação dos mercados conquistados;
- possibilidade de se tornar parceiro desejado em projectos e programas de cooperação internacional,

Esses estudos, numa palavra, devem ponderar a viabilidade de se atingir e manter níveis concorrenciais, interna e externamente, quanto a preço, qualidade e inovação tecnológica.

Ao nível da decisão política, estes dois aspectos devem ser ponderados e, no caso da componente de defesa nacional ser considerada prioritária, os encargos financeiros necessários à respectiva laboração devem ser assumidos de forma inequívoca e determinada. Não se quer com isto dizer que se perca de vista a necessidade de reduzir ao máximo os encargos com uma dada unidade fabril, mesmo quando se rege pelo estatuto de «arsenal». Considera-se, pelo contrário, que mesmo no caso da eficácia prevalecer sobre a eficiência, há que ter a preocupação constante de alcançar os objectivos com o menor custo possível para o erário público, o que implica necessariamente competência, empenho e saber.

Uma análise deste tipo, tendo em linha de conta as opiniões que adiantámos a propósito das consequências do funcionamento pleno do Mercado Único Europeu, conduz invariavelmente a uma das seguintes soluções:

- encerramento das unidades industriais que foram antieconómicas e sem interesse para a segurança e defesa nacionais;
- atribuição do estatuto de «arsenal» àquelas que, tendo interesse para a segurança e defesa do País, não são economicamente viáveis;
- manutenção, seja como empresas públicas, privadas ou mistas, de todas as outras que, sendo ou não interessantes para a segurança e defesa, são ou podem vir a ser rentáveis e capazes de competir com sucesso.

Para que pesem menos no orçamento de defesa, os «arsenais» devem ser geridos tendo permanentemente em vista a maximização da relação eficácia-custo. O seu bom funcionamento depende:

- da definição inequívoca do respectivo estatuto, com o âmbito de funcionamento, objectivos e dependências perfeitamente claros;
- da adopção de métodos científicos modernos de organização e gestão em todas as áreas e critérios de competência a todos os níveis;
- do fomento de processos permanentes de qualificação e actualização profissional e incremento da motivação e da criatividade;

- da manutenção de níveis elevados de modernização do parque industrial e dos métodos e processos de trabalho;
- da obtenção e análise de informação sobre as congéneres estrangeiras mais avançadas, no âmbito da gestão e da tecnologia;
- avaliação contínua da produtividade com base em critérios científicos adequados;
- aproveitamento máximo das potencialidades oferecidas pelas necessidades internas e externas, por exemplo na troca de bens ou serviços, desde que isso não colida com as regras da concorrência impostas pela Comunidade.

Em relação às empresas nacionais em regime de concorrência, há que procurar criar condições que lhes permitam tirar o melhor partido do mercado interno, ainda que reduzido. Por exemplo:

- aumentando os fornecimentos às Forças Armadas e de Segurança;
- adequando os programas nacionais de aquisição de bens e serviços às possibilidades de produção interna e vice-versa;
- elaborando programas integrados de investigação, desenvolvimento tecnológico e fabrico que sirvam a globalidade da indústria nacional;
- negociando contrapartidas reprodutivas para a indústria de defesa que visem, nomeadamente, a obtenção de tecnologia ou a participação em programas de cooperação com outros países no domínio da I&DT ou do fabrico.

Obviamente, para se alcançarem objectivos deste tipo é necessário fazer um esforço de integração, coordenação e racionalização das actividades de defesa sob a égide do Ministério da tutela, por forma a tornar possível determinar, com grande aproximação, o volume do mercado interno e os tipos de material que pode consumir a curto, médio e longo prazo, bem como a evolução provável das parcelas orçamentais destinadas à defesa e à segurança.

O planeamento e programação a prazo das empresas beneficiariam também se existissem previsões plurianuais de necessidades em que se integrassem os orçamentos anuais de defesa e se as leis de programação militar incluíssem indicações concretas sobre o material a que se referem.

É também defensável a substituição dos concursos públicos por contratos-programa com a participação das Forças Armadas em todas ou parte das fases de concepção e produção, solução que, no entanto, nos parece prejudicada pelas já referidas regras de funcionamento do Mercado Único Europeu.

Refira-se, por último, que no mundo actual e, sobretudo, na Europa de que fazemos parte é difícil a um pequeno País, de fracos recursos e sem uma base científico-tecnológica avançada, sustentar uma indústria de defesa própria essencialmente apoiada no sector público. As empresas privadas devem, por isso, ser incentivadas a pesquisar oportunidades no domínio da produção para a defesa, por exemplo ao nível dos componentes de sistemas de armas e dos seus equipamentos, seleccionando áreas com interesse económico e especializando-se nelas.

Porém, considerando o ambiente de fortíssima concorrência em que se desenvolvem os mercados de materiais para a defesa e a grande fragilidade crónica da base C&T nacional, são sérios os riscos que correm essas empresas. Para os minimizar, é aconselhável o recurso a soluções que explorem as potencialidades oferecidas pela cooperação internacional na Comunidade e fora dela.

CONCLUSÃO

Tendo em linha de conta o exposto, a indústria portuguesa de defesa enfrentará grandes dificuldades no futuro, sobretudo se encarada preferencialmente sob uma óptica económico-financeira.

Em boa verdade, o sucesso do sector exige intensas e permanentes actividades de I&DT que tendem a fazer crescer a respectiva parcela nos custos de produção dos materiais e, por consequência, uma acentuada tendência para o encarecimento dos produtos. Esta tendência só é atenuável através do aumento das séries de fabrico, o que pressupõe a dilatação do mercado, da qualificação cuidada e criteriosa da mão-de-obra, do refinamento dos métodos e processos de trabalho e de garantia de qualidade em todas as fases de produção, desde a concepção ao produto acabado, o que, por sua vez, implica a existência de uma base sólida de I&DT do sistema C&T nacional.

Como se constata, estes pressupostos estão longe de se encontrarem satisfatoriamente realizados no caso português. Esta realidade é ainda agravada pela forte concorrência que existe no mercado internacional, resultante, entre outros factores, do clima de desanuviamento Leste-Oeste e da tendência para a contracção de despesas com a defesa militar, cuja consequência mais imediata é a quebra de procura de material novo no mercado mundial.

Crê-se que nem mesmo a actual crise do Golfo alterará este estado de coisas, a não ser, quando muito, parcial e temporariamente.

Continuar-se-á, com certeza, a assistir ao recrudescimento do recurso a fórmulas de cooperação intra e internacional, nomeadamente no âmbito da I&DT, tanto mais aconselháveis quanto maior for a fragilidade económica, científica e tecnológica dos países (ou das empresas). Esta é a melhor forma de entrar em projectos e programas de alta tecnologia, de outra forma inacessíveis, e de criar gradualmente, através da transferência de tecnologia, o nível científico-tecnológico crítico a partir do qual se torna possível desencadear, com sucesso, iniciativas próprias e individualizadas no âmbito da indústria de defesa.

Simultaneamente, a cooperação permite repartir as despesas e os riscos financeiros pelos cooperantes e gerar um poder concorrencial acrescido.

A integração europeia e, sobretudo, o funcionamento do Mercado Único Europeu, dilatará a importância da cooperação intra, trans e internacional e obrigará cada estado membro a repensar o futuro das respectivas unidades industriais de defesa. As que forem consideradas imprescindíveis sob o ponto de vista de defesa nacional, sendo, porém, de impossível ou muito duvidosa viabilização económica, deverá ser atribuído o estatuto de «arsenal»; as restantes terão que criar e desenvolver, por elas próprias e sem proteccionismos estatais, as condições para sobreviverem no ambiente de forte concorrência em que se verão envolvidas.

Mesmo que se venha a construir um mercado europeu exclusivamente para armamento e equipamento de defesa, como se discute actualmente ao nível dos países do IEPG, ele desenvolver-se-á certamente num ambiente de respeito integral pelas regras da concorrência, mantendo-se assim válidas as preocupações atrás expressas a propósito do Mercado Único Europeu.

E não vale a pena descansar à sombra de eventuais benefícios que possam resultar de mecanismos protectores aos países económica e tecnologica-

mente menos desenvolvidos da CEE ou do IEPG, como por exemplo o discutido «juste retour», porque eles serão sempre transitórios e de curta duração.

Temos para nós como certo que só através da maximização do aproveitamento dos recursos nacionais, sobretudo humanos, do empenhamento político, da gestão perfeita das oportunidades e vantagens científico-tecnológicas oferecidas pela cooperação e solidariedade no âmbito da Comunidade Europeia e da franca adesão do sector privado à produção de equipamentos de defesa, tudo isto cimentado por muito debate e reflexão, a indústria portuguesa de defesa conseguirá vencer o desafio do futuro.

Costa Neves

Cor. Engaer

A DEFESA NO MUNDO

Com a colaboração do ISNG

A DEFESA NO MUNDO

«NAVAL FORCES» (ALEMANHA), n.º 6 de 1990

A utilização de minas, como meio eficaz de fazer a guerra no mar, não tem provavelmente rival. Por exemplo, as 264 000 minas lançadas pelo Reino Unido, durante a Segunda Grande Guerra, afundaram 1119 navios e submarinos e provocaram danos em 798. Por outro lado, 60 por cento de todo o pessoal naval da Alemanha foi aplicado na guerra de minas, tendo os britânicos necessitado de 1520 navios caça-minas para se oporem às minas alemãs.

Presentemente, as categorias básicas de minas são as minas fundeadas, as de fundo e as com propulsão própria, todas activadas por contacto ou influência. A tecnologia moderna tem-se concentrado nas diversas formas de activação, no sistema de armar, na discriminação do alvo, na eficiência da carga explosiva e na forma de lançamento. Um aperfeiçoado e moderno sistema de minas deverá satisfazer aos seguintes requisitos:

Poder ser lançada em tempo de paz.

Ter capacidade para distinguir entre alvos amigos e inimigos.

Ser inteligente, isto é, poder ser instruída ou interrogada.

Poder encaminhar-se para alvos seleccionados.

Poder manter-se na sua posição durante anos.

Ser virtualmente indetectável.

Manter-se em segurança até ser armada.

Há, porém, um longo caminho a percorrer até que as minas ISBHM (Intelligent Selfburying Hunter Mine) satisfaçam a todos estes requisitos.

De notar ainda que as tentativas para caçar minas poderão ser dificultadas, uma vez que os torpedos das minas ISBHM poderão ser regulados para se dirigirem contra os caça-minas. Assim, uma combinação de minas convencionais e minas ISBHM poderá tornar o campo de minas quase impenetrável.

«ARMS CONTROL TODAY» (EUA), de Novembro de 1990

As conversações CTB (Comprehensive Test Ban) foram iniciadas por Eisenhower há 32 anos. Presentemente, os EUA continuam relutantes em negociar um tratado CTB, insistindo que os testes têm de continuar enquanto precisarem das armas nucleares como dissuasor. Segundo o Departamento da Energia, serão necessários mais de 10 anos para poderem decidir se serão aceitáveis restrições aos testes.

Um acordo CTB estabelecerá um ambiente mundial que desencorajaria novas proliferações e o prosseguimento de programas nucleares pelos países possuidores de armas nucleares. A dificuldade na verificação já não é um argumento convincente, uma vez que enormes progressos tecnológicos permitem a um sistema sísmico identificar explosões, inclusive de 1 ou 2 kt.

Em face da melhoria nas relações entre os EUA e a União Soviética e da necessidade da não proliferação nuclear como elemento central da política de segurança dos EUA, parece ter chegado a altura do Governo americano deixar de se opor a um acordo CTB.

«ARMS CONTROL TODAY» (EUA), de Dezembro de 1990

Segundo as declarações dos próprios 22 países da OTAN e do Pacto de Varsóvia, os respectivos arsenais, antes de ser assinado o Tratado CFE, eram os seguintes:

	Carros de combate	Viaturas blindadas	Artilharia	Aviões	Helicópteros	Totais
Bulgária	2 416	2 010	4 704	387	44	9 561
Checoslováquia	3 035	4 359	3 485	369	56	11 304
Hungria	1 345	1 720	1 047	110	39	4 261
Polónia	2 850	2 377	2 300	654	29	8 210
Roménia	2 851	3 135	3 819	505	104	10 414
Alemanha Oriental	2 334	6 469	2 216	408	51	11 478
Bélgica	359	1 282	376	191	0	2 208
Canadá	77	277	38	45	12	449
Dinamarca	419	316	553	106	3	1 397

	Carros de combate	Viaturas blindadas	Artilharia	Aviões	Helicópteros	Totais
França	1 358	4 125	1 330	700	429	7 942
Alemanha Ocidental	4 799	3 129	2 428	1 064	357	11 318
Grécia	1 725	1 852	2 240	480	0	6 297
Islândia	0	0	0	0	0	0
Itália	1 912	3 591	2 222	584	169	8 478
Luxemburgo	0	0	0	0	0	0
Holanda	913	1 467	838	196	91	3 505
Noruega	205	146	532	90	0	973
Portugal	146	259	334	96	0	835
Espanha	854	1 259	1 373	252	28	3 766
Turquia	2 888	1 554	3 202	589	0	8 233
Reino Unido	2 097	4 947	933	842	368	9 187
EUA	5 904	5 747	2 601	704	279	15 235

Passados 40 meses da entrada em vigor do Tratado, todas as armas acima dos limites estabelecidos no acordo deverão ter sido destruídas ou, em alguns casos, convertidas para funções não combatentes. Relativamente aos limites impostos, as existências e os arsenais que ficam são os seguintes:

	Carros de combate	Viaturas blindadas	Artilharia	Aviões	Helicópteros	Totais
Limites impostos pelo						
CFE	20 000	20 000	30 000	6 800	2 000	78 800
NATO						
Arsenal actual	23 656	19 000	29 951	5 531	1 685	79 783
Arsenal que fica	20 000	19 000	29 951	5 531	1 685	76 167
Corte (%)	15	0	0	0	0	5
Europa de Leste						
Arsenal actual	12 497	15 355	13 601	2 025	272	43 750
Arsenal que fica	6 850	6 825	10 000	1 650	272	29 597
Corte (%)	45	56	26	19	0	41
União Soviética						
Arsenal actual	20 694	13 828	29 348	6 445	1 330	71 645
Arsenal que fica	13 150	13 175	20 000	5 150	1 330	52 805
Corte (%)	36	5	32	20	0	26



A OTAN alcançou todos os seus importantes objectivos no Tratado CFE (Conventional Forces in Europe). Com efeito, os principais armamentos soviéticos e do Pacto de Varsóvia serão reduzidos na parte ocidental da União Soviética e na Europa de Leste de cerca de 40 por cento, ficando ao mesmo nível da OTAN. As reduções do Pacto de Varsóvia serão equivalentes aos carros de combate e outro armamento de 60 divisões. Por sua vez, as reduções aéreas são equivalentes a 45 grupos de combate, cada um com 70 divisões, quase o dobro do número de grupos de combate da USAF.

Tão profundos cortes nas forças soviéticas avançadas vieram eliminar o perigo de um ataque de surpresa, que durante muitos anos obrigou a OTAN a despendar cerca de 300 biliões de dólares por ano com as suas defesas.

Um outro benefício é o sistema de verificação, uma vez que as inspecções locais permitirão a ambos os lados fazerem importantes avaliações acerca do estado de prontidão, treino, moral e chefia das forças.

O CFE proporcionará também uma garantia razoável de que as forças alemães não serão aumentadas, o que representa uma contribuição importante para a cooperação futura na Comunidade Europeia e na CSCE.

No entanto, há muitas coisas importantes que o Tratado não conseguiu. O grosso das reduções no armamento soviético poderá ser deslocado para lá dos Urais, em vez de ser destruído. O equipamento mais antigo será reduzido em ambos os lados, tendo como resultado que as forças remanescentes serão as mais modernas. Além disso, não haverá na realidade reduções das forças da OTAN neste primeiro Tratado CFE, pois as reduções ficarão limitadas a cerca de 3600 carros de combate. Na OTAN não haverá reduções de qualquer artilharia, viaturas blindadas, helicópteros de combate ou aviões.

O Tratado CFE apresenta ainda outras lacunas importantes: falta da inclusão de limites nos efectivos de pessoal, ausência de tectos em unidades, cobertura ineficaz da produção de armamentos, ausência de várias medidas úteis de verificação e de estabilização, bem como a falha em impor sérias restrições na capacidade ofensiva.

«NATO'S SIXTEEN NATIONS» (BÉLGICA), de Dezembro de 1990

A utilização do espaço nas comunicações foi prevista em 1945 por Arthur Clarke. No mundo ocidental, as organizações de comunicações criaram, em 1965, o sistema INTELSAT, com a participação de 117 países, com destaque para os EUA (24 por cento), Reino Unido (12 por cento), Japão (4,9 por cento), França (4,4 por cento) e Alemanha (3,5 por cento). Cerca de 15 satélites geoestacionários do INTELSAT orbitam sobre o Atlântico, Índico e Pacífico, estando ligados a mais de 800 estações terrestres. Em 1989, os telefones ocupavam 70 por cento da sua actividade.

O monopólio do INTELSAT foi interrompido pela iniciativa europeia de dispor de satélites próprios para as comunicações. Esta versão europeia, chamada EUTELSAT, foi criada em 1978, tendo o primeiro dos seus 5 satélites da segunda geração sido lançado em 1989. Os telefones representam apenas 16 por cento da sua utilização. Da EUTELSAT fazem parte 28 países.

Sistemas nacionais para a educação foram estabelecidos pela Indonésia, Brasil, México, França, Canadá e Alemanha. Nos EUA e Japão várias firmas privadas foram autorizadas a explorar os seus próprios satélites. Espera-se que nos próximos 10 anos sejam lançados mais de 108 satélites de comunicações.

O espaço é ainda mais importante nas telecomunicações com os navios. A INMARSAT, com 58 países membros, serve 10 000 estações (9000 em navios). Na sua participação destacam-se os EUA (25,64 por cento), Reino Unido (15,84 por cento), Noruega (11,8 por cento), Japão (10,46 por cento), URSS (3,73 por cento) e França (3,65 por cento).

Os sistemas espaciais são também usados na nevegação: o sistema ARGOS com satélites NOAA, o sistema COSPAS-SARSAT para as operações de salvamento (já salvou 1500 vidas), o sistema LOCSTAR (para viaturas em terra), o sistema GEOSTAR, o sistema QUALCOM (da EUTELSAT), o sistema IRIDIUM com 77 satélites, que a partir de 1996 permitirá saber-se a localização dos nossos amigos (iates, viaturas e aviões), etc.

Para a observação da Terra são utilizados vários sistemas, desde alguns militares secretos (KH-11 e outros) aos meteorológicos (METEOSAT, etc.) e aos científicos, que servem os programas IGBP (International Geosphere Biosphere Programme) e WCRP (World Climate Research Pro-

gramme), além dos LANDSAT e SPOT (agricultura, florestas, geologia, oceanografia, ambiente, recursos marítimos, etc.).

*
* *
*

O projecto europeu para uma nova mina anticarro constitui uma prova da possibilidade de cooperação internacional na produção de armamentos.

A mina MACPED/ACEATM (Armed Controlled Effective Anti-Tank Mine) está a ser aperfeiçoada em conjunto pela Alemanha, Reino Unido e França.

A mina MACPED encaixa perfeitamente no sistema de minas, complementando a acção de outros tipos desta arma. Destina-se principalmente a bloquear passagens ou brechas utilizadas pelos carros de combate pesados ou viaturas blindadas inimigas no seu avanço. Graças ao seu elevado poder de penetração, podem neutralizar e destruir carros de combate pesados, dotados do sistema de blindagem reactiva. O seu alvo principal são as partes laterais dos carros.

O raio de acção poderá ser de cerca de 100 metros, devendo o seu sistema de iniciação actuar durante o dia/noite, mesmo nas condições mais severas. O peso será inferior a 20 kg e deverá ser fácil de camuflar. Deverá possuir capacidade para seleccionar o primeiro, o segundo ou o terceiro alvo. Esta mina é dividida em 3 módulos:

- Sistema de ataque, incluindo o dispositivo de segurança e de armar, a ogiva e, quando aplicável, o sistema de lançamento.
- Sistema de sensores, incluindo o detector do alvo, o sistema de controlo de fogo e parte do sistema de segurança de contagem dos alvos.
- Sistema de mira e de apoio.

«THE ECONOMIST» (REINO UNIDO), de 15 de Dezembro de 1990

A União Soviética pretende converter para fins civis parte da sua enorme indústria de defesa, e Gorbachev fala em transformar a União Soviética de uma economia de armamento numa economia de desarmamento. Porém

parece ser difícil refazer a economia depois de 70 anos de planeamento centralizado.

Esta conversão constitui também um problema para as economias ocidentais, uma vez que o final da guerra fria está a provocar a redução das forças armadas e das aquisições de armamento e, em consequência, muitas fábricas terão de ser encerradas ou modificadas, estimando-se que as indústrias da defesa do Ocidente tenham uma quebra de 30 por cento nas suas vendas até meados da década de 90.

Mas na União Soviética a situação é ainda mais grave, uma vez que as indústrias da defesa representam 55 por cento da produção industrial de algumas das repúblicas, ocupando 70 por cento do pessoal dedicado à investigação.

A conversão tem duas facetas: descobrir uma utilização civil para o equipamento militar e modificar as linhas de produção de artigos militares para a produção de bens civis. No primeiro caso, o equipamento de transporte e de comunicações pode ser facilmente adaptado à utilização civil.

«U. S. NEWS & WORLD REPORT» (EUA), de 17 de Dezembro de 1990

Os dois aviões actualmente em competição («Black Window» e «Lightning») para sucederem ao avião de combate «F-15» são mais rápidos, mais furtivos e muito mais ágeis.

Ambos os aviões são suficientemente furtivos para evitar a detecção pela maior parte dos radares e dos sensores de infravermelhos. Mas, mesmo se forem detectados, poderão voltar mais abruptamente e voar mais rapidamente do que os seus adversários, dispondo de agilidade sem precedentes num combate a curta distância.

Apesar da sua complexidade, os futuros aviões ATF (Advanced Tactical Fighter) serão mais fáceis de apoiar e de manter, permitindo operá-los em pistas remotas com muito menos pessoal.

«THE ECONOMIST» (Reino Unido), de 22 de Dezembro de 1990

A melhor hora da democracia surgiu quando o comunismo entrou em colapso. Porém, o processo iniciou-se há duas décadas com o fim das últimas autocracias.

Os 31 países (com mais de um milhão de habitantes) que nos últimos 20 anos se tornaram democratas, ou muito próximo, foram os seguintes:

	Extinção da democracia		Recuperação da democracia	
	ANO	REGIME	ANO	ÚLTIMA ELEIÇÃO
México	Nunca	Autoritário	1982	Duvidosa
Honduras	1972	Militar	1985	Duvidosa
Guatemala	1982	Militar	1985	Duvidosa
El Salvador	Nunca	Militar	1984	Duvidosa
Nicarágua	Nunca	Militar	1984	Duvidosa
Equador	1961	Militar	1984	Duvidosa
Peru	1968	Militar	1980	Não falsificada
Bolívia	Nunca	Militar	1985	Duvidosa
Chile	1973	Militar	1989	Não falsificada
Argentina	1976	Militar	1983	Não falsificada
Uruguai	1973	Militar	1984	Não falsificada
Paraguai	1954	Militar	1989	Duvidosa
Brasil	1964	Militar	1985	Não falsificada
Espanha	1939	Autoritário	1977	Não falsificada
Portugal	1926	Autoritário	1976	Não falsificada
Polónia	1935	Comunista	1989	Não falsificada
Checoslováquia	1948	Comunista	1990	Não falsificada
Hungria	1948	Comunista	1990	Não falsificada
Roménia	1937	Comunista	1990	Duvidosa
Bulgária	1934	Comunista	1989	Duvidosa
Grécia	1967	Militar	1974	Não falsificada
Turquia	1980	Militar	1983	Duvidosa
Namíbia	Nunca	Colonial	1990	Não falsificada
Zimbabwe	Nunca	Colonial	1980	Duvidosa
Paquistão	1977	Militar	1988	Duvidosa
Bangladesh	1982	Militar	1986	Duvidosa
Mongólia	Nunca	Comunista	1988	Duvidosa
Coreia do Sul	Nunca	Militar	1988	Não falsificada
Filipinas	1972	Autoritário	1986	Duvidosa
Tailândia	1976	Militar	1979	Duvidosa
Nova Guiné	Nunca	Colonial	1975	Não falsificada

«ARMED FORCES JOURNAL INTERNATIONAL» (EUA), de Janeiro de 1991

Durante as duas últimas décadas, a OTAN foi passando a confiar cada vez mais na eficiência das reservas, como uma parte integrante da sua dissuasão contra a ameaça da União Soviética. O aumento da ênfase nas reservas levou a Aliança a um ponto onde 50 a 65 por cento das suas forças na Europa são constituídas por militares em «part time». Segundo o SACEUR, a adequada resposta convencional, em tempo de crise, seria apenas assegurada se a mobilização das forças de reserva fosse eficaz e efectuada atempadamente.

O Reino Unido tem a única verdadeira reserva de voluntários na Europa, sem nenhuma convocação automática de recrutas. A parte mais importante e imediata provém das reservas regulares (os que já serviram nas forças regulares), sendo reforçada pelas reservas de voluntários do Exército, Marinha e Força Aérea. Todas estas reservas custam apenas 3 por cento do orçamento da defesa (cerca de 600 milhões de libras).

Na Holanda, 75 por cento dos efectivos militares em tempo de guerra provém das reservas, num total de 150 000 homens. Graças a um sistema de mobilização considerado como único na OTAN as forças armadas holandesas podem passar dos 100 000 homens, em tempo de paz, para 260 000 em 72 horas.

Na Bélgica, o sistema de recrutas encontra-se em revisão, enquanto que as forças armadas do activo foram reduzidas de 60 000, em 1985, para 54 000, em 1990, prevendo-se novas reduções para 51 000 até 1982.

Para a Noruega, a mobilização de toda a sua sociedade é da maior importância para a defesa total do país. As suas forças armadas, de 41 000 homens em tempo de paz, poderão elevar-se para 320 000 depois da mobilização.

A Suécia espera ser capaz de mobilizar todos os seus 700 000 soldados em 72 horas. Esta tarefa encontra-se facilitada pelo sistema de distritos militares, onde cada recruta, uma vez cumprido o seu serviço militar, é atribuído a um comando local, correspondente à sua área de residência. Além de ser mais fácil, a mobilização proporciona o sentimento de estar a defender a sua própria terra natal.

Na Alemanha, o Exército será em 1995 inferior a 900 000 homens (370 000 do activo e cerca de 530 000 da reserva). As tendências demográficas

do país apontam para uma queda de 253 300 homens aptos em 1977 para 127 800 em 1993. O serviço militar será reduzido de 15 para 12 meses.

Na França não haverá grandes alterações. O serviço militar será reduzido de 12 para 10 meses, sendo o Exército reduzido de 8000 homens.

Em Itália chegaram à conclusão de que o custo de um Exército profissionais é cinco vezes mais caro do que a actual força proveniente do serviço militar obrigatório.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 5 de Janeiro de 1991

A União Soviética continua a despender mais com a defesa do que referem os comunicados do Kremlin. Segundo estimativas da OTAN, Moscovo gastou entre 134 e 160 biliões de rublos (243 a 289 biliões de dólares) em 1989, e não os 77,3 biliões anunciados por Gorbachev.

No entanto, o comunicado de Moscovo representa uma queda de 4 por cento relativamente a 1988, prevendo-se uma nova descida para 1990. Os cortes foram feitos, na sua maior parte, nos arsenais convencionais, incluindo carros de combate e veículos blindados.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 12 de Janeiro de 1991

A medida que se vão reduzindo os orçamentos da defesa, o dirigível poderá ser a solução de mais baixo custo para alguns requisitos militares. Com efeito, os materiais modernos e as novas técnicas de produção poderão proporcionar um novo fôlego ao dirigível. O dirigível moderno oferece várias vantagens: baixo custo, elevada disponibilidade, grande capacidade de carga, grande autonomia, etc.

O custo do um «SKISHIP 600», por exemplo, é de cerca de 5 milhões de dólares, sendo o custo do «SENTINEL 1000» de 9 milhões. Porém, o dirigível não fica dependente de apoio permanente, podendo operar a partir de bases não preparadas. Os custos de operação do dirigível são apenas de cerca de metade dos de um avião e de um quinto dos de um helicóptero.

A ausência de vibrações permite a utilização eficaz de sensores electro-ópticos de grande distância de focagem e de sistemas de televisão de pouca luz com uma distância focal de 2200 mm.

Os dirigíveis proporcionam ainda melhores condições de trabalho e de alojamento da tripulação. As antenas dos radares poderão ser montadas no interior do dirigível, sem afectar a aerodinâmica e o centro de gravidade, como acontece com os aviões convencionais. A sua enorme superfície significa que podem ser instaladas várias antenas de rádio sem o risco de interferências magnéticas.

Os dirigíveis podem operar durante 50 ou mais horas sem serem reabastecidos, ou por períodos muito superiores (30 dias) se forem reabastecidos em voo. A sua principal função é a vigilância. A Marinha e a Força Aérea dos EUA estão a estudar o seu emprego em missões AEW (Airborne Early Warning) e ADI (Air Defense Initiative), respectivamente.

No campo de batalha, o dirigível pode ser adaptado à guerra de minas e às operações de guerra anti-submarina (sonobóias activas, torpedos e cargas de profundidade) e na defesa antiaérea e antimíssil. Poderá ainda ser usado na verificação do cumprimento dos acordos sobre redução de armamentos, em testes, exercícios diversos, treino de pára-quedistas, policiamento urbano, segurança interna, patrulha de fronteiras, controlo de desastres, contrabando de drogas, vigilância de incêndios florestais.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (REINO UNIDO), de 26 de Janeiro de 1991

O «F-117 A» é o único avião de ataque furtivo que foi concebido para efectuar ataques encobertos contra alvos pequenos, de elevada importância e bem defendidos. O «F-117» apresenta um RCS (Radar Cross Section) equivalente ao de um pássaro ou de um insecto grande, o que lhe permite penetrar nas defesas compactas com pequeno risco de ser detectado e, virtualmente, nenhum risco de ser rastreado ou interceptado.

As suas qualidades furtivas tornam também possível ao «F-117» atacar de altitudes superiores às dos aviões convencionais, concedendo ao piloto mais tempo para identificar o alvo e apontar as armas.

O sistema de navegação/ataque, de grande precisão, foi aperfeiçoado para o avião poder operar independentemente em completo silêncio rádio, com o fim de assegurar elevada precisão, reduzir o risco de danos colaterais e confirmar o sucesso do ataque.

Normalmente não são atribuídos a cada missão mais de 2 aviões (um de reserva). O aparelho de reserva só atacará se o primeiro avião abortar o ataque sem chegar a ser detectado. O «F-117» pode ser usado eficazmente contra

uma grande variedade de alvos como, por exemplo, centros C³I, baterias de mísseis SAM, baterias e paióis de mísseis balísticos, instalações de produção ou de aperfeiçoamento de foguetões de grande alcance e instalações relacionadas com programas nucleares e químicos. Os «F-117» podem também ser usados em apoio de outras unidades de ataque, neutralizando defesas locais, abrindo crateras nas pistas, atacando centros de comando ou destruindo centrais geradoras.

«US NEWS AND WORLD REPORT» (EUA), de 26 de Janeiro de 1991

A alta tecnologia produziu uma nova revolução no poder aéreo (as anteriores resultaram da moderna metalurgia e dos aviões a jacto). Os elementos chave desta revolução são os seguintes:

- Precisão do guiamento das armas (mísseis de cruzeiro e bombas inteligentes). Enquanto que em Dresden os bombardeiros lançaram umas 3000 toneladas de bombas matando 135 000 civis, nas primeiras 36 horas de guerra contra o Iraque, os aliados lançaram uma tonelagem maior de armamento, causando apenas 23 mortos civis.
- Força maciça, uma vez que os EUA dispõem de momento de um enorme arsenal de armas de alta tecnologia e também porque, desta vez, ao contrário do ataque à Líbia, não há perigo se um míssil «TOMAHAWK» ou uma «smart bomb» cair nas mãos dos soviéticos.
- Resposta às defesas aéreas como a de Bagdade, um dos alvos mais bem defendidos que se conhecia, com uma combinação de aviões furtivos, mísseis «TOMAHAWK» e guerra electrónica («jammers» dos aviões «ET-111» e «EC-130H», sistemas WILD WEASEL, mísseis «ARM», etc.) que eliminaram nas primeiras horas quase todos os sistemas SAM iraquianos. A esperada atrição de 3 por cento nos aviões aliados foi apenas de 0,2 por cento.
- Comando e controlo, pelos aviões «AWACS» «E-3» e «E-2» da Marinha), podendo cada aparelho controlar simultaneamente 2000 aviões, satélites e aviões de reconhecimento.

É cedo para se poder concluir se, pela primeira vez e só por si, o poder aéreo poderá ganhar a guerra, tornando desnecessárias, no futuro, as guerras terrestres.

«REVISTA ESPANHOLA DE DEFESA» (ESPANHA), de Fevereiro de 1991

A direcção do Programa NAEW, que inclui o emprego de 18 aviões «AWCS» na Europa, está cometida à agência NAPMO (Airborne Early Warning Control Programme Management Organization) que é um organismo civil dependente da OTAN mas autónomo do ponto de vista financeiro porque recebe os fundos necessários das nações que subscrevem o programa.

Actualmente são 14 os países que participam no Projecto NAEW. A França e a Inglaterra possuem um estatuto especial dentro da organização e a Espanha e a Islândia não aderiram.

O orçamento ronda os 3000 milhões de dólares dos quais a maioria se aplica na manutenção da frota. Os Estados Unidos contribuem com 42 por cento do total e a Alemanha com 30,7 por cento. O Canadá (9,8 por cento) e a Itália (5,6 por cento) são os outros contribuintes.

O custo financeiro da frota britânica — 7 «Boeing E-3D» — corre a cargo das autoridades britânicas.

A França, que também não participa no programa, adquiriu os seus próprios aviões «AWACS».

«PROCEEDINGS» (EUA), de Fevereiro de 1991

Depois de anos de supremacia das operações anti-submarinas (ASW), o CNO (Chief of Naval Operations), da Marinha dos EUA, afirmou que a prioridade número um é agora a projecção de poder. Nas várias guerras e em outras numerosas acções e operações em que os EUA entraram depois da II Grande Guerra foi principalmente empregada a capacidade de projectar poder da Marinha e não as forças ASW.

Nos últimos 45 anos, as forças de projecção de poder (porta-aviões e forças anfíbias) e os submarinos balísticos «SSBN» têm sido os principais contribuintes da Marinha para a defesa nacional.

Os necessários melhoramentos na projecção de força foram sacrificados em favor dos fundos para a defesa contra a ameaça submarina, que nunca chegou a materializar-se e que se tornou difícil de aceitar como real.

Por outro lado, o inimigo potencial tem a capacidade de atacar o território americano com mísseis nucleares balísticos lançados de submarinos, pelo que a localização, rastreio e controlo desses submarinos tem de ter uma ele-

vada prioridade nacional. Além disso, o inimigo potencial dispõe de outras capacidades que podem ameaçar a eficiência dos SSBN e atacar os porta-aviões e os navios anfíbios com mísseis e torpedos. Seria irresponsabilidade desprezar a capacidade ASW.

Por conseguinte, a mudança nas prioridades não significa o abandono das operações ASW. Pelo contrário, a Marinha deve dar nova ênfase à importância das operações ASW nos cálculos da projecção de poder (requisitos, armas, planeamento e operações).

«TIME» (EUA), de 4 de Fevereiro de 1991

Pelo menos 7 tipos diferentes de satélites (reconhecimento fotográfico, reconhecimento radar, alerta de mísseis, ELINT, navegação, comunicações e meteorologia) — desde os KH (KEY HOLE) de reconhecimento fotográfico, que podem ver um objecto do tamanho de uma bola de futebol a 800 km, aos MAGNUM que controlam as comunicações rádio do inimigo, usando antenas com cerca de 30 metros de envergadura — passam regularmente sobre o Golfo, ou mantêm-se estacionários no Índico sobre o Equador. Incluem-se neste último grupo os satélites de alerta antecipada que esquadrinham o território iraquiano, em cada 12 segundos, com sensores infravermelhos.

Os dados destes satélites são enviados simultaneamente para uma estação em Woomera, na Austrália, e para o Centro do Comando Espacial, perto de Colorado Springs, nos EUA, onde os mísseis são identificados individualmente e calculadas as áreas dos alvos. Os resultados desta análise são enviados para o Golfo a tempo de as sirenes tocarem 4 a 5 minutos antes dos mísseis completarem a sua órbita de 7 minutos. Parece que os sistemas PATRIOT recebem directamente dos satélites o alerta não processado.

«US NEWS & WORLD REPORT» (EUA), de 11 de Fevereiro de 1991

A operação DESERT STORM iniciou-se com o mais terrível e bem coordenado ataque maciço da história do poder aéreo. Aproveitando a confusão criada nas defesas aéreas do Iraque pelos ataques iniciais com mísseis «TAMAHAWK», aviões «F-117» e «F-15E», baseados na Arábia Saudita, e aviões «A-6E», baseados nos porta-aviões, atacaram outros alvos de alta prioridade.

Os bombardeiros «B-52», alguns vindos directamente da base aérea de Barksdale, na Luisiana, começaram a efectuar ataques de «tapete de bombas», controlados por aviões «E-3 AWACS» e acompanhados por aviões «F-15». Contra as pistas eram usados aviões «TORNADO» britânicos. Aviões «EA-6B» e «EF-111», especializados em operações electrónicas, empastelaram os radares da defesa aérea, enquanto os «F-4G WILD WEASEL» lançavam mísseis «ARM» contra as antenas dos radares.

Os 1800 aviões de combate americanos e 435 de outros 7 países efectuaram 3000 saídas por dia, sendo reabastecidos no ar por 60 aviões-tanque «KC-135», «KC-10» e «KC-130». O plano da acção aérea foi concebido em 4 fases:

- Fase estratégica contra a estrutura de comando e controlo do Iraque, instalações nucleares, químicas e biológicas, instalações militares e complexos militar-industriais.
- Campanha aérea de supressão das defesas aéreas.
- Campanha de interdição contra as linhas de reabastecimento.
- Apoio aéreo às tropas e blindados aliados, destruindo a artilharia, os carros de combate e as tropas do Iraque.

Sob um único comando aéreo, as forças aéreas aliadas baseadas em terra e nos porta-aviões actuaram de forma coordenada (de 2000 a 3000 saídas diárias), desde o planeamento das missões à logística. Mais gratificante do que o sucesso da alta tecnologia das armas americanas tem sido a baixa atrição relativamente a outras guerras:

	Saídas	Aviões Perdidos
Operação Cobra (25Jul44)	2 446	6
Bombardamento de Colónia (15Out44)	1 763	34
Guerra dos Seis Dias (1967) (por Israel)	3 279	46
Operação LINEBAKER II (Dez67)	1 945	26
Guerra do Yom Kippur (1973)	11 223	15
Operação DESERT STORM (até 1Fev91)	35 000	20

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 7 a 13 de Fevereiro de 1991

Embora o Japão seja o único país do mundo em que a própria Constituição proíbe o direito da Guerra, Constituição ditada por Mac Arthur, esteve bem presente no campo de batalha do Golfo. Os nove mil milhões de dólares colocados à disposição dos aliados e os aviões disponibilizados para o transporte de refugiados não foram as únicas contribuições para a Batalha do Deserto.

Na guerra moderna os silicones valem mais que o aço e a «inteligência» das armas é muito mais importante que as plataformas que as transportam, por mais sofisticadas que elas sejam.

No domínio da electrónica, o Japão, em apenas poucos anos, dominou o mercado e a tecnologia. Por exemplo, na ogiva dos mísseis «Patriot» encontram-se vinte circuitos integrados «made in Japan». Acontece o mesmo com quase toda a aparelhagem que enche as carlingas dos aviões de combate.

Por isso os americanos, que já se viram batidos no que diz respeito à indústria electrónica destinada ao grande público, interrogam-se quanto ao futuro da sua indústria de defesa. A concepção dos materiais mais modernos e sofisticados empregues no Golfo data de há 10 ou 15 anos e, entretanto, o Japão deu passos de gigante. A partir de 1985 ultrapassou completamente os Estados Unidos e colocou seis produtores de componentes electrónicos nos primeiros lugares mundiais. Em certos mercados específicos, como o das «memórias», o Japão apoderou-se de 85 por cento do mercado, o que quer dizer que, por exemplo, o «Patriot» dos anos 2000 deverá conter muito mais que 20 por cento de componentes de origem japonesa.

Assim parece plausível a hipótese do Japão vir a ser um grande exportador de armas, iludindo ou anulando as disposições constitucionais que o proibem. Neste sentido acentuam-se as pressões do «lobby» industrial sobre o Governo. É de notar que para equipar as suas forças de autoprotecção — o Japão não tem Forças Armadas no sentido literal do termo — o Estado nipónico dispõe já do terceiro orçamento militar do mundo e, com tecnologia de base americana, pode já fabricar carros de combate, helicópteros, aviões «F-15» e várias classes de navios de guerra.

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 16 de Fevereiro de 1991

O primeiro dos 5 protótipos do helicóptero franco-alemão «TIGER», para combate anticarro, foi exibido na fábrica do Ottobrum, em Munique, durante a última semana. O director da firma MBB afirmou que o helicóptero, designado por «PT-1», será entregue em breve à firma francesa Aerospatiale, sua parceira no projecto. Os voos experimentais terão início em princípios de Abril de 1991, no Sul da França.

A França deverá pretender 215 helicópteros, nas versões «HAP», de apoio ao combate, e «HAC», anticarro. A Alemanha vai adquirir 212 «PAH-2» e a Espanha 50. O «TIGER» será ainda estudado pelo Reino Unido para o seu Exército.

O conjunto EUROMEP (European Mission Equipment Package), designado por «PAH-2/HAC», na versão anticarro, voará em 1994 e incluiu o sistema de visão do piloto, imagem térmica e um visualizador montado no capacete. Os aviónicos do artilheiro incluem uma câmara TV, imagem térmica, telémetro *laser* e localizador de mísseis.

O armamento para o «PAH-2/HAC» inclui 2×4 mísseis anticarro «HOT» ou «TRIGAT», 2×2 mísseis ar-ar «STINGER» ou «MISTRAL», ou vários *Pods* com foguetões. Terá ainda uma peça de 30 mm e *Pods* com foguetões de 70 mm.

«TIME» (EUA), de 18 de Fevereiro de 1991

O bombardeamento de precisão evoca a imagem de alvos atingidos e destruídos, causando poucos danos nas proximidades e quase nenhuma probabilidade de fracasso. Nos ataques ao Iraque e ao Koweit os aliados têm usado várias munições PGM (Precision Guided Munitions), tais como bombas guiadas por *laser* e câmaras TV, mísseis que se dirigem contra imagens IR ou radar, e mísseis de cruzeiro que seguem um mapa digital armazenado no seu computador.

Porém, os bombardeamentos de precisão nem sempre produzem impactos precisos, uma vez que as PGM nem sempre funcionam bem e por vezes a pontaria é imprópria ou são confundidos por outros sinais. Segundo os pilotos que operam no Golfo, apenas 30 por cento das «smart bombs» atingem os alvos com precisão embora nos testes tenham sido bem sucedidos em 80 a 90 por cento das vezes.

As PGM apresentam no entanto várias vantagens. Embora parecendo caras (120 000 dólares por um míssil «MAVERICK» e mais de 10 000 por um «TOMAHAWK»), são de muito menor custo do que os alvos que destroem. Além disso obrigam as unidades inimigas a dispersar e a abrigarem-se, são relativamente fáceis de manter e reduzem os danos colaterais (vítimas civis e edifícios não militares).

«JANE'S DEFENSE WEEKLY» (Reino Unido), de 23 de Fevereiro de 1991

Os planos para uma política comum da OTAN sobre exportações militares para fora da Aliança encontram-se paralisados devido a desacordo por parte do Reino Unido e da França, depois de meses de conversações, em Bruxelas. Esta Iniciativa da CNAD (Conference of National Armement Directors resultou do facto de grande parte do armamento do Iraque ter sido fornecido pelo Ocidente.

A CNAD pretendeu levantar a questão das exportações dos seus países membros para o Terceiro Mundo, bem como a transferência da tecnologia e da proliferação NBC, especialmente para a área do Golfo. Porém, os representantes do Reino Unido e da França recusaram discutir o assunto. Estes países são os principais fornecedores de armamento, tendo laços especiais com o Médio Oriente. As trocas comerciais daqueles países sofreriam uma redução drástica, mediante uma política centralizada de exportações. As esperanças de acordo residem agora na discussão do assunto no âmbito da CEE.

«REVISTA ESPANHOLA DE DEFESA» (ESPANHA), de Março de 1991

Os Estados Unidos acusaram a URSS de violar determinadas cláusulas do acordo sobre Armas Convencionais na Europa (CFE), assinado em Novembro último em Paris pelos países membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia.

Terminado em 17 de Fevereiro o prazo para esclarecimento de dúvidas por parte da União Soviética, a resposta soviética dada durante a ronda de reuniões havida em Viena, com início em 14 de Fevereiro, foi considerada pelos meios ocidentais como puramente cosmética, ainda que tenha introduzido algumas correcções nos números questionados.

Em concreto, segundo informa o «Herald Tribune», Washington acusa Moscovo de tentar evitar a restrição de tropas e de materiais fixada no Tratado, reconvertendo três divisões de infantaria mecanizada em unidades de defesa costeira que não estão incluídas no acordo de Paris.

Por outro lado, os americanos pensam que os soviéticos estão a proceder à transferência de unidades blindadas para além dos Urais, o que também ofende o acordo.

A URSS defende-se das acusações americanas afirmando que antes da assinatura do Tratado já havia transferido uma série de unidades do Exército, compostas por mais de mil carros de combate, para algumas unidades de defesa costeira, e alega que o Tratado CFE exclui as forças navais.

No que diz respeito à transferência das unidades blindadas para trás dos Urais, mesmo fontes oficiais do Ocidente concordam que o movimento foi executado antes da assinatura, mas consideram excessivo o número de carros transferidos.

«TIME» (EUA), de Março de 1991

Nas cinco semanas de guerra, os aviões dos EUA e da coligação efectuaram mais de 94 000 saídas, tendo lançado 55 milhões de kg de explosivos sobre alvos no Koweit e no Iraque.

Durante as duas últimas semanas, as «smart bombs» dos aliados destruíram 100 carros de combate iraquianos por dia. No final da última semana o Iraque tinha perdido um mínimo de 1685 carros de combate, 925 viaturas blindadas para transporte de pessoal, 1450 peças de artilharia e 375 aviões (incluindo 138 que se refugiaram no Irão).

As munições modernas dificultam a tarefa da avaliação dos danos causados. Por exemplo, um míssil guiado por *laser* pode deixar apenas um buraco de 5 cm na blindagem exterior de um carro de combate, mas destrói tudo e todos os que se encontrem no seu interior, efeitos estes que não são visíveis por um satélite (15 cm de resolução).

«JANE'S DEFENCE WEEKLY» (Reino Unido), de 2 de Março de 1991

Na base de Olegunursk, na Península de Kola, os aviões «TU-16 BADDGER» estão a ser substituídos por bombardeiros «TU 26 BACKFIRE».

Imagens fornecidas por satélites «SPOT» e «LANDSAT» mostram que as instalações da base poderão receber mais aviões, esperando-se que no final da substituição aquela base aérea, uma das maiores da região, fique dotada com 100 aparelhos «BACKFIRE».

A Noruega receia que as propostas do acordo CFE possam ser torneadas pela transferência de plataformas mais poderosas e sofisticadas incluindo aviões «MIG-27 FLOGGER» e «TU-26 BACKFIRE», além de um grande número de carros de combate da Região Central para o Comando Naval do Flanco Norte.



Embora com importantes limitações, vai ser autorizada a exportação para a União Soviética da tecnologia de fibras ópticas e dos telefones celulares digitais. A preocupação reside na sua possível utilização nas redes de comunicação militares da URSS. A comissão COCOM (Coordinating Committee for Multilateral Export Controls) já chegou a acordo sobre as condições de exportação de material de oito categorias: electrónicos; materiais avançados; processamento de materiais; telecomunicações; sensores; navegação e aviónicos; computadores marítimos; sistemas de propulsão.

Porém, a guerra do Golfo está a fazer repensar as restrições na transferência da tecnologia, sugerindo uma possível reorientação do eixo Este-Oeste para Norte-Sul no que diz respeito ao controlo da tecnologia dos mísseis balísticos e das armas químicas. Neste controlo teria, forçosamente, de participar a União Soviética.

«Time» (EUA), de 4 de Março de 1991

As forças americanas enviadas para o Golfo Pérsico quase esvaziaram as bases, nos EUA e além-mar, de tropas e equipamento de guerra. Mais de 70 000 soldados e 40 000 carros de combate, peças de artilharia e outro equipamento do Exército americano foram deslocados da Alemanha para a Arábia Saudita. Das 6 divisões blindadas e mecanizadas atribuídas à OTAN, apenas ficaram na Europa pouco mais de 2 divisões. Outras 2 ficaram de reserva nos EUA.

O mesmo aconteceu com os outros Ramos: encontram-se no Golfo 90 000 fuzileiros, quase metade dos efectivos; a Força Aérea enviou para a área do Golfo mais de 1400 aviões tácticos, o que representa cerca de um quarto do seu inventário, bem como quase metade dos bombardeiros «B-52». Dos 13 grupos de porta-aviões, 6 encontram-se no Golfo, tendo sido reduzidas as forças no Extremo Oriente e no Sueste Asiático.

	Total disponível	Na guerra do Golfo	Percentagem (%)
Aviões tácticos	2 600	1 990	75
Carros de combate modernos	6 000	2 500	42
Fuzileiros	195 300	90 000	46
Exército (pessoal)	761 000	280 000	37
Porta-aviões	13	6	46

Desta forma, às unidades da Reserva e da Guarda Nacional, baseadas nos EUA, foram atribuídas missões cruciais no plano de contingência para uma guerra na Europa. Porém, algumas daquelas unidades não estão preparadas para o combate, tendo havido protestos acerca das condições de treino.

Em face dos problemas logísticos e de pessoal que a guerra do Golfo fez salientar, o Pentágono poderá vir a exigir uma melhor preparação para o futuro. No entanto, o Secretário da Defesa e o General Powell, apesar das boas provas prestadas na guerra do Golfo, estão de acordo em eliminar algumas armas, apresentando como argumentos os défices do Orçamento, o decréscimo da ameaça soviética e a substituição da quantidade pela qualidade.

A chave do novo critério do Pentágono baseia-se na redução das forças avançadas americanas, na Europa e no Pacífico, passando estas a ser apoiadas por forças fortes e com capacidade de mobilidade, estacionadas nos EUA. O Exército será reduzido de 28 para 20 divisões, apoiadas por uma maior e mais rápida capacidade de transporte por mar e ar e incluindo uma Força de Contingência de reacção rápida constituída pelo XVIII Corpo Aerotransportado, reforçado por 2 divisões de blindados.

O Pentágono irá também proceder ao encerramento de 225 bases militares distribuídas pelo mundo e reduzir a sua política de aquisições. O

actual efectivo de 2,1 milhões de militares no activo será reduzido de cerca de 25 por cento. Deixarão de ser produzidos os carros de combate «M1A1», os carros «BRADLEY» (IFV) e os helicópteros «APACHE» e «COBRA». O Exército pretende um novo carro de combate pesado e um novo helicóptero de alta tecnologia.

Por sua vez, a Marinha suspenderá o programa de submarinos «TRIDENT» e «SEAWOLF» e reduzirá o número de porta-aviões de 13 para 12.

A Força Aérea será forçada a eliminar a proposta de aquisição de 120 aviões de transporte «C-17».

No entanto, serão reactivados dois dispendiosos programas: a guerra das estrelas e o bombardeiro «B-2».

O míssil «PATRIOT», baseado numa tecnologia anterior ao SDI, veio proporcionar uma importante lição mediante os resultados conseguidos contra os mísseis «SCUD», colocando em evidência a ameaça dos mísseis balísticos contra as forças dos EUA. A resposta não está em mais mísseis «PATRIOT», que voam apenas com 3 vezes a velocidade do som, quando a ogiva de um «ICBM» reentra na atmosfera com uma velocidade 15 vezes superior à do som (a União Soviética possui ainda 2300 mísseis «ICBM»). A velocidade do «SCUD» é de Mach 4. Assim, as verbas atribuídas à investigação, no âmbito do SDI, aumentarão de 3,2 para 4,6 biliões de dólares.

Por sua vez, a guerra do Golfo veio enfraquecer os argumentos contra o «B-2», o bombardeiro mais caro jamais construído (860 milhões de dólares). O Pentágono pretende mais 4 biliões de dólares para o Orçamento de 1992 a fim de construir mais 4 bombardeiros «B-2». Estes aviões poderão servir par destruir os sistemas móveis de lançamento de mísseis. Os argumentos contra o «B-2» defendem que o «F-117 A» (70 milhões de dólares) é mais barato e igualmente eficaz (95 por cento contra os alvos iraquianos) e que o míssil «TOMAHAWK» (1 milhão de dólares) é também eficaz (90 por cento de sucesso contra o Iraque).

«TIME» (EUA), de 11 de Março de 1991

As Forças Armadas americanas sofreram uma transformação completa desde a guerra do Vietname. Dum «bando de dissimulados e incompetentes», como os oficiais eram considerados nessa época, hoje o povo americano

verificou um notável profissionalismo no Golfo traduzido pelo perfeito desempenho demonstrado pelos que planearam e realizaram as operações.

Hoje todos os militares que entram nas Forças Armadas têm, pelo menos, o diploma liceal, e a maioria dos oficiais tem bacharelatos em assuntos tão variados como a Ciência Política e a História da Europa. Os oficiais superiores frequentam uma série de escolas militares e civis e tomam parte em seminários e cursos de actualização. Quase todos têm diplomas de mestrado.

Assim, as Forças Armadas profissionais são constituídas por pessoas instruídas e motivadas, com bom pagamento, treinos de primeira classe e possibilidade de promoção.

«L'EXPRESS» (FRANÇA), de 7 a 13 de Março de 1991

A maioria dos Estados decidiu em 1990, em Londres, eliminar até ao ano 2000 o CFB, isto é, um gás formado por cloro, flúor e carbono, acusado de destruir a camada de ozono que constitui a protecção da Terra contra os raios ultravioletas emitidos pelo Sol.

Por todo a parte começou a caça ao CFB. Económico, não inflamável, inodoro e incolor, nem corrosivo nem tóxico, este gás miraculoso acabou por ser uma espécie de criada para todo o serviço e invadiu quase tudo, desde as bombas de aerosol às embalagens para *hamburgers*, dos sistemas de ar condicionado aos extintores, dos computadores aos frigoríficos...

As primeiras suspeitas da destruição da camada de ozono datam de 1974, mas só na Convenção de Viena, dez anos depois, é que o problema se revestiu de interesse verdadeiramente internacional. Depois os acontecimentos precipitaram-se e, em 1987, o Protocolo de Montreal estabeleceu um primeiro plano para a redução do CFB. No ano passado, aquando da célebre Cimeira de Londres, 64 Estados, representando mais de 90 por cento da produção, decidiram eliminá-lo, apesar da oposição dos industriais, da posição reticente de alguns signatários e das dificuldades levantadas pelos países em vias de desenvolvimento.

«TIME» (EUA), de 18 de Março de 1991

O Koweit, um paraíso no deserto, está transformado num inferno. Todos os seus 1000 poços de petróleo foram destruídos ou postos em chamas, continuando ainda a arder cerca de 600. Sob um manto permanente e espesso de nuvens, o dia parece noite, sendo as temperaturas 11 graus inferiores às normais com céu limpo. Alguns dos poços arderão durante anos, pondo em risco a vida humana, particularmente quando não há vento. Ao fim de um mês, as nuvens de fumo e de fuligem serão suficientes para cobrir uma área igual a metade dos EUA.

O Koweit está a perder 6 milhões de barris por dia, o que é aproximadamente igual a 10 por cento do consumo diário em todo o mundo.

Por sua vez, o petróleo derramado no Golfo, agora estimado pelo Governo saudita entre 0,5 e 3 milhões de barris, encontra-se parcialmente contido mas não limpo. A maioria deste petróleo permanecerá no Golfo durante décadas, até que o processo natural do movimento das águas o faça desaparecer.

O trabalho de desarmar ou explodir as minas implantadas no deserto prolongar-se-á também por anos. Com efeito, 50 anos depois da II Grande Guerra continua a haver gente que tropeça em minas no deserto do Egipto.

«EL PAÍS» (ESPAÑHA), de 26 de Março de 1991

A Espanha pretende que a União Europeia Ocidental (UEO) disponha de um estado-maior próprio e que lhe sejam atribuídas forças militares.

Paralelamente, as autoridades militares espanholas exprimiram a opinião contrária a que as actividades das futuras unidades da UEO se limitem a intervir em zonas em que a OTAN não possa actuar.

A atitude espanhola coloca-se entre a opinião daqueles que concebem a futura estrutura militar da UEO como pilar europeu da Aliança Atlântica, subordinado a esta, e a daqueles que a encaram como um embrião de um exército europeu, dependente da Comunidade Europeia (CE), como é o caso da França.

A Espanha já exprimiu a sua opinião contra a sua integração nas forças multinacionais que a OTAN projecta criar para suprir a redução

das forças americanas na Europa. Madrid considera que estas forças formam parte inequívoca da estrutura militar integrada, o que contraria a sua posição perante a Aliança Atlântica.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 3 de Abril de 1991

O nível de ácido sulfúrico registado na nuvem de fumo produzida pelos 530 poços de petróleo que se encontram a arder no Koweit é 300 vezes superior ao máximo tolerável, segundo declarou Geoff Jenkins, chefe da equipa científica do Centro Meteorológico da Grã-Bretanha, que procede à análise da contaminação na zona do Golfo.

A informação completa só poderá ser dada dentro de um mês, mas, para já, os investigadores constataram que a nuvem afecta um raio de 1000 quilómetros e manifestaram a sua preocupação sobre a saúde dos habitantes que já sofreram um espectacular aumento de problemas respiratórios.

*
* *

O Ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Alexander Basmértnig, terminou a sua visita à China, durante a qual foi dado mais um passo no sentido da aproximação dos dois colossais vizinhos, que se reconciliaram há quase dois anos.

O Ministro soviético declarou, antes de abandonar Pequim, que, em breve, será alcançado um acordo definitivo, dado que só falta uma decisão sobre 8 troços dos quase 7000 quilómetros de fronteira comum, sendo agora mais uma questão técnica do que política.

Como prova de amizade e compreensão, a China ofereceu à União Soviética um crédito de cerca de 103 000 milhões de dólares para fazer face à instabilidade económica da URSS.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 4 de Abril de 1991

Segundo informou a Rádio Nacional de Espanha, de Aragão, o Comando do Grupo de Abastecimentos de Intendência, de Saragoça, a que pertencem os dez soldados detidos no mês passado por infligirem maus tratos aos

seus companheiros, reconhecem a existência, em alguns quartéis, de uma «mafia» organizada.

Estes grupos são compostos por soldados veteranos que já estão próximos da passagem à disponibilidade. As praxes e agressões não são denunciadas com medo de represálias, mesmo depois de abandonarem a vida militar.

Como ainda não existe uma denúncia escrita, os comandos não podem actuar contra os referidos grupos.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 5 de Abril de 1991

A empresa espanhola EXPAL, do Grupo de União de Explosivos Espanhóis, contratada pela companhia koweitiana KIO, assinou no passado mês de Março um contrato com as autoridades da Arábia Saudita para o fornecimento de munições de artilharia no valor de 50 milhões de dólares, segundo informam fontes ligadas ao sector de produção de armas e munições.

O concurso para este fornecimento, ao qual compareceram vários grupos de diferentes países, foi iniciado em 1990, pelo que não tinha relação directa com a invasão do Kuwait.

Também a empresa pública Santa Bárbara (ENSB) vendeu à Arábia Saudita 200 peças de artilharia de 106 milímetros por 10 milhões de dólares.

Por sua vez a INSTALAZA, empresa privada, negocia actualmente a venda de sistemas anticarro «C 90».

Todas estas vendas têm, como é evidente, a autorização governamental.

Todas as fontes consultadas coincidem na afirmação de que as excelentes relações hispano-sauditas, consolidadas pelo activo papel da Espanha na guerra do Golfo, foram absolutamente decisivas para que as autoridades de Riade tenham optado pelas firmas espanholas.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 6 de Abril de 1991

O Chefe do Estado-Maior do Exército espanhol, Ramon Porgueres, afirmou em Valhadolid que o Serviço Militar Obrigatório não pode ser inferior a 9 meses, e mostrou-se partidário de um sistema misto de perma-

nência nas fileiras: «não se pode fazer mais que a diminuição de 12 para 9 meses», acrescentou o Tenente-General Porgueres, «porque não haveria tempo para formar o soldado».

Porgueres, de 63 anos, sublinhou que a redução do serviço militar para 9 meses supõe uma diminuição de 25 por cento nos efectivos do Exército, e assinalou que os quadros «estão capacitados para um adequado período de instrução durante esse tempo a fim de conseguir que o soldado abandone as fileiras com uma preparação válida».

Sobre a possibilidade de implantar em Espanha um exército profissional, o General Porgueres manifestou a opinião de que ficaria muito mais caro ao Estado e daria lugar a uma desproporção porque «impediria que toda a nação participe na defesa, já que apenas uma parte dos cidadãos seria chamada».

Parece, pois, que o mais adequado à actual situação seria a existência de um serviço militar misto, com um recrutamento obrigatório e o complemento de voluntários especiais.

Porgueres também se referiu ao papel da mulher no Exército e assegurou que, na carreira das armas, esta tem as mesmas oportunidades que os homens.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 9 de Abril de 1991

O General Carlos Garcia Ferrer, director da Academia General Militar de Saragoça, declarou que um exército profissional não satisfaria o espírito constitucional no que concerne ao dever de todos os cidadãos defenderem Espanha. E o General acrescentou: «Nós temos o encargo de formar os soldados, e quanto menos tempo tivermos pior o faremos.»

O Director da Academia assinalou que o cadete continua com o mesmo espírito e com as mesmas aspirações de ser um bom profissional e de dedicar, como sempre, a sua vida ao serviço das armas.

Para Garcia Ferrer há que despertar novamente o conceito de pátria na sociedade espanhola, como recentemente foi declarado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Francisco Fernandez Ordoñez.

Por outro lado, o coordenador geral da União das Juventudes Comunistas de Espanha (UJCE), o ramo jovem do PCE, Henrique Santiago, fez

um apelo à insubmissão por considerar que «como a «mili» não acaba, a insubmissão constitui a via mais eficaz para lutar contra o sistema».

O Comité Federal da UJCE acordou, na sua última reunião, exigir ao Governo a abolição do actual modelo de serviço militar e reivindicar um «pleno e digno direito» à objecção de consciência.



A retirada das tropas soviéticas de solo polaco, que provocou tensões entre a Polónia e a URSS durante os últimos meses, começou sem estar ainda estabelecido um calendário definitivo para toda a operação.

A evacuação total, já iniciada por uma unidade de mísseis, demorará até 1993, na opinião dos soviéticos, mas as autoridades polacas insistem para que a operação esteja terminada ainda este ano.

Segundo os planos soviéticos, este ano serão evacuados cerca de 10 000 soldados, no próximo ano mais de 25 000 e os restantes 15 000 apenas serão retirados em 1993.

O desejo dos polacos verem o seu território livre das forças soviéticas é perfeitamente inviável, segundo foi reconhecido pelo próprio Lec Wallesa.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

